



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE HISTÓRIA (FH)
PROFHISTÓRIA- MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**

MARIA LINA DE PAULA NETA

**Lembranças de um pouso de tropeiros: balaio de
recordações como recurso para o ensino da história local e
regional**

**GOIÂNIA
2022**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

MARIA LINA DE PAULA NETA

3. Título do trabalho

"LEMBRANÇAS DE UM POUSO DE TROPEIROS: BALAIO DE RECORDAÇÕES COMO RECURSO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL"

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA LINA DE PAULA NETA, Discente**, em 22/02/2022, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Yussef Daibert Salomão De Campos, Coordenador Substituto**, em 25/02/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º



do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2664220** e o código CRC **FDDA73A3**.

MARIA LINA DE PAULA NETA

Lembranças de um pouso de tropeiros: balaio de recordações como recurso para o ensino da história local e regional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em História.

Área de concentração: Ensino de História

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

Orientador: Professor Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos

GOIÂNIA

2022

Paula Neta, Maria Lina de
LEMBRANÇAS DE UM POUSO DE TROPEIROS: BALAIO DE
RECORDAÇÕES COMO RECURSO PARA O ENSINO DA HISTÓRIA
LOCAL E REGIONAL [manuscrito] / Maria Lina de Paula Neta. -
2022.
CXLII, 142 f.

Orientador: Prof. Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2022.
Bibliografia. Anexos.
Inclui fotografias.

1. Ensino de História. 2. História Local. 3. História Regional. 4.
Memória. 5. Educação Patrimonial. I. Campos, Yussef Daibert Salomão
de, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **001/2022** da sessão de Defesa de Dissertação de **MARIA LINA DE PAULA NETA**, que confere o título de Mestre em **História**, na área de concentração em **Ensino de História**.

Aos **vinte e oito dias de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir das **14h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“LEMBRANÇAS DE UM POUSO DE TROPEIROS: RECURSO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Yussef Daibert Salomão de Campos (ProfHistória/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Ivan Lima Gomes (ProfHistória/UFG)**, membro titular interno; Professora Doutora **Luciana Cruz e Souza (IPHAN)**, membro titular externo; Professor Doutor **Antônio Gilberto Ramos Nogueira (ProfHistória/UFG)**, membro externo. Durante a arguição os membros da banca fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Yussef Daibert Salomão de Campos (ProfHistória/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **vinte e oito dias de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

"LEMBRANÇAS DE UM POUSO DE TROPEIROS: BALAIO DE RECORDAÇÕES COMO RECURSO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL"



Documento assinado eletronicamente por **Yussef Daibert Salomão De Campos, Coordenador Substituto**, em 28/01/2022, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Lima Gomes, Professor do Magistério Superior**, em 30/01/2022, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2643738** e o código CRC **963D2E91**.

Referência: Processo nº 23070.003365/2022-81

SEI nº 2643738

DEDICATÓRIA

Às filhas amadas, Juliana, Lara e Maira que enfrentaram junto comigo essa empreitada.

À minha mãe querida, Dona Fiinha, que pede cotidianamente por mim em suas orações e se orgulha de cada feito realizado.

À todas e todos, irmãs, sobrinhas, amigos e amigas, companheiros e companheiras, que me ajudaram, me apoiando, estando ao meu lado ou simplesmente torcendo por mim.

A vocês dedico o fruto de um sonho.

AGRADECIMENTO

Ao Professor Yussef Campos, pela orientação desempenhada com respeito, apoio e competência, que despertou em mim grande admiração.

Aos Professores Gil Nogueira, Ivan Lima Gomes e à Professora Luciana Souza, pelas valorosas contribuições oferecidas no exame de qualificação.

Aos estimados Professores e Professoras do Profhistória/UFG, por fazerem desse caminhar uma grande oportunidade.

EPÍGRAFE

Parecia-nos, desse modo, que, das mais enfáticas preocupações de uma educação para o desenvolvimento e para a democracia, entre nós, haveria de ser a que oferecesse ao educando instrumentos com que resistisse aos poderes do “desenraizamento” de que a civilização industrial a que nos filiamos está amplamente armada. [...]

Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que predispusesse à constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. À uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão.

(FREIRE, 2000, p. 97-98)

RESUMO

O ensino da história de Goiás, local e regional, é substancial para a identificação dos que vivem neste lugar, necessitando atenção especial por parte dos educadores. Diante esse fator e do desejo de desenvolver estratégias de ensino significativas, objetiva-se a estruturação de um “Balaio de Recordações”, como mecanismo de ensino articulador da percepção do ser enquanto agente histórico. No estudo desenvolvido destacam-se ponderações a respeito da construção desta ferramenta educacional, estruturada por lembranças de um pouso de tropeiros, referente ao contexto histórico originário do município de Inhumas/Goiás. Pela pesquisa bibliográfica e documental, estabelecem-se reflexões sobre concepções regionais, observando a relação entre história e memória, associadas na educação patrimonial, precisamente o que se identifica como “nova pedagogia do patrimônio”, caracterizada pelo rompimento com aspectos tradicionais de transmissão da cultura e fundamentada nas posições de Paulo Freire, em seu caráter emancipatório e dialógico. Espera-se que o mecanismo de ensino apresentado contribua para uma educação desafiadora, capaz de promover situações didáticas que possibilitem o conhecimento dos bens culturais e das identidades, permitindo os sujeitos se conhecerem e perceberem criticamente o mundo pela consciência de sua própria história. Acredita-se que seja possível desmistificar o patrimônio, destacando que ele é fruto de escolhas que precisam ser questionadas. O Balaio de Recordações se constitui por objetos referenciais ao contexto dos tropeiros e se estabelece como elemento provocativo de percepções a respeito do lugar de ser e viver de nossos alunos e alunas. É no patrimônio que a associação entre região, história e memória se manifesta de forma expressiva, contribuindo para a construção e reconstrução do presente.

Palavras-Chave: Ensino de História; História Local; História Regional; Memória; Educação Patrimonial; Balaio de Recordações.

ABSTRACT

The teaching of Goiás's history, concerning both its districts and its regions, is essential for the people who live there, and it requires especial attention from teachers. Considering that factor and the desire to develop meaningful teaching strategies, this study aims to structure a Basket of Memories (*Balaio de Recordações*) as a teaching mechanism articulating one's perception of human beings as the agents of history. We have collected reflections about the building of that educational tool, based on the reminiscences of a center for travelling merchants (*tropeiros*), from which the municipality of Inhumas, Goiás, has arisen. Our research on literature and documents has given way to reflections about regional concepts, observing the connects both history and memory to heritage education, precisely what has been identified as "new pedagogy of heritage", characterized by the rupture of traditional aspects of culture transmission and based on Paulo Freire's ideas and their freeing and dialogical qualities. We expect the teaching mechanism we have put forward will contribute to a challenging teaching, one that is capable of promoting learning situations that enable the understanding of cultural assets and identities, allowing subjects to know themselves and critically comprehend the world by becoming aware of their own history. We believe it is possible to clarify what heritage is by highlighting that it is the result of choices that must be discussed. The Basket of Memories is formed of objects related to the context of the *tropeiros*, and it is an element that incites our students to become aware of the place where they live. It is in heritage that the combination of region, history and memory is manifested in an expressive, by helping constructing and reconstructing the present.

Keywords: History Teaching; Local History; Regional History; Memory; Heritage Education; Basket of Memories.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 LEMBRANÇAS DE UM POUSO DE TROPEIROS	15
1.1 Os tropeiros de Goiabeira	17
1.1.1 Sob a sombra das Goiabeiras - A Região	21
1.1.2 Se não me falha a Memória	26
1.1.3 Como nos conta a História	30
1.2 Revirando o Balaio – Possíveis associações entre Memória e História	33
1.3 O pouso de tropeiros: lugar de memória?	36
2 RECURSO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL – UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	41
2.1 Breve história do ensino de história	41
2.1.1 Sobre o ensino da história de Inhumas e de Goiás - Reflexões de uma professora.....	45
2.2 Um novo olhar - Possibilidades para o ensino da história local e regional: educação patrimonial	49
3 BALAIO DE RECORDAÇÕES	58
3.1 Balaio de Recordações – Um pouco de história	61
3.1.1 Os tropeiros na história da América	63
3.1.2 Goiás no contexto dos tropeiros – No Caminho das Tropas	66
3.1.3 As tropas em Goiabeira – Pousada de Tropeiros	71
3.2 Balaio de recordações – um pouco de memória	75
3.2.1 O tropeirismo – entre “Tropas e Boiadas” e “Pousada de Tropeiros”	76
3.2.2 A estrutura organizacional das tropas e as relações sociais	78
O tropeiro	79
A tropa	81
O pouso	82
A mulher no contexto do tropeirismo	83

4 O BALAIO DE RECORDAÇÕES – FERRAMENTA EDUCACIONAL	87
4.1 Objetos que contam histórias e despertam memórias	87
4.2 Apetrechos da tropa e dos tropeiros - Composição do Balaio	90
4.3 Textos para informação e reflexão junto aos estudantes – Composição do fichário	102
Ficha 01 – Encontrando o Balaio	103
Ficha 02 – Lá vem chegando os tropeiros	104
Ficha 03 – Os tropeiros na história da América	105
Ficha 04 – Goiás no contexto do tropeirismo	106
Ficha 05 – Os tropeiros de Goiabeira	109
Ficha 06 – Saint-Hilaire descreve o Rancho das Goiabeiras	110
Ficha 07 – Helena Sebba e sua visão sobre o Rancho de Goiabeira	111
Ficha 08 – A mulher no contexto do tropeirismo	112
Ficha 09 – Ave Inhuma – Anhima cornuta (Linnaeus, 1766)	113
Ficha 10 – “Tropeiros”, de Léo Almeida	115
Ficha 11 – Cantiga de tropeiro	116
Ficha 12 – Caminho das tropas – Hugo de Carvalho Ramos	117
Ficha 13 – Burros e Mulas (Gênero Equus)	119
Ficha 14 – Manifestações culturais que resistem ao tempo	120
Ficha 15 – Comércio – Proposta de ação	121
Ficha 16 – Tropeiros atuais	121
Ficha 17 – Nossa história, nosso patrimônio	121
Ficha 18 – Mapa da confluência das ruas – local do pouso de tropeiros	122
Ficha 19 – Plano geográfico da capitania de Goyas	124
Ficha 20 – Identificação dos objetos do Balaio de Recordações	125
Ficha 21 – Os muares e suas funções de carga	125
4.4 Lembranças de um pouso de tropeiros: Gatilho promovedor de diálogos – Uma Sequência Didática	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIA	137
ANEXO	144

INTRODUÇÃO

“Lembranças de um pouso de tropeiros: recurso pedagógico para o ensino da história local e regional” é uma proposta educacional estruturada na reflexão sobre a prática de ensino da história de Goiás, intimamente ligada ao anseio de se permitir conhecer, de forma significativa, a história do lugar onde vivemos. Saber sobre a história do lugar em que se vive é fundamental, por viabilizar a percepção do ser enquanto agente histórico e promover a assimilação identitária. Mas, ensinar história de Goiás (local e regional) não é tarefa fácil, existem limitações estruturais caracterizadas por descon siderações relacionadas a uma conjuntura constituída pelas determinações curriculares, pelo atendimento às avaliações externas e também pela escassez de recursos adequados e acessíveis aos alunos, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), fatores que nos levam a pensar, cotidianamente, em estratégias capazes de ressignificar esse ensino, e que estruturaram a ideia da criação de um Balaio de Recordações, como mecanismo mobilizador de lembranças.

Este estudo fundamenta-se em uma proposta para o ensino de história nas escolas de Inhumas-Goiás. Ao observar o percurso histórico desse lugar, é possível perceber a presença de um pouso de tropeiros, localizado nas margens da estrada real que levava à capital da província. Este pouso esteve ali antes mesmo da cidade se constituir. Inhumas-GO é proveniente do contexto de reordenamento econômico, na transição da economia aurífera para a agropecuária, onde havia abundância de terras e a posse se fez presente gerando a ocupação para a prática da agricultura de subsistência e de criação de gado, contexto favorecido pela figura do tropeiro correspondente à ligação entre o campo, a cidade e o mercado, sendo justamente seu trajeto que marcou o princípio de ocupação desse espaço. Os tropeiros tornaram-se força de comunicação e comercialização, possibilitando a origem de Goiabeira, hoje Inhumas. O pouso de Goiabeira era local conhecido pelos tropeiros que paravam aqui para descanso, mas encontra-se ainda desconhecido por nossos alunos e alunas, fazendo-se necessário o estabelecimento de um recurso pedagógico que possibilite esse conhecimento.

O Objetivo desse estudo é estruturar um Balaio de Recordações, com objetos representativos da cultura dos tropeiros, referentes ao contexto histórico da origem da cidade de Inhumas-GO, como ferramenta para o ensino da história local e

regional. Um recurso pedagógico para provocar percepções sobre o lugar em que vivemos e permitir não somente conhecer sobre o passado, mas dialogar conhecimentos no presente, buscando compreender aspectos sociais vivenciados no dia a dia.

Refletindo sobre os saberes históricos em diferentes espaços de memória, nos deparamos com a complexa relação entre região, história, memória e patrimônio, identificando possibilidades de provocações que poderão levar o estudante a olhar para si mesmo, se percebendo enquanto parte do meio em que vive, para isso, faz-se necessário a articulação desses conceitos, permitindo sua apropriação, gerando discussões, percepções e posicionamentos, provocando diálogos com lembranças específicas. O Balaio é, portanto, um recipiente, constituído por objetos (bens referenciais) que lembrem histórias de antepassados, algo concreto promovedor de relações entre o passado e o presente.

Trata-se de uma proposta de educação patrimonial, mas, especificamente, uma “nova pedagogia do patrimônio”, caracterizada pelo ensino baseado em evidências, pela percepção das fontes primárias, que podem ser encontradas em museus e sítios patrimoniais, mas também em qualquer lugar onde se manifestam, nas casas, nos quintais, nas ruas... Essa nova pedagogia do patrimônio se apresenta em um caráter emancipatório, com base nas posições de Paulo Freire (caracterizadas pela educação para a libertação e estruturadas no diálogo). Esperamos que este mecanismo seja provocador de diálogos, possibilitando o conhecimento.

Enquanto recurso pedagógico, esta proposta se mostra importante, por tratar de uma ferramenta capaz de promover percepções e reflexões sobre aspectos ligados a formação histórico cultural dos estudantes, permitindo se conhecerem/reconhecerem no passado e se posicionarem diante dele. Descobrir a presença dos tropeiros, no território onde hoje encontramos o município de Inhumas, significa perceber que outras histórias existem além da oficial, gerando debates acerca da constituição sociocultural do município e identificando patrimônios para esta cidade, daqueles, como dizia Aloísio Magalhães (diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1976 e defensor da ideia de um patrimônio vivo) “além da pedra e cal”. Como docentes, precisamos oferecer possibilidades narrativas realmente significativas, desenvolvendo ações transformadoras que valorizem o lugar de ser e viver de cada um, permitindo, pela

construção do conhecimento, o reconhecimento de sua diversidade. Histórias locais importam, personagens locais interessam, é preciso falar mais sobre eles.

Conhecer o mundo em que vivemos é um grande desafio, não basta olhar superficialmente, é preciso identificar as marcas deixadas por aqueles que o construíram e principalmente, os traços estabelecidos por quem continua construindo-o. Uma educação para a libertação implica em identificações e problematizações, possibilitando desnaturalizar o patrimônio, lembrando inclusive de que ele é fruto de escolhas, as quais precisam ser questionadas. De acordo com Pinheiro (2015), patrimônio é memória em transformação que contribui para a construção e reconstrução do presente. É no patrimônio que a associação entre região, memória e história se consolida. Afinal conhecer o mundo que vivemos implica em olhar de onde estamos, com os olhos da memória, ver a história ou com os olhos da história, ver a memória.

O desenvolvimento deste estudo tem por base a modalidade metodológica da pesquisa bibliográfica e documental, sendo caracterizada pela investigação historiográfica e pela percepção de documentos referentes à presença dos tropeiros na região, buscando identificar objetos patrimoniais para a relação com a história originária do município de Inhumas-GO. O ponto forte desse projeto são as rodas de conversa estabelecidas em torno do Balaio de Recordações. Para garantir que esse produto pedagógico seja significativo serão estabelecidos diálogos entre a história e a memória. Primeiramente foi necessário investigar a história estabelecida no local onde hoje se encontra a cidade de Inhumas, por meio de pesquisa historiográfica, observação de documentos e diálogo com o patrimônio, atentos à identificação de objetos que se relacionam ao contexto histórico, para a constituição do Balaio, sendo necessário inventariar os elementos constitutivos desse recurso pedagógico, objetos identificados pela função que desempenharam ou desempenham.

As reflexões teóricas contaram com leituras de autores consagrados, com destaque para Durval Muniz de Albuquerque Junior, Cristiano Alencar Arrais e Noé Freire Sandes, tratando de região e seu significado enquanto área do conhecimento; Aleida Assmann em relação à memória, Átila Bezerra Tolentino quanto ao patrimônio e Simone Scifoni quanto à Educação Patrimonial. Para a pesquisa historiográfica nos referenciamos às pesquisas de autores goianos renomados, destacando os estudos de Marivone Matos Chaim, Barsanufu Gomides Borges, Noé Freire Sandes, Cristiano Alencar Arrais, Eliézer Cardoso Oliveira, Fernando Lobo

Lemes, Sônia Maria de Magalhães, os quais possibilitaram a captação de informações sobre o contexto histórico em que os tropeiros atuaram como personagens. Quanto à história de Inhumas, foram considerados os estudos do historiador Gleidsom de Oliveira Moreira. Para a pesquisa documental, foram verificados documentos históricos relacionados ao assunto, a maioria presente no trabalho de José Alípio Goulart. E para a compreensão do cotidiano dos tropeiros observamos, como documento de pesquisa, os livros literários “Tropas e Boiadas” de Hugo de Carvalho Ramos e “Pousada de tropeiros: histórias da história de Inhumas” de Helena Sebba.

Além do suporte documental e historiográfico foi necessário compilar objetos diversos, identificados no desenvolvimento dos estudos, referentes aos bens materiais e imateriais que compõem o patrimônio cultural dos tropeiros, incluindo um balaio de cestaria, enquanto recurso físico para abrigo dos demais objetos. Após o estabelecimento da história local/regional, e tendo o Balaio de Recordações constituído, pensamos em como trabalhar com esse recurso, estabelecendo uma sequência didática com a finalidade de apresentar uma ideia de trabalho com esse material. Essas sugestões visam deixar claro que o Balaio tem função de ensino, mas também de lembrança, ressaltando o diferencial de que, para serem vistos, os objetos precisam ser retirados, manuseados, sentidos. Estes objetos podem provocar reflexões que podem fazer lembrar... lembrar do objeto que o avô usava, do fazer que a avó exercia, de coisas semelhantes, mesmo com fins diversos, que se tem em casa. O Balaio é para ser tocado, aberto, explorado, acrescido... Não se tem uma ordem ao se retirar os bens que o constituem, portanto, nunca uma discussão será igual à outra.

A princípio pensamos em um processo de construção coletiva do Balaio de Recordações, porém fomos surpreendidos pela pandemia da covid-19 (causada pelo coronavírus), fator que inviabilizou essa estratégia, uma vez que nossos alunos e alunas encontraram-se em estudo remoto, distantes da escola física. Assim, nos deparamos com um grande desafio, desenvolver esse produto sem a presença dos estudantes. Confiantes de que a pandemia logo passaria e que o ensino presencial voltaria, constituímos o Balaio em seu significado para que, então, na prática educacional, os educandos pudessem desconstruí-lo. Portanto, oferecemos aqui a percepção de uma professora a respeito dessa constituição, ressaltando que o Balaio é recipiente aberto e poderá ser alterado durante o processo de ensino-

aprendizagem e que os envolvidos poderão intervir nessa composição, retirando ou acrescentando objetos, dando significados novos e se posicionando quanto sua estruturação.

No Balaio de Recordações foram colocados um fichário com fichas informativas reflexivas, contento cópias de documentos, imagens, letras de músicas, poemas, fotografias e outras formas de registro sobre o contexto dos tropeiros, além de objetos representativos referente aos apetrechos dos homens e dos animais, sendo: o próprio Balaio, cangalha, arreo, pelego, cinorro, guanpa, ferrote, ferraduras, esporas, estribos, freios, bridões, cabeções, polverinho, berrante, facas, facão, trempe, panela de ferro, chaleira, utensílios esmaltados, cabaça d'água, mancebo, bule, caneca, pilão e mulinhas artesanais. Lembrando que estes objetos poderão ser questionados pelos alunos e substituídos por outros. O Balaio de Recordações é uma ferramenta para auxiliar os professores no ensino da história de Goiás, associando memória e história.

Contando com quatro capítulos, este estudo gira em torno das lembranças de um pouso de tropeiros, título do capítulo 01 que permeia os demais. Neste primeiro capítulo, discutimos sobre os tropeiros e sua articulação na região, na história, na memória e no patrimônio, verificando suas possíveis associações no Balaio de Recordações, questionando sobre a necessidade de criação de lugares de memórias para identificação desses personagens históricos e seu significado cultural. No segundo capítulo, trazemos uma reflexão sobre a educação patrimonial enquanto proposta para o ensino da educação local e regional, destacando a chamada “nova pedagogia do patrimônio”. No terceiro capítulo, voltamos nossos olhares para as histórias e memórias do lugar, primeiramente chamado Goiabeira, hoje conhecido como Inhumas, identificando a presença dos tropeiros e estruturando a ideia do Balaio de Recordações. No quarto capítulo, pensamos na caracterização do Balaio e em como ele seria útil nas práticas educacionais, revelando o planejamento de ação educativa usando esse recurso pedagógico, estruturando uma sequência didática.

Vejamos então o enfrentamento desse desafio na busca de um ensino de história mais significativo.

1 LEMBRANÇAS DE UM POUSO DE TROPEIROS

Lá vem chegando os tropeiros

Apressa o passo da tropa
Numa euforia sem igual
Ao avistarem a copa
Desse imenso goiabal

Lá vem chegando os tropeiros

Ao som dos guizos da madrinha
Agita-se também o lugar
No misto das tropas e mercadorias
À espera da notícia chegar

Lá vem chegando os tropeiros

Ouve-se um som estrondoso
Ao bater asas as inhumas corriqueiras
E no horizonte o berrante harmonioso
Anuncia o regresso à Goiabeiras

É tempo de descanso
Para poder seguir adiante
É tempo de recomeço
Para poder seguir em frente.

Se quiser conhecer nesse instante,
Vem chegando também...
O tempo já se vai distante
Mas a história se mantém

Depois de tudo ajeitado

A roda dos camaradas se forma,
Vamos com os tropeiros lado a lado
Conhecer as lembranças de outrora

Ver, tocar o berrante mateiro
Sentir o cheiro do feijão tropeiro
Saber de onde vem o retirante
Entender que ele não está tão distante.

Veja a roda de conversa
Formada por tantos personagens
Vem chegando de pressa
Pois eles estão de passagem.

Abrindo suas bruacas e balaios
Os tropeiros despertam memórias
Levam-nos por atalhos
Revelando-nos muitas histórias

Lá vem chegando os tropeiros
Vem chegando também...

Você que está de passagem
Você que já decidiu ficar
Se junte aos tropeiros do tempo
Vamos uma história contar

Goiabeira te acolhe como fez com os tropeiros de outrora
Se aconchegue para descansar
Depois se quiser seguir viagem, ir embora...
Hoje vamos prosear.

(Professora Paula).

1.1 OS TROPEIROS DE GOIABEIRA

“Goiabeiras (ou Goiabeira, pois nos registros a palavra aparece grafada das duas formas) era lugar conhecido de quantos vinham de outras províncias: Minas Gerais, São Paulo, do Norte e Nordeste, e dos que transitavam entre os arraiais, lugarejos e cidades vizinhas. Era pouso, principalmente de tropeiros, carreiros, boiadeiros, o descanso das longas jornadas feitas em lombo de burro e de carro de boi, o oásis onde arriavam as malas, as bruacas, os ossos esfalfados pelas duras caminhadas de meses, atravessando campos e matas infestados de bichos, doenças, salteadores à espreita” (SEBBA, 1994, p. 25).

De acordo com a publicação feita na Revista Goianidade (1992), sobre aspectos da vida goiana: “Goiás era tão distante dos grandes centros que uma viagem de São Paulo à Província exigia, no mínimo, 81 paradas para descanso das cargas e dos homens, denominadas ‘pousos’ pelos tropeiros” (GOIANIDADE, 1992, p. 57). É um desses pousos que nos interessa, o pouso de Goiabeira. Ele dá indícios sobre como se vivia no território goiano nos séculos XVIII e XIX, destacando alguns aspectos da sociedade que se estabeleceu nesse território. Ele revela Goiás e Inhumas (Goiabeira), antes mesmo de Inhumas¹ se estabelecer, destacando complexidades de histórias e de memórias, e se torna um lugar de recordação, conseqüentemente, meio significativo para o ensino de história. “*Lá vem chegando os tropeiros...*”, trazendo seus pertences em bruacas e balaios, revelando-se como personagens na diversidade cultural do município onde vivemos.

Observando no tempo essa história, buscamos encontrar sentido para muitas memórias que se estabelecem vagamente em nosso ser, manifestações culturais que resistem na sociedade, mesmo reinventadas, faiscando nas tradições locais.

¹ Inhumas – Município do estado de Goiás localizado a 47 km da capital do Estado. Para conhecer um pouco desse lugar é possível verificar informações em sites oficiais e populares, como os disponíveis em:

- <https://inhumas.go.gov.br/>
- <https://www.instagram.com/prefeituradeinhumas/>
- <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/inhumas/panorama>
- <https://www.google.com/maps/place/Inhumas,+GO,+75400-000/@-16.3735513,-49.5288061,13z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x935e786ed04099b3:0x45d96d31fc68c963!8m2!3d-16.373129!4d-49.4916776>
- <https://www.setpar.com.br/blog/motivos-para-se-viver-na-cidade-de-inhumas-go/>
- <https://www.tudoin.com.br/eventos/>

Voltando nossos olhares para as recordações de outrora, nos dispomos ver/saber/entender que Inhumas é fruto de múltiplas vivências e por isso, olhando para o pouso de Goiabeira, propomos, a partir da criação de um “Balaio de Recordações” (mecanismo de ensino constituído a partir de referências aos bens materiais e imateriais da cultura tropeira), formar rodas de conversa, provocadoras de memorações, reveladoras de histórias, promovedoras de percepções sobre a relevância dos que pararam por aqui, para um pouso ou para uma vida.

Nesse tempo, em Goiás, seguindo a trilha das mulas, a tropa avança no caminho para a capital da Província, levando objetos que garantiam a sobrevivência nessa região ou mesmo que alimentavam a vaidade humana em um tempo que não haviam luxos excessivos. Transportando produtos e notícias, os tropeiros eram elo entre os lugares, ligando o sertão aos centros comerciais. Na dureza de sua função, precisavam parar para descansar e Goiabeira era lugar de pouso, onde os tropeiros que circulavam pela Estrada Nova² paravam, descansavam e então recomeçavam a dura lida.

Nesse lugar, o berrante rompia o canto inconfundível da ave inhuma que caminhava lentamente nas margens do riacho (“Era um cantar saturno, tristonho... pareciam prever desgraças³”), que no acelerar dos passos davam lugar, na sombra do goiabal, aos tropeiros que chegavam cansados. O cozinheiro chegava à frente, com a função de preparar o alimento, sendo, como nos informa Moreira (2004), feijão tropeiro, angu de milho, café e rapadura. Os tropeiros traziam todo tipo de mercadorias, notícias e expectativas. Carregavam consigo a esperança de encontrar riquezas em boas transações comerciais, mas também levavam a esperança ao sertanejo, que aguardava saber notícias de entes queridos ou finalmente ter acesso a um recurso há muito almejado, representado em um tecido, um objeto cobiçado ou um alimento diferenciado. A chegada das tropas era muito representativa. Mas,

² Estrada que ligava Campininha das Flores (hoje Campinas – bairro de Goiânia) à Capital da Província de Goiás, passando por Curralinho (hoje Itaberaí). Essa estrada é considerada popularmente como o ponto germinativo do povoado de Inhumas, como foi possível conferir em palestra proferida pelo professor e advogado José Pacheco e Silva, aos estudantes do Centro Educacional em Período Integral Horácio Antônio de Paula, no dia 25/11/2021, ocasião onde informou que antes da estrada havia aqui mata fechada, sendo que o caminho estabelecido passava pelo atual município de Anicuns.

³ Descrição de Flor de Paineira, personagem principal da obra literária de Helena Sebba, Pousada de Tropeiros – Histórias da História de Inhumas, 1994. Vivendo próximo ao rancho de Goiabeiras essa personagem acompanha o ir e vir dos tropeiros e se torna parte daquela paisagem. Trata-se de uma mistura, na literatura, de história e memória local. Essa obra literária, junto à Tropas e boiadas de Hugo de Carvalho Ramos (1984) nos servirá de referência documental, uma vez que se aproximam das memórias estabelecidas, respectivamente, em Inhumas e em Goiás.

também carregavam a esperança de poderem descansar, para então recomeçarem o tropejo. Avistar o imenso goiabal que se encontrava às margens da Estrada Real no caminho à capital da Província (Goiás) era um acalento para o coração do viajante⁴.

O pouso de Goiabeiras foi local conhecido entre os tropeiros, porém as crianças e adolescentes que vivem nesse lugar nos dias atuais, não o identificam em seus aspectos históricos. Por isso, aceitando o desafio de permitir conhecer, nos propomos a ensinar. Mas, como se ensina sobre algo que já não se encontra mais? É preciso investigar, buscar na memória, escutar os avós, os pais, a comunidade, identificar vestígios, escrever a história e revelar, de forma significativa, a região onde outrora os tropeiros descansavam. Permitir que ali, os estudantes descansem também, percebendo que esse lugar é constituído de muitas histórias e que há espaço para todas elas, incluindo as histórias deles próprios.

O município de Inhumas surgiu como um local de descanso, proveniente do contexto histórico referente a um pouso de tropeiros, portanto, podemos afirmar que sua origem está ligada a um lugar de acolhimento, um lugar que oferecia a todos que por aqui passassem a oportunidade de parar, descansar e renovar as forças para poder seguir seu caminho, ressaltando que esse lugar caracterizava-se também por diversas tensões, desigualdades e violências, conflitos típicos do contexto social em que estava inserido. Como os tropeiros de Goiabeira, o tempo também passou, os pioneiros chegaram e, de acordo com Moreira (2004), se fixaram a partir de 1886. Hoje temos uma vida inteira de histórias e de memórias. Inhumas é o lugar que acolhe aqueles que passam, como os tropeiros, mas também aqueles que decidem ficar, como os pioneiros, por isso, nossos alunos e alunas precisam saber que têm direito a este lugar.

Para conhecer o pouso de tropeiros de Goiabeira nos aventuramos na criação de uma ferramenta de ensino, a qual traz consigo questões que envolvem, na compreensão do lugar em que se vive, a relação entre história, memória e patrimônio, conceitos complementares que, se associados em um Balaio de Recordações (recurso educacional), serão contribuintes para o entendimento um do outro. Partimos, portanto, das considerações de Arrais e Sandes:

⁴ Na descrição de Helena Sebba (1994), o pouso de Goiabeira era bem expressivo: “Quem chegava do Norte ou do Sul dava mais de si e exigia dos animais passo mais acelerado ao avistar as goiabeiras, folhudas e convidativas, perfeitas para acampar. Sob elas, o ponto de encontro, faziam-se negócios, amizades, conhecimentos.” SEBBA, 1994.

A reflexão em torno do conhecimento da história regional está associada a três conceitos fundamentais: A memória (a experiência humana presentificada no tempo), a história (o produto escriturário da tensão criada entre o passado, o historiador e sua cultura) e a região (o discurso da diferença, que reivindica a legitimidade do específico e de seus critérios de eleição e, ao mesmo tempo, a autoridade de sua Associação com o mundo) (2018, pág. 27).

Buscando desenvolver um mecanismo de ensino que possibilite o conhecimento da história local e regional, nos dispomos a compreender esses conceitos fundamentais e suas possíveis articulações. Com o recurso educacional intitulado Balaio de Recordações, estaremos colocando à disposição do ensino escolar de Inhumas-GO, a possibilidade de acessar a história local e também regional vinculada à memória.

Verificaremos a possível associação dessas concepções na Educação Patrimonial, especificamente na denominada “nova pedagogia do patrimônio⁵”, questão que trataremos no decorrer desta discussão. Essa nova pedagogia propõe levar o estudante a olhar para si mesmo, se identificando, construindo um diálogo com lembranças específicas e percebendo a diversidade de personagens componentes da história local; neste caso os tropeiros são revelados, permitindo que outras histórias sejam lembradas. Objetivamos, com esse recurso pedagógico, gerar provocações e percepções em nossos alunos e alunas⁶, destacando histórias oficialmente esquecidas, possibilitando narrativas significativas na valorização do lugar de ser e viver de cada um e permitindo que se reconheçam enquanto agentes históricos. Almejamos ensinar a história como propõe Paulo Freire (1980, 2000, 2012), um ensino que alcance a todos, onde múltiplas histórias podem ser percebidas.

⁵ A Educação Patrimonial, como nos informa Scifoni (2015), encontra-se em construção no Brasil, sendo vista, durante muito tempo, como metodologia. Para romper com a ideia de metodologia em que o patrimônio é apresentado, a nova pedagogia do patrimônio indica repensar a Educação Patrimonial, rompendo com a tradição de transmissão da cultura. “Uma nova pedagogia do patrimônio pede que se retorne aos princípios do que Paulo Freire (2001) chamou de *educação como prática da libertação*, ou seja, o caráter dialógico e libertador da educação, no sentido da emancipação dos homens” (SCIFONI, 2015, p. 203). Dedicaremos uma atenção especial a essa questão mais adiante.

⁶ Nossos alunos e alunas encontram-se no Centro de Ensino em Período Integral Horácio Antônio de Paula, unidade escolar componente da rede pública estadual de educação, localizada no município de Inhumas-GO, de onde se originaram os questionamentos sobre o ensino da história local e regional presentes nesse estudo. Atuando em Período integral, esta unidade escolar atende crianças e adolescentes dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), provenientes da periferia do município. Para se conhecer um pouco da escola é possível visitar o seguinte endereço: <https://www.instagram.com/cepihoracio/>

Para isso, será necessário tornar visível aos olhos dos estudantes, que se encontram nos anos finais do Ensino Fundamental, a história desse lugar, ressaltando sua complexidade, e por isso buscamos produzir uma escrita apropriada à compreensão de crianças e adolescentes. Faz-se necessário, portanto, escrever essa história. De acordo com Albuquerque Junior (2008), escrever a história regional não é apenas rerepresentar a região, é ir além, em uma apropriação realizada no presente, o autor afirma que essa escrita é: “um trabalho de elaboração do regional, de ressignificação, de atualização do sentido que a região possa ter, é um trabalho de invenção ou reinvenção do regional ou do local” (ALBURQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 09). Deste modo, essa história se apresenta em sua complexidade e envolve compromisso em sua escrita, a fim de permitir o olhar para o lugar em que se vive, vendo o que até então não se via, percebendo rastros do passado a partir do tempo presente.

Partindo da concepção de Arrais e Sandes (2018) de que a reflexão em torno do conhecimento regional está associada aos conceitos de região, memória e história e percebendo sua manifestação no patrimônio; achamos necessário pensar sobre essas ideias, sem intenção de defini-las, procurando observar suas manifestações e sua possível associação em torno da criação da ferramenta de ensino almejada por este estudo. Vejamos, a seguir, aspectos relacionados à criação do Balaio de Recordações.

1.1.1 Sob a sombra das Goiabeiras - A Região

“...a região (o discurso da diferença, que reivindica a legitimidade do específico e de seus critérios de eleição e, ao mesmo tempo, a autoridade de sua Associação com o mundo)”. (ARRAIS e SANDES, 2018, pág. 27)

Voltando nossos olhares para Inhumas, percebemos um município do estado de Goiás, localizado a aproximadamente 40 km da capital. Lugar onde se encontram nossos alunos e alunas, vivendo no ritmo acelerado de uma cidade que compõe a região metropolitana de Goiânia e ao mesmo tempo mantêm aspectos interioranos. Inhumas, a princesinha do cerrado que ao longo da história foi destaque na produção agropastoril, apresentando hoje tendência industrial, é lugar de diversos

personagens. Direcionamos nossos olhares a Inhumas, mas vamos distante no tempo, antes mesmo de Inhumas existir.

A história nos leva a lugares específicos e estes ocupam expressões maiores ou menores a partir do interesse de quem a conhece. A “Região” se caracteriza, na concepção desse estudo, como lugar de vivência, que se revela fundamental na compreensão social. Local de disputa, que com dinâmicas próprias exige também escritas próprias. O regional se estabelece a partir de intensa relação entre memória e história, a qual se apresenta, de acordo com Arrais e Sandes (2018), mediante difícil negociação, resultante do fato de compartilharem objetos. Negociação que mesmo difícil, acreditamos ser produtiva para a apropriação do conhecimento histórico.

Ao voltar nossos olhares para o entorno de onde vivemos, podemos ver aquilo que pela proximidade e familiaridade nos passam despercebido, embora sejam aspectos capazes de revelar muito sobre quem somos. O pouso de tropeiros de Goiabeira, que tem passado despercebido no ensino da história do município, ao ser observado, poderá revelar características ligadas ao “viver” neste local. Sobre a importância de estudos locais para a compreensão do ser, nos deparamos com a percepção de Halbwachs (1990) ao identificar que: "nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros" (HALBWACHS, 1990, p. 131), estando então, repleto de historicidades e memorações. Fruto de uma correspondência de adequações, o lugar recebe a marca das pessoas e vice-versa, constitui o ser e é constituído por ele em sua memória e conseqüentemente em sua história. Halbwachs (1990) afirma:

É sobre o espaço, sobre o nosso espaço - aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso e que em todo o caso nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir - que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (p. 143).

É a partir desse lugar, em sua complexidade relacional, que percebemos região como um espaço construído por nós, de onde conseqüentemente carregamos traços respectivos, com os quais nos identificamos. Espaço, do qual somos capazes de lembrar e esquecer. Espaço de múltiplas vivências, de múltiplos personagens, como por exemplo, os tropeiros. Lugar que estabelece dinâmicas próprias e

combate ideias universais, onde a vida acontece atendendo as necessidades dos que ali vivem.

De acordo com Martins (2010), o termo região assumiu muitas características ao longo do tempo; correspondendo a lugar isolado ou separado por aspectos próprios, fator comum até o século XVIII; associando-se na modernidade ao desenvolvimento global, de onde, no contexto da nação tornou-se parte do todo. Mesmo, com o capitalismo, caracterizado por sua tendência a generalizar pessoas e coisas, observa-se que o regional resiste. Diante das muitas características assumidas no decorrer do tempo e enfrentando as conjunturas gerais, entendemos o local como o lugar constituído historicamente e entendemos, junto aos diálogos estabelecidos, que o regional não é história em pequenas partes, mas como diz Martins (2010), é natureza da sociedade e da história. Em relação a este estudo, referenciando o conceito de região à criação de um recurso pedagógico para o ensino da história (o Balaio de Recordações), concentramos nossa visão em sua vinculação à concepção do conhecimento histórico, conseqüentemente à historiografia.

Albuquerque Junior (2008), analisando as posições dos estudos regionais e locais a partir da Escola dos *Annales*⁷, identifica uma matriz de reflexão regional estruturalista baseada no regionalismo francês do final do século XIX e início do século XX, onde região é apresentada como espaço físico, se estabelecendo como pedaços menores do todo; sendo regional, nessa concepção, uma forma específica de se estar no mundo. Em "receita" oferecida pela escola dos *Annales*, é possível perceber que a região é colocada de forma estrutural, caracterizada pelo geográfico, separada do acontecimento, marcada pela oposição entre comunidade e sociedade, definindo uma visão, onde o tempo é lento e prevalecem permanências, tradições, semelhanças e continuidades. Albuquerque Junior (2008) ressalta que essa visão estruturalista não leva em conta o fato de que região corresponde a um conceito e não necessariamente a um espaço. Um conceito que admite diversas definições e concepções em momentos e lugares também distintos. O autor lembra:

⁷ Escola dos *Annales*, de acordo com Ferreira e Franco (2009), corresponde ao nome dado ao enfoque da história, criado em 1929 por um grupo de historiadores franceses, ligando a história à sociologia, que propunha maior ênfase nos sistemas sociais, nos aspectos culturais, estruturais, populacionais e ecológicos. Sua origem está vinculada à fundação da revista *Annales* em 1929 e à *École Pratique des Hautes* (escola prática de altos estudos) em 1948, com destaque à personalidades como Marc Bloch e Lucien Febvre. Os historiadores referenciados pela Escola dos *Annales* questionavam a hegemonia da história política. (FERREIRA e FRANCO, 2009, p. 45).

A identidade regional não é dada pelo espaço onde se nasce, ela emerge de um trabalho de subjetivação, ela é constituição de uma dada subjetividade através das relações sociais e da incorporação consciente ou não das narrativas que definem esse ser regional. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 8).

Ressalta ainda que abordagens estruturais são boas e servem para descrever os elementos, mas, não conseguem tratar sobre como eles são. Esta abordagem não é suficiente para destacar a complexidade que envolve a localidade por não apresentar elementos que revelem os seus sentidos. Como já foi mencionado, de acordo com Albuquerque Junior (2008), escrever história regional e/ou local não é apenas um trabalho de reapresentação, mas sim, de ressignificação, permitindo sua atualização e “reinvenção”. Fazer história local e regional corresponde a identificar sentidos, modificando-os a partir de nosso olhar, que lançado sobre o tempo atual reestrutura, atualiza e destaca sua complexidade. A composição dos territórios é constituída de historicidade e esse é o diferencial que nos faz perceber que a região não é fragmento de uma história maior, mas é a própria história desenvolvida. Assim sendo, a ideia de localidade que se torna base para nosso empreendimento, caracteriza-se como construção histórica dinâmica, onde é possível identificar identidades específicas e o passado se torna compressível a partir da percepção do presente. Então, voltando nossos olhares à Inhumas-GO, vejamos em sua complexidade a vida acontecendo.

Interessante observar que na história regional se destacam os mesmos temas apresentados em outras formas de retratar a história, os quais são escolhas estabelecidas que acabam por constituírem críticas às interpretações dominantes, sendo uma forma de fugir das generalizações e das determinações da historiografia nacional. Nesse sentido, região se apresenta como lugar de conflito que ao longo da historiografia brasileira assumiu posições reduzidas, uma vez que se referenciava à parte do todo, tornando-se preocupação historiográfica com destaque, como nos informam Arrais e Sandes (2018), somente a partir da década de 1990 com o aumento dos programas de pós-graduação. Esses autores nos informam:

Nas últimas décadas, de modo sincrônico ao processo de expansão dos programas de pós-graduação do país, o âmbito regional tornou-se a pedra angular a partir do qual os pesquisadores puderam responder as dificuldades analíticas e incompatibilidades empíricas resultantes, por um lado de modelos históricos metodológicos generalista, típicos da geração de historiadores até por volta da década de 1980. Por outro lado, ao investir no âmbito regional, a

pesquisa histórica pôde finalmente desconstruir a perspectiva historiográfica vinculada ao Estado Nacional". (ARRAIS e SANDES, 2018, p. 21/22)

Com essa expansão, se torna possível fugir da generalização dos fatos e dos vínculos com a historiografia definida pela nação, criando possibilidades de contar uma infinita diversidade de histórias que constroem uma determinada região, como lugar de narrativa histórica atribuída a duas formas de se representar o passado, a história e a memória.

Ao voltar nosso olhar para a historiografia goiana, nos deparamos com os relatos dos Viajantes que caracterizam essa região como lugar de ócio, fruto da crise do Ouro. Mas, vejamos: quantas histórias se manifestavam além das contadas pelos Viajantes? Quantas memórias resistem além dos registros estabelecidos? Quantas histórias e memórias podem ser reveladas a partir dos personagens que ocuparam as diversas regiões? Durante muito tempo prevaleceu uma ideia de isolamento que, de acordo com Arrais (2020)⁸, coloca Goiás como um aditamento da história do Brasil, que por sua vez é colocado como um suplemento da história da Europa; como se, em Goiás, não tivesse manifestado, no contexto colonial, nada além das relações propiciadas pela exploração aurífera. É preciso ampliar a visão, mostrar que outras histórias existiam e é nesse sentido que verificamos, passando pelo território onde hoje se encontra o município de Inhumas-GO, os tropeiros, que nos levam a pensar em quantas histórias e percepções essa especificidade pode nos revelar, talvez despertando lembranças, reafirmando memórias, dando sentido a objetos que se apresentam no cotidiano dos goianos. Acreditamos que por meio de um Balaio de Recordações os estudantes poderão ver o lugar em que vivem de outra forma.

Arrais (2020), refletindo sobre o conceito de região para a história, destaca que no limite tudo é historiografia regional e confirma que é uma questão de escolha, sendo necessário estabelecer questionamentos. Também para Albuquerque Junior (2008), a história local e regional deve ser questionada em relação ao seu caráter naturalizado, afinal a própria ideia de identidade regional não é pronta e acabada por natureza, mas é vida e se modifica cotidianamente. Diante dessas considerações é possível concluir que trabalhar com história regional requer mais, requer

⁸ Live realizada em 16/09 pelo canal UEG/TV sob mediação do Professor Fernando Lobo (UEG), onde o Professor Cristiano Arrais (UFG) fala sobre seu livro lançado pela Editora Cênone: "O século XVIII em Goiás: A construção da Colônia". Disponível em: www.tv.ueg.br. Acesso em: 15/01/2021.

compreender, que Inhumas/Go, por exemplo, é um conceito proveniente da história, relacionado a memória, caracterizado por uma série de acontecimentos, portanto, ao falarmos desse lugar não estaremos falando de um espaço físico, mas de ações humanas sociais que construíram a ideia do que chamamos de Inhumas.

1.1.2 Se não me falha a memória

“A memória (a experiência humana presentificada no tempo)...” (ARRAIS e SANDES, 2018, pág. 27)

A memória faz parte do que somos, nos acompanha aonde vamos, às vezes confusa, outras falha, mas sempre presente. Memória corresponde a pertencimento, é algo que nos pertence e nos faz pertencentes, nos tornam únicos e ao mesmo tempo nos permite fazer parte do grupo, ela nos revela. Quantas memórias constituem esse lugar socialmente definido como Inhumas? São tantas que quase não dá para lembrar. A memória, como ressalta Tolentino (2013), está relacionada à própria vida das pessoas (individual ou coletiva) e por isso é considerada em sua grande relevância para a identificação dos seres e dos grupos. É fio que se entrelaça estabelecendo a sustentação do que somos. O autor afirma que as memórias:

...constituem a nossa capacidade de perceber e reunir experiências, saberes, sensações, emoções e sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar. Elas são essenciais a um grupo porque estão atreladas à construção de sua identidade. São o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de continuidade e de experiência, isto é, de identidade. (TOLENTINO, 2013, p. 07)

Como aquilo que reunimos e guardamos, a memória nos revela e por isso, percebendo-a em seu complexo valor e possibilidades, destacamos seu papel na criação do Balaio de Recordações, enquanto recipiente para se guardar lembranças, revelar saberes, provocar sensações, emoções e sentimentos, transformando-o em receptor de representações de experiências e identidades. Pensando sobre o pouso de tropeiros de Goiabeira, questionamos sobre como a memória pode ser evocada para a compreensão dos aspectos culturais e sociais desse lugar, por isso, nos dispomos a refletir sobre a memória e sua relação com o mecanismo educacional

almejado neste estudo, verificando como as recordações podem nos ajudar na construção do conhecimento.

Refletindo sobre a dinâmica da memória em sua manifestação nos deparamos com diversos estudos, que vão desde seu entendimento como algo exclusivamente relacionado à vida (Nietzsche); destacando sua ligação ao grupo enquanto elemento de coesão e coletividade (Halbwachs); chegando até sua relação às sociedades como algo promovedor de unidade (Nora), ambas percepções estabelecidas de luta entre memória e história. Temos também estudos aprofundados sobre o esquecimento (Pollak e Ricœur), ressaltando sua importância como parceiro da memória. Compreensões que apresentam a memória em sua especificidade vivencial, em sua exclusividade coletiva e em seu caráter social ou físico; todos estes estudos solícitos à representação da memória, levando-nos a percebê-la como algo complexo. Avançando em nossas leituras, diante da complexidade percebida, entendemos que não se trata de algo estrutural que se possa definir e finalizar. Assim, junto aos estudos de Assmann (2006), percebemos a memória como algo relacional, fascinante e complementar.

Na atualidade é possível perceber um fascínio pelo tema da memória⁹, que enquanto fenômeno transdisciplinar, interessa a diversos setores, se tornando preocupação talvez por seu caráter contraditório ou pelo fato de não haver teoria única para sua definição. Buscando entender sua dinâmica, podemos identificar processos diferenciados no indivíduo e na coletividade/institucionalidade. Sendo que o primeiro, de acordo com Assmann (2006), segue regras gerais psíquicas e o segundo é guiado por políticas de recordação/esquecimento. A autora afirmou:

“Enquanto os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento.” (ASSMANN, 2006, p. 19).

Regras psíquicas e políticas de recordação e esquecimento direcionam as lembranças, por isso, recordar e esquecer geram reorganização da identidade, (lembrando que a reconfiguração da memória pode resultar em diversas dinâmicas, também de manipulação). Pensando em sua função, onde a memorização pode ser

⁹ O fascínio atual pelo tema da memória havia sido identificado por Pierre Nora (1993) como fruto da crise da memória. Assmann (2006) identifica-o, não diante uma crise, mas sim em seu caráter transdisciplinar.

usada para vários fins dependendo do objetivo estabelecido e particularmente da relação entre recordação e identidade, podemos perceber que a memória está relacionada à atos culturais, como afirma a Assmann (2006): "...da recordação, da rememoração, da eternização, da remissão, da projeção e, por último, mas não menos importante, do esquecer, sempre embutido em todos esses atos" (p. 32-33). Em sua dinâmica a memória se faz presente na constituição do lugar, sendo agente definidor das características individuais e coletivas do conceito chamado Inhumas-GO, por exemplo. Daí a importância de se considerar a memória no estudo em questão.

Carsalade (2015) ressalta que a memória refere-se ao passado, o qual pode ser requisitado para referência do presente e destaca que enquanto objeto de estudo de diversos pensadores contemporâneos, a memória é percebida como indeterminada por não estar disponível exatamente como queremos e não haver um sistema de acesso imediato ou mesmo direcionado, onde em um "click" possamos obter, sem barreira alguma, o arquivo pretendido. As informações fornecidas pela memória são alteradas constantemente, afinal, ela não depende só do passado, ela é evocada no presente por necessidades atuais e assim, se apresenta de forma indeterminada, de acordo com o contexto de acesso. A memória é algo acessado no presente em direção ao passado, sua indeterminação revela riquezas de significado e isso nos faz compreender seu aspecto de vivacidade. A recordação nos indivíduos não é confiável, afinal, o ser humano jamais dispõe por completo das lembranças.

Em nossos estudos percebemos que para a memória funcionar é preciso acionar gatilhos. As manifestações da memória são esporádicas como choques, por isso a lembrança sempre exige um requerimento (coletivo ou individual, físico, ou mental). Diante dessa percepção acreditamos que os objetos referenciais concentrados no Balaio de Recordações podem fazer esse papel de gatilho. Assmann (2006) destaca que muitos caminhos levam à memória, caminhos tecnológicos, filosóficos, médicos, psicológicos, sociológicos, artísticos, históricos; manifestados em mídias como imagens, escritas, vozes, sons, corpos, fotografias, filmes, arquivos digitais, entre outros, por isso, observando os vestígios materiais e imateriais deixados para nossa percepção, é possível voltar o caminho percorrido. Defendemos a ideia de que a ligação com o lugar onde havia a pousada de tropeiros nos levará a esse caminho, mesmo estando distante. Enquanto professores e professoras de história, mediadores e mediadoras do possível despertar da

memória, devemos nos atentar para o fato de que ela é indeterminada, por nem sempre estar acessível, é parceira da lembrança, mas também do esquecimento.

Ricœur (2007), pensando sobre o esquecimento, destaca que uma memória que não esquece é monstruosa e em pontos específicos esquecer garante seu equilíbrio. Halbwachs (1990), também afirma que é como se a memória tivesse “necessidade de se descarregar”, em um esvaziamento que ocorre quando aumenta a quantidade dos acontecimentos que podem ser guardados. A questão é que o esquecimento, como nos informa Ricœur (2007), pode ser natural ou por enquadramento, caracterizado por um apaziguamento com o passado ou por usos e abusos, com destaque também para a chamada memória encobridora, ressaltada por Assmann (2006), onde um ato é usado para encobrir lembranças gerando novas lembranças. Comumente o esquecimento provoca silenciamentos, mas, devemos ressaltar, há esquecimentos que se tornam mecanismo de defesa, como, por exemplo, aqueles que permitem apaziguar traumas. Os projetos de esquecimentos precisam ser questionados, verificando a quem interessam, e os educadores/educadoras devem, fazer das aulas de história espaços de questionamentos. O desafio é superar as repetições e esquecimentos por abusos políticos, tomar distância e ao mesmo tempo promover o debate em reflexões sobre seu sentido para o presente, cientes que a recordação é uma potência de conflito.

É importante ressaltarmos, como destaca Le Goff (1990), que a memória faz parte do jogo do Poder, ela autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, obedece aos interesses de quem as constituiu e por isso merece atenção quanto à suas defesas, sendo necessário para sua compreensão relacioná-la ao contexto de dominação em que se apresenta. Memória não é concebida ou recebida passivamente, ela é construída e como construção é carregada de intencionalidades, atendendo interesses dos atores sociais que a compõem (podendo ser usada também pelos movimentos negacionistas¹⁰). Ela trabalha para consagrar eventos ou personagens e pode ser solo fértil para expressão de poder e conceitos ultrapassados. Esquecer é uma possibilidade, o problema é quando o esquecimento exclui personagens, tornando-os ocultos. Na presente situação vale lembrar que Inhumas não se formou apenas por homens “abastados”, socialmente bem estabelecidos, mas sim, por homens e mulheres de diversas características que

¹⁰ Negacionismos, de acordo com Bauer (2018), “literalmente nega determinados fatos”, sendo fator correspondente à disputa de memórias (BAUER, 2018, p. 197).

contribuíram para sua formação. Não podemos simplesmente esquecer tantos outros que estiveram aqui. Por isso, na proposta da criação de um recurso pedagógico para o ensino de história, pretendemos que o Balaio de Recordações assuma o papel de mediação da memória com os textos, imagens, objetos e referências diversas e seja gatilho provocador de recordações.

1.1.3. Como nos conta a história

“... a história (o produto escriturário da tensão criada entre o passado, o historiador e sua cultura)...” (ARRAIS e SANDES, 2018, pág. 27)

Que histórias podemos contar sobre Inhumas/GO conscientes de que esse lugar é um conceito construído? Partimos de uma concepção de história ampla e relacionada à memória, ciência de investigação que atende aos interesses do presente. Uma história constituída de muitas narrativas que possibilitam compreensões essenciais à sociedade, percebida como uma prática social. Instrumento pelo qual revelaremos, observando o pouso de tropeiros, múltiplas histórias, tantas quantas percebidas nos vestígios da memória.

De acordo com Le Goff (1990), a História em sua origem era testemunho e ao nascer como tal (século V a. C.) não era nem construída, nem observada, era relato do que se via, porém, o percurso de cientifização colocou esse fator de lado e no decorrer do tempo, essa noção foi substituída pela ciência historiográfica. Mas, pelos questionamentos desenvolvidos ao longo do século XX foi permitindo o renascimento da história-testemunhal. Como também ressalta Nora (1993), ocorreu um retorno ao evento, onde a história deixa de ser mestra (legitimação do passado) e passa a ser mentalidades (legitimação pelo futuro), caracterizando-se pela ampliação da ideia de fato histórico e de documento, permitindo a apropriação de artefatos para ajudar a conhecer e assim se faz ação partindo do presente para procurar, pelo passado, compreender o próprio presente em suas múltiplas relações. Estamos lidando com uma ciência que não se opõe à memória, mas que a completa e se complementa nela, relação que nos permite perceber a diversidade de histórias existentes em Inhumas-GO.

É na historicidade que a história se caracteriza como uma categoria do real, passando por processos diversos e complexos, inserindo a própria história em uma

perspectiva histórica. A historicidade permite a inclusão de novos objetos da história, os quais são fundamentais para a compreensão do regional, excluindo a existência de uma história única. Ricœur (2007) defende que a história é pluralidade, ambiguidade, é mista e conseqüentemente possível de se reconstruir e assim, é sempre atual. É olhando a história na interpretação entre o que passou e o que acontece agora que se consolida sua função social.

Pensar na função social do passado, nos leva às reflexões sobre a sua utilidade, verificando junto à Rüsen (2007) que o passado está vivo, por ser significado histórico para os projetos do presente e do futuro, sendo que sua apropriação cognitiva resulta da interpretação histórica da emergência do agora. Todo conhecimento histórico tem função de orientação e o passado ganha sentido na interpretação, afinal, os fatos em si não dizem muito (quase nada), é a interpretação desses fatos que a história ganha significado. O passado não muda, mas, as projeções para o futuro sim, e por isso se torna útil. Esperamos que o conhecimento pretendido com o Balaio de Recordações se torne útil aos nossos alunos e alunas.

Justamente para atender a uma demanda do presente é que recorreremos ao Balaio de Recordações enquanto recurso pedagógico. Inhumas-GO é um município que recebe muitos migrantes, devido à oferta de serviço temporário no corte da cana de açúcar e na colheita de laranjas, situação que atrai anualmente famílias inteiras para este lugar, das quais muitas decidem permanecer depois da temporada de trabalho, fator que amplia consideravelmente a diversidade social do município, levando a escola a ser espaço de manifestação da heterogeneidade, onde crianças provenientes de diversas regiões do Brasil e diversos lugares, convivem se adaptando à Inhumas. Acreditamos que possibilitar a esses estudantes a percepção de que em sua origem Inhumas também foi local de acolhida, e que a partir daí todos chegaram aqui em algum momento (alguns de passagem, outros permanecendo), poderá levá-los a identificar esse local como seu¹¹. É necessário hoje, perceber essa diversidade do ontem para que todos se sintam parte desse lugar, independentemente de sua origem e do momento em que aqui chegaram. É

¹¹ Observando o sistema de gestão escolar disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação, foi possível verificar no cadastro dos discentes, de acordo com sua origem (cidade e estado) que, a maioria, aproximadamente 70% dos estudantes matriculados no CEPI Horácio Antônio de Paula, são provenientes de outras regiões do país (principalmente Pará, Alagoas, Bahia e Maranhão). Informação verificada na ficha do aluno contida no sistema de gestão escolar, localizada na opção documento, relatório, dados cadastrais.

preciso que nossos alunos e alunas, na referência do lugar em que vivem, saibam de tantas outras histórias quanto puderem saber, assim como percebam tantos outros personagens quanto puderem perceber.

A história necessita ser ouvida como um ramo fundamental dos saberes. Mas, para isso, é preciso se preocupar com sua forma e função. Sobre essa questão, se fazem importantes as considerações de Rüsen (2007), segundo o qual, se preocupar com a divulgação da história é fundamental para que ela seja entendida e isso não a faz evadir-se de sua cientificidade, porque esse saber não é estruturado apenas em métodos, mas sua razão de existir se volta ao entendimento. A forma que a história é apresentada permite que desempenhe sua função, ou não. Por isso a preocupação com o ensino de história, enquanto forma de apresentação do conhecimento histórico, se faz tão importante para que sua função seja alcançada. É pensando na apresentação desse conhecimento aos alunos e alunas de Inhumas (os que nasceram aqui e os que chegaram em algum momento, os que vão ficar e os que vão partir, todos que precisam entender, conhecer e identificar, para compreenderem os aspectos culturais em que estão inseridos), que buscamos referências no passado e as consolidamos em um recipiente.

Mas, é importante lembrar, como na memória, há poder em relação à objetividade e manipulação do conhecimento histórico. Deve-se ter muita atenção, lembrando que: "todo documento é um monumento ou um texto, e nunca é 'puro', isto é, puramente objetivo" (LE GOFF, 1990, p. 23). A simples submissão dos fatos históricos não constitui a objetividade histórica.

Durante muito tempo se prevalece a história de grandes acontecimentos, com privilégio do documento escrito, mas nos tempos atuais, as diversas marcas deixadas pelo homem são consideradas e são algumas dessas marcas que pretendemos compilar para permitir a percepção de uma história ampliada, possível a todos, diversificada, para além do que a história oficial tem contado, uma história interpretada. Fator que se torna possível pela percepção da estreita relação entre cultura material e história, com possibilidades de rompimento de silenciamentos estabelecidos pela historiografia tradicional. Observando representações da vida, de ideias, de sentimentos, de vivências, os objetos tem papel decisivo nas pesquisas históricas, rompendo com os silêncios presentes no documento escrito. Destacando que o documento falso também é documento histórico. Com base na cultura

material, a história dos tropeiros de Goiabeira pode ser revelada para a geração atual.

Foi a história que se legitimou na escrita, essa mesma escrita que prometia eternizar a memória. Foi a história que para atender a determinadas demandas delegou ao esquecimento as mulheres, os pobres, os marginalizados, apropriando-se assim de uma amnésia estrutural. Mas também é a história que hoje, em sua evolução, pode rever tudo isso e se constituir parte de um processo libertador. A história pode ser um mecanismo eficiente na luta contra o esquecimento causado pelas estruturas do poder. Pode ser usada para defender interesses específicos, mas é preciso inverter essa situação, permitindo que o cidadão e a cidadã manuseiem as fontes, percebam as manipulações e direcionem a interpretação. A história não realça o que passou, mas o que está presente no agora e assim permite que cada um se reconheça como agente histórico.

1.2 REVIRANDO O BALAIÓ – POSSÍVEIS ASSOCIAÇÕES ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA

Conhecer o mundo em que vivemos é um grande desafio, não basta olhar superficialmente, é preciso identificar as marcas deixadas por aqueles que o construíram e principalmente por quem continua construindo-o. Enfrentar esse desafio significa ingressar em um campo onde atuam a memória e a história, mecanismos reveladores dos processos pelos quais edificamos o mundo. Se os passos que nos trouxeram até aqui se vão distantes para serem lembrados, estes podem ser informados nos vestígios perceptíveis pela investigação. Assim, identificamos memória e história a serviço do ser vivente, especificamente em relação ao local que se vive, a região.

Verificamos com Le Goff (1990), que desde o final do século XX, os historiadores se interessam cada vez mais pela relação entre história e memória e diante as reflexões estabelecidas, percebemos que a história regional está intimamente ligada à associação entre essas ideias. Faz-se necessário, portanto, articular essas concepções e gerar sua apropriação, colocando-as em função dos seres.

Ao falarmos de região nos deparamos com múltiplas “memórias” e “histórias”, de forma que para compreendermos o contexto próximo ao espaço em que vivemos

é preciso desprender nosso olhar sobre esse lugar captando sua diversidade. Devido sua proximidade em relação à vivência, a memória é caminho de acesso ao passado local, mas também a história leva a esse passado com acesso certo, devido seu caráter investigativo. Por isso, recorrendo à memória e à história em uma inter-relação, acreditamos ser possível despertar lembranças e identificar patrimônios. Como afirmam Arrais e Sandes (2018): "faz-se necessário, portanto, abordar de modo compreensivo a história da região no intuito de redimensionar a fronteira do pensável enquanto consequência histórica..." (ARRAIS e SANDES, 2018, p. 228), conscientes que o passado é recriado ao ser apresentado no presente, fator também destacado por Albuquerque Junior (2008) ao reforçar que o passado é modificado a partir de nosso olhar.

Buscando compreender essa articulação percebemos que a memória, como ressalta Nora (1993), corresponde ao estoque de vestígios do que é possível lembrar, sendo reveladora de histórias. O autor afirma: "Nenhum lugar de memória escapa aos seus arabescos fundadores" (NORA, 1993, p. 23). Também Assmann (2006) destaca que a memória se orienta para o passado e ressalta: "Ela segue rastros soterrados e esquecidos, e reconstrói provas significativas para a atualidade" (ASSMANN, 2006, p. 53). Assim, acreditamos ser possível, analisando os "arabescos fundadores" das memórias locais e os "rastros soterrados", identificar muitas histórias revelando a grande diversidade existente na região.

A questão central aqui, como se percebe, é o acesso ao passado, para que os estudantes possam se apropriar do lugar onde vivem por meio do conhecimento. Assmann (2006) afirma que a memória segue rumo ao passado "por entre o véu do esquecimento" (ASSMANN, 2006, p. 53) e é contra o esquecimento que pretendemos usar a história. História e memória caminham lado a lado, se completando, se beneficiando uma da outra, se manifestando na recordação ou no esquecimento, se apropriando de meios de acessos diversos, enfrentando lutas de poder em nome das lembranças.

Nosso intuito é ensinar história e nosso desafio é tornar este ensino significativo, tendo por base seu caráter interpretativo. Para isso, identificamos na relação entre memória e história a possibilidade de despertar recordações a partir de determinados traços empreendidos em objetos de patrimônio. Acreditamos ser possível fazer com que o conhecimento se manifeste e conseqüentemente dê demasiado sentido ao modo de vida desse lugar. Olhar para a sociedade atual e ver

traços constituídos a partir de objetos de memória nos levará a entender quem foram nossos antepassados e compreendendo-os existe a possibilidade de nos percebermos também. É fato que a memória se esvai, estando associada ao esquecimento, mas quando os acontecimentos são esquecidos e figuras antigas apagadas, ficam traços/vestígios que a história pode desvendar e mesmo que não sejam lembranças propriamente ditas, podem fazer conhecer.

Sobre encontrar formas de acesso ao passado diante as mudanças profundas, Halbwachs (1990) afirma que é possível reencontrar caminhos e movimentos antigos, guiando-nos por vestígios deixados, como exemplo o autor apresenta a planta geral da cidade antiga, que pode transportar até o passado, fator sempre possível aos que ali viviam e encontram significados no traçado das ruas. No caso do Balaio de Recordações, acreditamos que objetos e referências podem conter esses traços. Em uma sociedade que se transformou subsistem sinais do que existia antes, os quais são visíveis para quem os conheceram como era, mas também perceptíveis para aqueles que ouviram falar desses tempos encontrando acesso na herança presente. Memória e história dialogam intensamente e talvez por isso se confundam. Uma é fonte para outra e ambas tratam de reconstruções do passado, servindo para atender interesses diversos do presente. História e memória caminham juntas e se manifestam no patrimônio.

O pouso de tropeiros já se vai distante ao tempo, não defendemos a ideia de que os estudantes irão lembrar especificamente do movimento de ir e vir das tropas, mas sabemos que o desenrolar da presença dos tropeiros aqui geraram muitas relações para além do pouso, para além do Goiabal. Acreditamos que ao depararmos com pontos de lembranças, manifestados em objetos específicos (mídias), teremos uma significação de vivência para esse lugar antes pertencente aos tropeiros, hoje aos nossos alunos e alunas. A memória pode ser observada como fonte contribuidora para definição da história e da mesma forma a história pode contribuir para a manifestação de lembranças. Pensando em nossas pretensões com o Balaio de Recordações, para a dinamização do ensino de história local, nos deparamos com a inspiradora colocação de Halbwachs (1990), ao dizer:

Folheando essas páginas, parece-nos ver ainda os velhos parentes que tinham os gestos, as expressões, as atitudes e os costumes que reproduzem as gravuras, aparece-nos ouvir vozes e reencontrar as mesmas expressões que usavam. Sem dúvidas, que esses "museus de famílias" e "revistas pitorescas" tenham subsistido, é um acidente. Poderíamos, aliás jamais tirá-las de suas estantes e abri-los.

Entretanto, se reabro esses livros, se encontram essas gravuras, esses quadros, esses retratos, não é de modo algum porque, possuído por um impulso, por uma curiosidade de erudito ou pelo gosto pelas coisas velhas, iria consultar esses livros numa biblioteca, e olhar esses quadros no museu. Eles estão em minha casa ou em casa de meus pais, eu os descobro entre meus amigos, prendem meus olhares sobre o cais, nas vitrines das lojas de antiquários (HALBWACHS, 1990, p. 68).

E colocamos em questão: por que um Balaio de Recordações? A resposta nos parece simples: para abrir os livros, ver os quadros, as revistas, gravuras, os objetos, simbolicamente falando, e assim compreendermos o sentido deles como parte de nossa vida, propiciar que a memória se manifeste e em seus traços dê sentido à história que está por ser descoberta/compreendida, permitindo que as crianças olhem sobre "o cais", olhem a "vitrine dos antiquários", olhem para os pertences de seus pais, avós, para os objetos que cercam seu cotidiano e entendam o significado de tudo isso e talvez compreendam o que elas mesmas significam. Lembrando que o olhar vem acompanhado de questionamentos, de reflexões, de compartilhamento de saberes. Por isso pretendemos promover o diálogo em rodas de conversa em torno do Balaio. O Balaio de Recordações se configura como recipiente onde se encontram lembranças guardadas, tratando-se de uma referência aos pertences dos tropeiros acondicionados em uma "caixa", agora colocados à disposição, para serem revisitados.

No Balaio pretendemos que os acontecimentos sejam referenciados a objetos referenciais de lembranças, observando que, como ressalta Menezes (1983), a cultura material não é reflexo passivo da sociedade que a criou, ela interage com a sociedade efetivando as relações sociais. Seu conteúdo só fará sentido aos que se dispuserem revirá-lo associando-o aos contextos diversos de criação, circulação e atuação dos objetos, dependerá sim das relações que a memória possibilitará, dos pontos de ligação que permitirão, ou não, as lembranças se manifestarem, mas também, do conhecimento histórico. Esperamos que os objetos (referências ao patrimônio cultural do contexto apresentado) contidos em nossa ferramenta de ensino permitam descobertas que mesmo não sendo lembranças diretas, possam se constituir em conhecimento. Esperamos que sejam encontrados pontos de referência para se concretizarem aspectos de memória.

1.3 O POUSO DE TROPEIROS: LUGAR DE MEMÓRIA?

A propósito da criação de lugares de memória, nos deparamos com a ideia de “fim da memória” apresentada por Nora (1993), caracterizada por um desmoronamento central proveniente da dinâmica da atualidade (modernidade). Porém, não acreditamos ser o fim da memória de fato. Assmann (2006), na introdução do livro “Espaços de Recordação”, questiona a ideia desenvolvida por Nora de que o grande interesse pela memória se dá pelo fato de ela não existir mais, verificando que para além da tradição cultural a memória continua existindo, valendo-se de tempos de armazenamentos diversos. Pensando junto com Assmann (2006), percebemos que há um reposicionamento desse fator, mas não ao ponto de se configurar uma crise propriamente dita. É possível identificar que certos tipos de memória como as de aprendizagem, as formativas e as experienciais, atualmente se retraem, enquanto outras ganham importância, como as midiáticas ou as políticas.

Os tempos atuais nos levam a novas concepções, mas a memória resiste. Olhar para a cidade e ver a dinâmica de vida atual nos faz realmente pensar que não há mais o que se lembrar, parece que tudo foi posto como está e deveras não foi, há algo ocultado na baixada do riacho, próximo à Igreja Matriz, perdido nos pés de goiaba que nascem aleatórios nas calçadas, há algo de passagem que insiste em ficar, manifestando-se nas festas, nas tradições, no comércio, nos saberes e fazeres, e reconhecer isso, seja por meio da história, no manifestar de memórias ou pela associação dessas duas ideias, nos levará a muitas compreensões em relação aos patrimônios estabelecidos.

Refletindo sobre essa questão é possível perceber que as memórias se apresentam em níveis diferenciados em relação aos tempos e lugares também distintos. O próprio Pierre Nora (1993) reconhece que: “Está dada a ordem de se lembrar, mas cabe a mim lembrar e sou eu que me lembro” (NORA, 1993, p. 17), mesmo que para isso seja necessário recorrer à mecanismos externos, midiáticos. Diante essa percepção podemos questionar: onde estão as memórias deste lugar enquanto conceito historicamente constituído? Estão contidas em diversos meios, talvez guardadas por indivíduos em “caixas” de recordações. Estão nos “arquivos” das famílias, nos objetos perdidos em “baús” conservados como heranças provenientes dos pais e antepassados, nos vestígios de outros tempos, mas, estão também nas manifestações cotidianas dessa cidade e a história permite, senão fazer lembrar, ao menos fazer saber, e sabendo talvez possamos entender as fotografias

preto e branco dos álbuns esfolados, que se encontram no fundo de gavetas, originários de nossos avós. Talvez possamos compreender porque determinados objetos foram descartados, ou tiveram suas funções deslocadas tornando-se decoração. Os vestígios de memória permitem a história se recobrir de significado, então para fazer lembrar discutimos sobre o estabelecimento de lugares de memória, propiciando a manifestação de lugares especiais no recordar do pouso de tropeiros. Trata-se, portanto, de uma questão de patrimônio.

De acordo com Pinheiro (2015), patrimônio é memória em transformação, que: “se atualiza constantemente com as identidades e as interpretações da cidade, e ante as ações daqueles que vivem e convivem na sociedade” (PINHEIRO, 2015, p. 13). É no patrimônio que a associação entre região, memória e história se consolida. Santos (2013), afirma que trabalhar o conceito de patrimônio é reconhecer que o entendimento está bem próximo: “É um olhar para dentro: primeiro para dentro de casa, do jardim, do quintal, do bairro, da cidade, e, finalmente, da região e do país”. (SANTOS, 2013, p. 12). Assim, conhecer o mundo em que vivemos implica em olhar de e para onde estamos, com os olhos da memória ver a história ou com os olhos da história ver a memória.

Martins (2015), refletindo sobre a condição de lugar especial, afirma que o espaço físico, por si só, não se torna especial, para isso é preciso que alguém ou algum grupo atribua a ele um significado afetivo, afinal é a partir do afeto investido que um lugar se torna essencial e único. Pensar na criação de um lugar de memória para a percepção da existência do pouso de tropeiros de Goiabeira é maneira de se estabelecer contato com o passado de forma mais direta, ressaltando o papel do patrimônio cultural no município. Esse lugar não pode ser simplesmente planejado e criado como se fosse uma obra monumental, mas é preciso provocar a comunidade e só o próprio tempo dirá se ali se constituirá um lugar especial, ou não. Patrimônio cultural é um termo de grande amplitude, mas é fato que se refere a algo que tem valor e, portanto, envolve o feito humano no lugar que ocupa e conseqüentemente, se torna testemunho de suas ações. É o espaço impresso pelas ações do ser humano e tudo o que representa essa impressão, material ou imaterial, que significa cultura e resulta em patrimônio cultural, por isso, deve ser caracterizado pelo princípio democrático. De acordo com Martins (2015), os elementos que compõem a cidade representam memória do lugar, e o direito à memória deve ser assegurado, daí a importância dos sítios históricos, principalmente referentes à regionalidade.

O patrimônio cultural é constituído de bens intangíveis (crenças, costumes, fazeres, saberes, ideias, danças, cantigas...) e tangíveis (móveis e imóveis) correspondentes ao conjunto de valores pertencentes às sociedades. Ele encontra-se presente em todos os lugares e atividades que fazem parte do cotidiano e é aspecto formador de identidades. O conceito de patrimônio cultural tradicional nos leva a referenciar o passado, mas atualmente é percebido de forma mais abrangente, estando relacionado à realidade vivida. Entendemos, portanto, patrimônio cultural, como aquilo proveniente da construção social, ligado ao contexto histórico. Para Florêncio (2015), os bens culturais são suporte vivo para a construção coletiva do conhecimento, permitindo a valorização da diversidade cultural.

No contexto de nossos estudos percebemos, pelos vestígios de memória e pela investigação histórica, a presença dos tropeiros de Goiabeiras que estiveram neste local. Assim como as inúmeras famílias que veem “descansar” em Inhumas, ficam por aqui, seus filhos vão à escola (CEPI Horácio Antônio de Paula) e depois como vieram se vão, mas deixam algo que deve importar. Esse lugar de descanso se beneficia dos que passam por aqui e sua presença deve ser lembrada de alguma forma. Seria então, o caso de concretizar um lugar de memória? O Balaio de Recordações poderia, mesmo em sua mobilidade proposta, desempenhar essa função? Ainda não temos resposta par essa essas perguntas, mas pretendemos discutir essa questão nas aulas de história, nas rodas de conversa.

Compilar objetos que lembrem os tropeiros é reconhecer que necessitam de suporte exterior, inclusive de lugar de memória ou, ao menos, de arquivos externos. Embasamo-nos na ideia de que a memória reside no interior dos locais e também nos meios (objetos) que permitem sua circulação. Mas ao recorreremos aos arquivos é preciso sempre questionar a posição que ocupam como testemunhos, por isso devemos ter cuidado ao definir objetos de memória para a constituição do Balaio de Recordações, sendo necessário deixar o Balaio aberto para novos objetos identificados, assim como, para a retirada daqueles que ao longo das reflexões não serão reconhecidos como representantes do contexto em questão, percepção a ser definida por aqueles que dialogarem com esses objetos. Fica a certeza de que os lugares de memória, juntamente com os objetos devem ter sentido, vontade de memória, e assim, fazer sentido também para os que se referenciam a esses lugares.

Pensando no poder de memorações dos lugares fomos até onde outrora se localizava o pouso de tropeiros e em sua proximidade encontramos a praça da matriz com espaço suficiente para formarmos rodas de conversa alimentadas por objetos e diversas mídias de lembranças que constituirão o Balaio de Recordações, buscamos esse local mediante reflexões que nos afirmaram:

Mesmo quando os locais não tem em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas podem solidificar e validar a recordação, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos. (ASSMANN, 2006, p. 318)

Certos de que épocas e culturas podem estar concretizadas em artefatos e em lugares, mas cientes de que um local só conserva lembrança quando as pessoas se preocupam em mantê-los, nos dispomos a provocar reflexões, talvez até mesmo gerar conflitos para trazer à tona histórias de Inhumas. Não sabemos se será estabelecido um lugar de memória para referenciar o pouso de tropeiros de Goiabeira, mas ficamos com a certeza da afirmação de Assmann (2006) de que: “lugares podem atestar e preservar uma memória, mesmo para além das fases do esquecimento coletivo...” (ASSMANN, 2006, p. 24), podendo caracterizar-se em memória cultural.

2 RECURSO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL – UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Estamos propondo um recurso pedagógico para o ensino da história local e regional com base na Educação Patrimonial, para isso, achamos necessário apresentar aspectos históricos referentes à interação entre história e patrimônio. Diante questionamentos sobre a relação entre o ensino da história de Goiás praticado nas escolas e a educação patrimonial pensada nos meios acadêmicos, nos deparamos com o fato de que ainda é necessário estabelecer avanços para que essa relação seja concretizada de forma eficiente na promoção do conhecimento. Vejamos brevemente, os percursos dessa relação para entendermos o despertar de uma parceria promissora caracterizada em uma nova pedagogia do patrimônio.

2.1 BREVE HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

Ensinar história exige grande compromisso por parte de professores e professoras. É necessário um desprendimento em se formar e se informar constantemente para poder atender às necessidades dos estudantes quanto ao conhecimento histórico, principalmente para oferecer esse conhecimento de forma significativa. É preciso ensinar história de/para quem a faz acontecer, diferente do que tem ocorrido no percurso da história do ensino de história, como revela Nadai (1992) como disciplina escolar autônoma, o surgimento desse ensino se deu no século XIX, na França, em meio ao movimento de formação das nações modernas, paralelo ao processo de cientificidade do conhecimento histórico. Portanto, enquanto disciplina, a história se constituiu a partir de aspectos positivistas e cientificistas, se apresentando como algo comprovado e conseqüentemente inquestionável.

No Brasil tivemos um longo percurso, onde no início prevalecia a reprodução dos conteúdos tratados na Europa, sendo o ensino de história inserido oficialmente em nosso país no século XIX, quando em 1822 se estabelece no Rio de Janeiro o Colégio Pedro Segundo, seguindo modelos franceses com o uso de manuais provenientes da França, fator que durou até a década de 1930, quando, só aí, se passa a usar materiais produzidos no Brasil. Como Nadai (1992) destaca: “Assim, a história inicialmente estudada no país foi a história da Europa Ocidental, apresentada como a verdadeira história da civilização” (NADAI, 1992, p. 146),

definindo um ensino distante de aspectos regionais e mais distante ainda de personagens como os tratados em nossa proposta, afinal, uma história enobrecedora não se lembraria da lida cotidiana de homens e mulheres que viviam nos sertões.

No percurso educacional do ensino de história, nos deparamos com as propostas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, determinando uma história notadamente elitizada, em prol de um Brasil específico, grandioso e dominador. O Instituto foi estabelecido com o objetivo de criar o perfil da nação brasileira, definindo uma identidade para o território. Percebemos, juntamente com Guimarães (1988), o quanto era uma tarefa difícil a de produzir uma visão homogênea de identidade para o Brasil, empreitada que envolvia ocultar grande parte da população. Nesse contexto, a história promovia a exclusão gerando reflexos terríveis que prevalecem até os dias de hoje. Daria conta, uma única história de toda a diversidade brasileira? Não deu. A História de protagonismo ocidental, etnocêntrica e liberal é falha por se fundamentar em omissões e centralização do poder. O IHGB também tinha o papel de incentivar o ensino público de estudos de natureza histórica e criar institutos provinciais, dessa forma, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) foi fundado em 1864, com objetivos bem definidos vinculados ao projeto de centralização política. A história ensinada no sistema educacional brasileiro foi criada para edificar a nação moderna, onde, de acordo com Guimarães (1988), o branco foi colocado como agente civilizador, o índio como mito e o negro como obstáculo ao progresso.

No Brasil republicano é possível observar que o ensino de história mantém seu caráter de doutrinação ideológica, buscando enaltecer a república com uma história linear caracterizada por grandes feitos de heróis, mantenedora de referência europeia, caracterizada pelo esforço em criar uma identidade comum para o cidadão brasileiro, destacando a ideia de democracia racial, em uma história sem violências ou conflitos. Tudo isso resultou em extremos silenciamentos, ocultando histórias e personagens. Temas como a África, América e História Regional foram esquecidos do currículo, prevalecendo a história cronológica, fator refletido ainda nos dias de hoje. Destaque no ensino de história após a implantação da república brasileira foi a situação estabelecida a partir de 1964, no período ditatorial, onde surge a disciplina OSPB (Organização Social e Política do Brasil), caracterizada por um ensino direcionado para a exaltação da nação e do civismo de obediência.

Mas, é fundamental ressaltarmos que durante todo esse percurso houve lutas e resistências articuladas no cotidiano de professores e professoras, que nas escolas de todo o Brasil ensinavam história para outros fins, indo contra o sistema. Estes revolucionários (muitos deles anônimos, outros cedendo seus nomes para serem referências) conseguiam ver, para além de seu tempo, desenvolvendo ações que promoviam a liberdade. A grande maioria, mesmo sendo perseguida, continuava revelando com sua prática que a história é para todos. Esses professores e professoras deixaram uma lição importante, a de que a resistência vale a pena.

De acordo com Caimi (2008), o espaço do debate teórico historiográfico foi restrito no Brasil até meados da década de 1970, nas décadas de 1980 e 1990 a situação se altera, tendo nos programas de pós-graduação um lugar privilegiado como espaço de produção, profissionalização e estudo dos referenciais teóricos, metodológicos e conceituais. Como discutimos anteriormente, mediante considerações de Arrais e Sandes (2018), foi a partir da década de 1990, com o aumento dos programas de pós-graduação que a questão regional se tornou destaque, combatendo modelos históricos metodológicos globais. Situação consolidada com a LDB de 1996, que em sua abertura reconhece a pluralidade cultural e a manutenção da história nos currículos. Porém, como podemos perceber em nossa prática, as mudanças são lentas e aspectos tradicionais permanecem ainda hoje no ensino escolar. Mas, novas teorias e práticas se manifestam constantemente, rompendo com modelos tradicionais.

Diante as recentes demandas históricas o desafio foi (e ainda é) construir um currículo que atendesse a um público escolar diversificado. Inovações significativas, como informa Bittencourt (2011), podem ser percebidas com a diversificação do uso de fontes de pesquisa na historiografia, as quais introduziram outras visões de ensino que reforçaram o caráter seletivo da história. No processo de ampliação do uso de fontes se evidenciou ausências sociais e de gênero, despertando para a necessidade de se combater a manutenção da história única e se permitir a inclusão de novos sujeitos nos currículos. Nesse contexto, a história social encontra espaço. A história do ensino de história traz consigo muitos confrontos no contexto de institucionalização dos saberes escolares, sendo espaço de disputas como as estabelecidas na constituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, de 20 de dezembro de 2017), de onde reiteramos, o currículo é espaço de criação simbólico e

cultural instituído para atender determinados interesses e enquanto criação humana pode e deve ser questionado.

Com o uso de fontes em sala de aula percebem-se possibilidades que ressignificam o ensino de história, fator permitido pela revolução documental (século XX). A incorporação dos documentos no ensino de história pode ser um mecanismo adequado e produtivo, de onde destacamos as características da Educação Patrimonial. Os documentos diversificados, como imagens, objetos, crônicas, memórias, filmes... (patrimônios materiais e imateriais) apresentam-se como estratégias significativas. Destacamos aqui, junto a Menezes (1983), o potencial informativo dos restos materiais enquanto documentação ligada ao cotidiano. É com a revolução documental que a história direciona seu olhar para aspectos da vida social, valorizando o imaginário, as mentalidades e o cotidiano, permitindo a introdução de histórias diversificadas, como a dos tropeiros, por exemplo.

Então, agora podemos ensinar histórias variadas nas escolas, com as quais é possível caracterizar o local e/ou o regional, discutindo a diversidade de histórias que constituem nosso meio, rompendo a representação centralizada do passado. Mas, é preciso fundamentar o uso das fontes no ensino de história de forma problematizadora, como destacam Pereira e Seffner (2008) o uso das fontes históricas deve: “suspender o caráter de prova que os documentos assumem desde a história tradicional e mostrar às novas gerações a complexidade da construção do conhecimento histórico” (PEREIRA e SHEFFNER, 2008, p. 15). Portanto, para o uso do documento histórico (visto em sua amplitude, sendo material, cultural ou de qualquer forma em que se estruturar), o professor/professora precisa estar ciente de seu papel, desenvolvendo competências específicas no trabalho com os documentos.

Especificamente objetivando a criação de um Balaio de Recordações, as competências para o uso de fontes no ensino de história se tornam fundamentais. Afinal, o que propomos é um trabalho com referências patrimoniais onde levaremos para a aula fragmentos de memórias, por meio de objetos que fazem menção aos bens materiais e imateriais correspondentes ao pouso de tropeiros de Goiabeira, ligado à história da origem da cidade de Inhumas-GO. Estamos vivendo em tempos de mudanças e precisamos nos posicionar enquanto agentes transformadores. O percurso histórico do ensino de história nos revela que devemos, como professores,

agir em defesa da história que queremos ensinar e assumir que o trabalho com fontes em sala de aula nos oferece possibilidades.

2.1.1 Sobre o ensino da história de Inhumas e de Goiás - Reflexões de uma professora

Para contextualizar as discussões estabelecidas até esse momento, faz-se necessário expor as reflexões de uma professora. Atuante na rede estadual da educação de Goiás há vinte e cinco anos no ensino de história junto a crianças, adolescentes e jovens do Ensino Fundamental e Médio, deixarei algumas considerações em relação ao ensino da história de Goiás, ressaltando sua importância e também limitações estabelecidas na prática, reiterando que se tratam de percepções, fatores que podem ser questionados e/ou investigados, prevalecendo-se como “reflexões”.

O conhecimento da História do lugar em que se vive necessita especial atenção por parte dos educadores. O ensino da história de Goiás é substancial para identificação pessoal dos que vivem nesse Estado, principalmente em seus aspectos culturais e patrimoniais, porém, são perceptíveis descon siderações quanto a sua estruturação no âmbito escolar, fazendo-se necessária a reestruturação desse ensino, a fim de torná-lo eficiente.

Pensando sobre os desafios de se ensinar história, nos anos finais do Ensino Fundamental, destacam-se limitações significativas, que vão desde as determinações curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), passando pela escassez de material didático apropriado a cada etapa da educação escolar (ressaltando que existe uma vasta historiografia Goiana, mas esse material não está disponível para acesso nas escolas ou não se apresenta em linguagem adequada para crianças e adolescentes); chegando até ao fato de que a educação, de modo geral, tem sido direcionada a atender exigências de avaliações internas e externas (provas de bloco, Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), entre outras¹²); fatores

¹² Prova de bloco – avaliação específica realizadas nas escolas de tempo integral de Goiás, onde toda segunda feira, em horário definido (as duas primeiras aulas), o aluno realiza provas em blocos de disciplinas. A principal característica dessas provas é seu caráter subjetivo, onde são estruturadas, no caso da disciplina de história, dez questões com três afirmações cada. O estudante deve verificar se as afirmações são verdadeiras ou falsas.

que revelam a necessidade de mecanismos promovedores de um ensino de história mais próximo dos alunos e alunas. É necessário pensar em algo que possa alcançar os estudantes de forma significativa. Assim, seguimos refletindo sobre a criação de um recurso pedagógico.

Diante um olhar sincero sobre a prática do ensino da história de Goiás, é possível também perceber, no cotidiano, ausências instituídas por determinações burocráticas (principalmente o comprometimento do tempo de ensino com preenchimento de fichas e planejamentos em sistemas que limitam a criatividade do professor), que prejudicam o ensino da história local e regional, exigindo, para sua realização, resistência cotidiana. Sendo a história uma ciência seletiva, em seu ensino as seleções deveriam ser feitas para atender aos interesses dos grupos envolvidos no estudo, mas não é isso que acontece, os caminhos seguidos continuam caracterizados por tendências doutrinárias, obedecendo aos interesses de grupos específicos.

O passado por si só não tem significado para os estudantes, diante da narrativa universal constituída pelo metarrelato, é comum questionarem sobre a importância de se estudar o que já passou e em lugares tão distantes. A História unilateral é prejudicial, por ocultar a grande diversidade de histórias existentes. Essa grande narrativa pode ser percebida na referência curricular que orienta os estudos da disciplina de história. Em análise à BNCC, observando o currículo estadual, é possível perceber que apesar de conter expectativas de aprendizagem que buscam atender objetivos relevantes, apresenta-se em eixos temáticos consolidados no metarrelato. Analisando os conteúdos podemos verificar que partem de uma breve reflexão sobre historiografia, iniciando o estudo da humanidade pela "origem" com a pré-história (paleolítico e neolítico) seguindo, em ordem cronológica até os tempos atuais, com a globalização. As demandas legais, como o estudo dos povos indígenas, africanos e regionais (Goianos), são incluídas sobrepondo o currículo em pontos esporádicos, sem alterar a matriz nitidamente eurocêntrica. O livro didático

SAEGO – Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás. Criado em 2011 para diagnosticar o nível de aprendizado dos alunos da rede estadual de educação. Informações disponíveis em: <https://site.educacao.go.gov.br/saego/#:~:text=SAEGO%20%2D%20Secretaria%20de%20Estado%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 02/01/2022.

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica, Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 02/01/2022.

também deixa, em geral, transparecer em sua estruturação situações de metarrelato, com a história eurocêntrica, a hierarquia cronológica e dicotomias entre a Europa e o outro. Na rede Estadual da Educação de Goiás os professores não contam, nas escolas, com livros didáticos ou paradidáticos que contemplem a história do Estado, que sejam apropriados a cada faixa etária. Sendo essas histórias, regionais e locais, ensinadas por esforços próprios.

O anseio presente nessa reflexão é que possamos nos apropriar do ensino de história como mecanismo de resistência, assumindo-a e permitindo que manifeste seu potencial transformador. É preciso reconhecer como legítimas as vozes e os saberes daqueles que fazem o ensino da história acontecer na escola, professores, professoras, alunos e alunas. Desse anseio são percebidos os posicionamos de Paulo Freire, a favor de um ensino resultante da leitura de mundo a partir do lugar de existir do ser, possibilitando aos estudantes desenvolverem visões próprias, estabelecerem discussões, reflexões e diálogos, assumindo posicionamentos e desenvolvendo seu olhar sobre o mundo.

De acordo com Libâneo (2006) e Pimenta (2012), o ensino desenvolvido nas escolas é uma prática social. Esses pensadores apontam uma educação voltada para a valorização do ser, reconhecendo a diversidade caracterizada nas simultaneidades históricas. Nessa educação, o professor, como destaca Libâneo (2006), deve assumir o papel de mediação, com perspectiva crítica e capacidade comunicativa, atendendo a diversidade cultural. O caminho promissor para esse fim é o estabelecimento do diálogo em uma posição democrática onde docentes e discentes constroem o conhecimento juntos. Por tudo isso, as rodas de conversa ocupam lugar de destaque no projeto pensado com o Balaio de Recordações, sendo justamente, mecanismo promovedor de diálogos. Paulo Freire (1992) defende que o diálogo se torna possível:

quando o pensamento crítico, inquieto, do educador ou da educadora não freia a capacidade de criticamente também pensar ou começar a pensar do educando". (...) Enquanto relação democrática, o diálogo é a possibilidade de que disponho de, abrindo-me ao pensar dos outros, não fenecer no isolamento (FREIRE, 1992, p. 60).

Por isso defendemos que a aula de história seja um constante diálogo. Ensinando história no município de Inhumas, foi possível verificar muitas possibilidades, mas também muitas limitações. Algumas experiências no ensino da história de Inhumas realizadas no Centro de Ensino em Período Integral Horácio

Antônio de Paula¹³, permitem percepções significativas quanto as necessidades estabelecidas para uma prática de ensino expressiva. Analisando duas dessas experiências, as quais serão descritas a seguir, foi possível reforçar a necessidade de criação de recursos apropriados ao ensino junto às crianças e aos adolescente dos anos finais do Ensino Fundamental. Vale ainda ressaltar que as experiências foram desenvolvidas na disciplina de Iniciação Científica¹⁴, como parte do programa de educação integral, contando com duas aulas seguidas semanais, exclusivas para se tratar o tema determinado.

O primeiro trabalho analisado, intitulado “A História de Inhumas contada pelos alunos e alunas do Colégio Horácio Antônio de Paula”, propunha que os estudantes escrevessem a história de Inhumas a partir de pesquisas bibliográficas. Para a realização deste trabalho foram separados na biblioteca da escola todos os livros que tratavam, direta ou indiretamente, da história do município, os alunos/alunas liam os livros, ou partes deles (previamente selecionados pela professora) e anotavam pontos que consideravam importantes para depois, a partir das informações destacadas, escreverem um texto coletivo. Nesta ocasião, um dos livros, “Metáforas do progresso: a dinâmica municipal” de Gleidsom de Oliveira Moreira (2004), foi usado para uma leitura mais aprofundada, em sala de aula eram lidas partes específicas do livro e os alunos as ilustravam, partindo de seus entendimentos sobre as informações adquiridas com a leitura.

Foi um trabalho interessante, mas muito dispendioso, uma vez que a linguagem do livro não era específica para crianças e adolescentes e o número de aulas não era suficiente para uma leitura detalhada, além disso, a biblioteca contava com apenas com dois exemplares do livro, sendo necessário o estabelecimento de leitura coletiva em sala de aula. As ilustrações foram usadas para a instalação de um painel que contava, pelo desenho, toda a história de Inhumas tratada no livro. Além das ilustrações expostas no painel, desse trabalho resultaram dois textos coletivos que fizeram parte de uma apostila com a coletânea das atividades realizadas pelos alunos, incluindo poemas, relatórios de visitas, desenhos e os

¹³ Os Centros de Ensino em Período Integral (CEPIs) são escolas de tempo integral com jornada diária de nove (9) horas e 30 (trinta minutos) com diretrizes específicas, que oferecem disciplinas do núcleo comum (português, matemática, história, geografia, arte e ciências) e da área diversificada (protagonismo juvenil, estudo orientado I e II, eletivas e iniciação científica).

¹⁴ A disciplina de iniciação científica é parte integrante da área diversificada do currículo das escolas de tempo integral do Estado de Goiás, nela se pretende iniciar os estudantes no universo da pesquisa, realizando projetos e investigações científicas.

textos coletivos. Foi uma bela experiência, que, porém, veio reforçar a ausência de material adequado à faixa etária correspondente ao Ensino Fundamental (anos finais), com linguagem acadêmica, os livros selecionados eram vistos, pelos alunos, como complicados, fator agravado pela questão do tempo insuficiente para o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa aprofundado na escola.

A outra análise diz respeito a uma experiência fotográfica, onde após realizarem discussões e adquirirem informações sobre a história local, os alunos saíam pelas ruas fotografando aquilo que retratasse algo sobre a história de Inhumas, tendo como foco principal uma visita ao museu da cidade. Como resultado desse trabalho, foi montado um álbum fotográfico baseado em um poema norteador das imagens e informações que desejavam transmitir. Trabalho interessante, com um bonito resultado, mas, mais uma vez revelando a falta de material suficiente e adequado, resultante de pouca leitura na fundamentação do trabalho, o álbum, apesar de significativo, se apresentou superficial.

Tudo isso reforça a percepção sobre a necessidade de se estruturar uma ferramenta de ensino que, pensada exclusivamente para os anos finais do Ensino Fundamental, proporcione leituras adequadas, em tempo hábil e de forma significativa. A partir desses trabalhos desenvolvidos no CEPI Horácio Antônio de Paula, se torna perceptível o fato de que falta algo no ensino da história local (e regional), mecanismos que permitam o acesso mais facilmente ao conhecimento da história de Inhumas e conseqüentemente de Goiás, e ao mesmo tempo provoque percepções quanto ao lugar de ser e viver de cada um.

2.2 UM NOVO OLHAR - POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ao longo do tempo, o patrimônio cultural passou a ser percebido como referência a bens representativos de memórias. Hoje, porém, em seu avanço conceitual, está vinculado à comunidade (local/regional/nacional/global), por isso se caracteriza como meio significativo para o conhecimento do lugar onde se vive. Observando sua história, Figueira e Gioia (2012), destacam que a origem do termo Patrimônio Cultural está ligado à Revolução Francesa, com a concretização de bens do povo, originários do confisco de pertences do clero e da aristocracia no processo revolucionário. Porém, as ações de preservação de bens ligados à cultura são

registradas desde a antiguidade, fator confirmado também no Renascimento Cultural e Científico com o retorno ao interesse da preservação de obras ligadas às civilizações clássicas, por serem identificadas como testemunho do passado. Mas, foi na formação do Estado Nacional que os patrimônios se destacaram, principalmente na ideia de monumento histórico, onde o Estado passou, em seu benefício, a organizar os signos representantes da identidade nacional. A idealização de patrimônio histórico constituído de bens testemunhais a serem conservados, como nos informam Ferreira e Gioia (2012), foi consequência de reformas urbanas ocorrida na França e na Inglaterra no século XIX. A partir daí a concepção de patrimônio cultural se estabeleceu e avançou para todos os bens móveis e imóveis de valor social.

No Brasil, a percepção de patrimônio histórico começou aparecer nas discussões da década de 1920, tendo a França como modelo. Surgiu, no contexto do movimento Modernista e do Estado Novo. Tendo como destaque o papel de Mário de Andrade, autor de propostas preservacionistas do patrimônio, buscando conhecer e explicar a identidade cultural brasileira, questão de grande interesse aos modernistas. Foi Mário de Andrade quem elaborou o anteprojeto (1936) que deu origem ao Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), criado oficialmente em 1937, ligado à estrutura do Ministério da Educação e da Saúde, do governo de Vargas. Vale lembrar, junto às informações de Figueira e Gioia (2012) que:

As ações preservacionistas do Sphan incidiram no tombamento de casas e sobrados dos senhores de escravos, mas não contemplavam as senzalas, os quilombos, as vilas operárias, os cortiços, etc. Os bens relacionados às classes populares não faziam parte dos “fatos memoráveis da história do Brasil” e estavam, portanto, fora desse critério, muito embora alguns aspectos da cultura popular agradassem, como manifestações do folclore (p. 33).

Na década de 1970 se define o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), órgão importante para a identificação e preservação dos bens patrimoniais, que também desperta questionamentos sobre os critérios adotados para tombamentos. Indagações que levaram a novas perspectivas de preservação, destacando a noção de referência cultural em suas dimensões sociais e políticas. Mas, avançando em seu percurso, o IPHAN amplia a percepção de patrimônio cultural. Ao longo da década de 80, se consolidou a ideia de que o patrimônio

cultural não deveria se restringir aos grandes monumentos oficiais, mas deveria representar os diversos grupos que compunham a sociedade brasileira, fator reforçado nas décadas seguintes, destacando movimentos sociais que reivindicavam a constituição das memórias de suas lutas como patrimônios brasileiros. Foi nesse contexto que a Constituição Federal de 1988 teve papel decisivo na percepção patrimonial voltada para a cidadania, definindo, no artigo 216, a seguinte concepção de Patrimônio:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Daí por diante se destaca a concepção de categorias de preservação do patrimônio cultural brasileiro por meio da criação de instâncias como centros de memórias e núcleos de documentação. Na política recente do IPHAN, o registro de bens culturais tem se caracterizado por maior harmonia com questões que envolvem a diversidade cultural, deslocando a percepção de patrimônio de grupos sociais elitizados para as camadas populares, fator que precisa sempre ser reforçado e assegurado em parceria com a educação.

Referente a relação entre patrimônio e educação, Florêncio (2015) nos informa que desde o surgimento do IPHAN, este órgão produziu documentos e publicações ressaltando que a educação é de profunda importância para a identificação e conservação dos patrimônios, distantes de um exercício político democrático. Fator destacado, já no anteprojeto para a criação do SPHAN, na década de 1930, por Mario de Andrade. Na década de 1960, Rodrigo Melo Franco de Andrade, então dirigente do instituto, reforçou essa importância em artigos e discursos. Mas foi na década de 1970, com Aloísio Magalhães que essa questão se torna mais incisiva¹⁵.

¹⁵ Aloísio Magalhaes, nas palavras de Leite (2017), "...não foi um pensador sistemático da cultura, mas um projetador da nação. Um 'projetivo', como se autodefiniu ...Desse modo, as áreas da cultura,

Porém, a expressão Educação Patrimonial, de acordo com Florêncio (2015), foi apropriada no Brasil na década de 1980, proveniente da Inglaterra (*Heritage Education*), sendo utilizada em relação aos museus e monumentos históricos que atuavam com fins educacionais. Mas, muito antes do uso desse termo é possível perceber inúmeras iniciativas educativas voltadas para o patrimônio cultural no Brasil. Hoje, essa ideia vai além de ações centradas nos acervos, partindo para a compreensão da vida estabelecida na cultura (por isso se estrutura em múltiplas estratégias educativas). Florêncio (2015) nos informa que o conceito de educação patrimonial utilizado pelo IPHAN atualmente é resultante de construções coletivas:

A Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação (FLORÊNCIO, 2015, p. 24).

A educação patrimonial deve considerar a preservação dos bens culturais como prática social da vida das pessoas, associando o valor histórico do bem a seu lugar de ocupação. Da mesma forma, se percebe ao longo do tempo muitos projetos que se autodenominam “Educação Patrimonial”, mas, que na verdade não se caracterizam como tal, por se limitarem a apresentar os bens culturais, dando informações sobre eles sem permitir reflexões. Educação patrimonial deve ser mais do que transmissão de informações, deve ser provocadora de percepções das relações entre as pessoas e os bens culturais. Scifoni (2015) nos informa que hoje, no Brasil, a educação patrimonial é um campo em construção ainda não consolidado e em sua amplitude se apresenta contraditório, necessitando definir seus fundamentos, mas destaca que por natureza essa concepção é multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

Em seu percurso essa tendência apresentou problemáticas relacionadas à sua expressão. Scifoni (2015) informa que o uso do termo Educação Patrimonial ocorreu a partir de um seminário em 1983, realizado no Museu Imperial de

do patrimônio cultural brasileiro, não eram senão um modo de acessar essa possibilidade vislumbrada de futuro, que é o compromisso de qualquer um que tenha escolhido por profissão o ato de projetar.” LEITE, João de Souza. Aloísio Magalhães. Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação. Organizador: João de Souza Leite. Rio de Janeiro (RJ): Bazar o Tempo, 2017. Foi conhecendo um pouco do trabalho de Aloísio Magalhães que entendemos a demanda patrimonial existente em Inhumas-GO, como ele dizia, para além de pedra e cal.

Petrópolis, de onde se destacou a publicação do “Guia Básico de Educação Patrimonial” (elaborado por Maria de Lourdes P. Horta, Evelina Grumberg e Adriane Monteiro), fator que consolidou a expressão como determinada experiência e orientação para a ação, ou seja, uma metodologia. Inúmeras críticas foram estabelecidas, especialmente pelo fato de que as práticas de educação relacionadas ao patrimônio já eram comuns no Brasil muito antes do uso da expressão, manifestando-se em escolas, museus e lugares de memória. Scifoni (2015) destaca ainda que atualmente a ideia de educação patrimonial, para além de questões discutidas na Inglaterra e em outros lugares, aproxima-se das ideias consagradas por educadores brasileiros, principalmente por Paulo Freire.

A problemática relacionada ao uso do termo se caracteriza por sua pretensão de direcionar, situação expressa na ideia de guias, manuais e cartilhas, mecanismos que ditam caminhos a seguir, tornando-se ineficientes diante a dinamicidade das questões ligadas ao patrimônio cultural. No percurso do uso dessa expressão ficou clara a necessidade de evoluir, saltando para a promoção de ações caracterizadas por reflexões críticas. Hoje é possível perceber que as ações expandiram para além dos museus, se firmaram em projetos diversificados, estenderam-se pelas instituições de ensino e também pelas organizações civis. Mas é preciso, como reforça Scifoni (2015), repensar o papel da educação patrimonial:

O desafio maior da educação patrimonial hoje, no Brasil, é justamente o de torna-la um componente essencial de todo o processo de identificação do patrimônio, o que significa incorporá-la como atividade *pari passu* e integrada às pesquisas de tombamento e/ou de inventário do patrimônio imaterial, fomentando, desde muito cedo, uma relação próxima e dialógica com as comunidades do lugar em que se vai atuar. (SCIFONI, 2015, p. 197)

É necessário repensar a educação patrimonial, recusando a ideia de mera transmissão de informações e conteúdos, deixando para trás as cartilhas e folhetos feitos de cima para baixo, lembrando que educação não é um produto, mas sim um processo. Assim, pensando em uma perspectiva que permita compreender o patrimônio a partir das histórias, dos saberes locais, das relações estabelecidas pelas pessoas com os bens patrimoniais e considerando o olhar dos envolvidos, se destaca uma concepção de educação com caráter dialógico, como propunha Paulo Freire. A ideia de educação patrimonial que nos chama atenção encontra-se apresentada pelo “Dicionário Temático de Patrimônio”, onde Educação Patrimonial:

É uma dimensão da educação cujo principal objetivo é promover a sensibilização sobre a importância do patrimônio, e de sua preservação, na formação de sujeitos de sua própria história, que atuem na reivindicação de seus direitos coletivos e no fortalecimento de sua cidadania. Nesse sentido a educação patrimonial tem um caráter transformador e emancipatório. (BEZERRA, 2020, p. 63).

Como informa Bezerra (2020), a educação patrimonial se relaciona ao ensino baseado em evidências, no trabalho com fontes primárias, que podem ser encontradas em museus, sítios patrimoniais ou qualquer lugar onde se manifestam. Essa pedagogia do patrimônio se apresenta em um caráter emancipatório, relacionando educação, cultura e política (como propunha Paulo Freire), ela se caracteriza pela educação para a libertação e se estrutura no diálogo. Como afirma Sciffoni (2015), deve ser problematizadora, permitindo os sujeitos se conhecerem e perceberem criticamente o mundo pela consciência de sua própria história.

Uma educação para a libertação implica em identificações e problematizações, permitindo desnaturalizar o patrimônio, lembrando que ele é fruto de escolhas, as quais precisam ser questionadas. No trabalho com educação patrimonial a parceria com lugares de patrimônio histórico, como os museus é interessante, porém é importante ressaltar um cuidado essencial com o fato de serem, como destaca Le Goff (1990), instrumentos e objetos de poder. Chagas (2002) alerta que reconhecer a relação de poder presente no patrimônio implica saber quem o detêm, cientes de que lembrar e esquecer faz parte do jogo de interesses. Reconhecer a existência dessa relação promove a politização das lembranças e dos esquecimentos e isso é fator essencial para a prática da educação patrimonial. A importância dessa percepção se dá pelo fato de que o passado precisa estar a serviço do presente. Chagas (2002) alerta que museu é lugar de dominação, mas como “corpo de poder” é lugar também de resistência, por isso propõe projetos e ações que se estabeleçam contra a missão original desses espaços, defendendo que se estabeleça um patrimônio para a democracia.

Pinheiro (2015), refletindo sobre a importância de se pensar sobre educação patrimonial, a relaciona com estratégias e ações de ensino-aprendizagem em torno do patrimônio, pela sua valorização, preservação e difusão, sendo forma de fortalecer as relações entre as comunidades, suas identidades e suas histórias, aproximando-as das manifestações culturais de seu cotidiano, o que pode favorecer ao entendimento de que as pessoas são protagonistas de seus processos culturais.

Florêncio (2015) reforça que os processos educacionais, com foco no patrimônio cultural devem ser integrados à vida cotidiana, destacando que não é possível imobilizar o patrimônio, por isso é necessário buscar releituras das práticas culturais. Tratando-se de uma relação do agora com dimensão política, onde tanto a memória quanto o esquecimento são produtos sociais.

Pretendemos uma pedagogia que destaque a diversidade cultural, que valorize os bens de caráter popular, ligados às classes trabalhadoras, uma pedagogia que permita o diálogo. No Brasil, como destaca Scifoni (2015), se caracterizou uma escolha histórica de acompanhar o modelo francês, fator que nos tornou reféns de patrimônios monumentais intencionados a apagar os conflitos e as desigualdades, invisibilizar os sujeitos das classes trabalhadoras, atribuindo a eles um caráter subalterno, marginalizando suas memórias. Diante dessa situação nos questionamos: como é possível mudar o olhar da população sobre os patrimônios culturais? Por isso se busca uma nova pedagogia para a educação patrimonial com base em uma visão crítica do passado e da memória oficial, tornando perceptível a presença de outras memórias.

Resta-nos mais uma questão, talvez redundante, mas é importante reforçar: Porque educação patrimonial no ensino de história? Essa ação educativa pode estimular novos olhares para o lugar em que se vive, possibilitando vivenciar educação em espaços culturais, valorizando as experiências de viver, conviver, pensar e agir. Com essa forma de educação é possível ocupar os espaços sociais, tornando-os espaços de aprendizagem, instrumentos ativos e dinâmicos da ação de seus participantes, mesmo que seja para criticar uma realidade que deveria ser diferente, percebendo as ausências estabelecidas.

Também é importante a identificação da educação patrimonial como recurso repleto de possibilidades para o ensino de história. O fato de que uma educação caracterizada pelo reconhecimento de que o patrimônio é vivo e se relaciona com o ser, se integra à vida e revela aspectos desse viver, nos leva a perceber a vivacidade também da história, Como destacam Figueira e Gioia (2012), o trabalho com a educação patrimonial permite aos estudantes valorizar as manifestações existentes em sua volta, por isso, contribui para a identificação, tanto pessoal, quanto coletiva, e conseqüentemente para o sentimento de pertencimento. Mas devemos estar atentos quanto ao tipo de educação patrimonial a ser trabalhada, por isso esta proposta tem por base a prática educacional caracterizada pela reflexão

crítica, que se direciona para um ensino provocativo, marcado pelo rompimento com aspectos tradicionais de transmissão da cultura. Nesse sentido, a educação patrimonial em sua possibilidade para a construção e/ou identificação, de memórias e de noções de cidadania, se torna útil ao ensino de história, por serem estas questões caras para a história.

A educação patrimonial pretendida aqui corresponde a um processo caracterizado por reflexões constantes e ações transformadoras. Portanto, é mediação na construção coletiva do conhecimento a partir dos saberes locais. Onde se reconhece que os bens culturais estão associados à memória local. Para Florêncio (2015):

É a valorização dos processos educativos que imbricam os saberes que circulam nas escolas aos saberes que circulam nas praças, nos parques, nos museus, nos teatros, nos encontros e manifestações culturais de um modo geral (p. 26-27).

Os territórios educativos, como o bairro, a cidade, a roça são fundamentais para a percepção da história do ser. A educação patrimonial corresponde a um meio de afirmação das identidades, partindo das referências culturais locais, utiliza suportes de símbolos, valores e significados. Interage perfeitamente com a história em um processo que os sujeitos partem de seus mundos e de suas próprias referências para compreenderem e refletirem sobre os outros mundos, gerando entre vários fatores, a alteridade.

A educação patrimonial tem papel fundamental na atuação junto ao ensino de história como componente curricular, assim, esse ensino deve proporcionar situações didáticas voltadas para o conhecimento dos bens culturais em sua diversidade e complexidade. Essas propostas devem conter caráter interdisciplinar e suas ações pedagógicas devem apresentar significado para os estudantes. O conhecimento, a valorização e a preservação de bens culturais contribuem para o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento ao lugar ou aos aspectos cultural. Essa educação permite o aluno/aluna perceber que o patrimônio cultural faz parte de sua vida, de sua própria história, Figueira e Gioia (2012), defendem que tal percepção: “propicia a oportunidade de conhecer e vivenciar os costumes e as culturas locais, construindo laços de afetividade e de solidariedade com as pessoas e o lugar onde se vive” (FIGUEIRA e GIOIA, 2012, p. 08). Por isso, a educação

patrimonial deve ser considerada uma prática social, sendo campo promissor para o ensino de história.

3 BALAIO DE RECORDAÇÕES

Propomos a criação de um recurso pedagógico para o ensino da história local e regional caracterizado por um Balaio de Recordações, recipiente físico constituído por objetos referenciais aos bens materiais e imateriais correspondentes à dinâmica de vida dos tropeiros. O Balaio tem a função de mobilizar rodas de conversa (das quais falaremos adiante), sendo mecanismo disparador de diálogos.

Apresentando a proposta pedagógica em questão, trazemos uma escrita da história local e regional que pode ser útil à prática do ensino-aprendizagem da história de Inhumas e, conseqüentemente, de Goiás. Esta proposta foi pensada a partir da experiência profissional em sala de aula, e por isso, leva em conta as limitações e necessidades do trabalho com crianças e adolescentes dos anos finais do Ensino Fundamental, buscando disponibilizar ao agente educacional uma produção realizada com base na historiografia goiana, em memorações locais e documentos diversos, que juntos se constituem conhecimento histórico. Neste momento falamos aos professores e professoras, como mediadores e mediadoras do ensino-aprendizagem da história do lugar em que se vive, dedicando-nos à escrita da história de Inhumas-GO, considerando a relação entre história e memória. A produção em questão culmina na estruturação do Balaio de Recordações.

Entre os objetos constitutivos do balaio, se destaca um fichário composto por uma coletânea de fichas informativas reflexivas, com textos, cópias de documentos, imagens, letras de músicas, poemas, fotografias e outras formas de registro sobre o contexto que pretendemos informar aos estudantes, esperando que possam ler (para além do texto escrito), refletir, interpretar e produzir seu próprio conhecimento no decorrer das aulas, fazendo desse espaço e momento uma oportunidade de aprendizagem significativa. O fichário é formado por páginas avulsas que poderão ser usadas em aulas específicas, estrutura pensada com o propósito de oferecer material acessível, objetivo, claro e significativo para o trabalho com os estudantes, de forma que o professor ou a professora possa definir, mediante planejamento próprio e observando as necessidades de cada turma, as discussões a serem estabelecidas. A leitura e interpretação desses meios informativos (textos, imagens, documentos, fotos...) servem para munir os alunos e alunas com informações úteis ao diálogo a ser estabelecido. Lembrando sempre que o estudante pode ser detentor dessas informações, por isso é fundamental levar em conta seu

conhecimento, estruturando-o em provocações, permitindo vir à tona as lembranças que constituem suas vivências familiares e sociais, suas memórias. O estudante é um ser social e traz consigo seus próprios conhecimentos, esse é o fator essencial para se estabelecer os debates em sala de aula e principalmente para se formar as rodas de conversa.

A estratégia do fichário se faz necessária devido ao fato de que, como ferramenta de ensino, devemos cuidar para que o material seja útil aos estudantes, com linguagem adaptada, de fácil entendimento, considerando os aproximados cinquenta (50) minutos que compõem uma aula de história (tendo por base a organização da rede pública de educação do Estado de Goiás). Apresentamos aos professores e professoras a opção de acesso às reflexões aqui estabelecidas, mas também oferecemos uma versão adaptada ao tempo de duração das aulas, levando em conta a adequação linguística, sem, contudo, deixar a essência informativa e formativa das questões pretendidas pelo Balaio de Recordações. Mas, esse material deve ser visto apenas como recurso ou mesmo inspiração, podendo os mediadores definir seus próprios meios, como estamos fazendo nesta proposta.

Os demais objetos constitutivos do Balaio de recordações são representativos do pouso de tropeiros de Goiabeira, são apetrechos dos homens e dos animais, mecanismos que permitiam as empreitadas serem realizadas. Não se tratam de documentos históricos, mas referências conseguidas na sociedade e servem para revelar aos alunos a função para a qual foram elaborados no contexto do movimento do tropeirismo, destacando que muitos destes objetos estão inseridos no meio vivencial dos estudantes, com funções diferenciadas, muitas vezes como ornamentação, mas, no Balaio, eles assumem o papel de informar sobre o cotidiano dos tropeiros, por isso se faz necessário destacar a função original de cada um, o que faremos no próximo capítulo intitulado “Revirando o Balaio”.

As rodas de conversa caracterizam o ponto alto dessa proposta, tratando-se de momentos pensados para revirar o Balaio de Recordações, ver, pegar, sentir, estabelecer contato direto com os objetos que se encontram nesse recipiente, refletir e dialogar sobre eles, buscar lembranças. São momentos pensados para além da sala de aula, estabelecidos no pátio da escola e na praça, contando com convidados relacionados ao contexto do tropeirismo ou estudiosos da área, sempre com o propósito de conversar sobre o Balaio e tudo o que se encontra dentro dele. Também podem ser momentos de degustar um feijão tropeiro, uma rapadura, cantar

modas de viola, ouvir histórias, enfim, as rodas de conversa devem estabelecer relação direta com os objetos, sendo estes o gatilho para reflexões. Almejamos uma educação problematizadora, por isso a necessidade de despertar lembranças, ou obter informações sobre os temas selecionados, permitindo a interpretação e a reflexão sobre eles, gerando espaços/momentos para falar, ouvir, questionar, expor pensamentos e percepções, compartilhar experiências, revelar memórias, contar histórias. Como destaca Freire (1980) somos: “homens de diálogo”, somos seres dialógicos e essa nossa essência precisa ser provocada. Ele afirma:

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo.

Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (FREIRE, 1980, p. 82/83).

Sim, defendemos que a base do processo de ensino-aprendizagem da história de Inhumas-GO seja o diálogo, estabelecido a partir de bens referenciais ao patrimônio material e imaterial, cientes de que dialogar, como insiste Freire (1980), não se resume em depositar ideias sobre os outros, não é simples intercâmbio, não é discussão hostil, não pode existir sem humildade ou sem esperança, como acrescenta:

O diálogo, como encontro de homens que pretendem ser mais lucidamente humanos, não pode praticar-se num clima de desesperança. Se os que dialogam não esperam nada de seus esforços, seu encontro é vazio, estéril, burocrático, cansativo. (FREIRE, 1980, p. 84)

Estamos falando de uma educação democrática. Falando da educação como prática de liberdade, no combate à massificação, permitindo que os estudantes percebam particularidades nos fatos históricos e familiaridade com esse conceito chamado Inhumas, independente de terem nascido aqui ou não, a fim de que possam perceber esse espaço como seu lugar de ser. Almejamos uma educação que possibilite identificar os problemas desse lugar, revelando os perigos de seu tempo, para que conscientes desses perigos possam lutar ao invés de serem submetidos às determinações alheias. Educação que provoque diálogo constante com o outro, levando-o a ouvir, perguntar, investigar.

Ressaltamos, junto com Freire (2012) que não se trata simplesmente de falar ao educando, mas falar com o educando, sendo necessário desenvolver a

capacidade de ouvir e ser ouvido, ação característica do diálogo, que nos leva ao fato de que “a educação é um ato político” (FREIRE, 2012, p. 87-88). Destacando o direito a voz, mas uma voz responsável, desprovida de mentira e comprometida com o outro, por isso a necessidade do acesso às informações diversas, com investigações prévias, garantindo que os estudantes tenham conhecimentos específicos para participarem ativamente das rodas de conversa, ouvindo, falando e praticando o respeito e a tolerância essencial no aceitar a posição do outro.

3.1 BALAIO DE RECORDAÇÕES – UM POUCO DE HISTÓRIA

Para a compreensão geral da proposta estabelecida aqui, buscamos conhecer a história do lugar onde hoje se encontra o município de Inhumas-GO, verificando seus múltiplos aspectos regionais, observando fatos, analisando documentos históricos e identificando manifestações de memória, a fim de que possamos olhar para esse lugar, levando em conta as questões escolhidas para a sua percepção patrimonial e o estabelecimento de questionamentos necessários. Destacando que, como refletimos anteriormente, a história regional não se trata de caráter naturalizado (afinal a própria ideia de identidade regional não é pronta e acabada por natureza, mas é vida e se modifica cotidianamente). Neste momento estamos cientes de que Inhumas-GO corresponde a um conceito estabelecido, conceito proveniente da história, constituído pela memória, identificado no patrimônio cultural, caracterizado por acontecimentos que vão para além do espaço físico e marcado por ações humanas.

Vamos escrever um pouco da história regional, apropriando-nos das percepções do presente em suas complexidades, tendo compromisso com a escrita, conforme destaca Albuquerque Junior (2008). Seguimos buscando identificar os patrimônios culturais desse lugar, cientes de que, como afirmam Arrais e Oliveira (2011) esses patrimônios não pertencem somente a um, mas a todos que vivem aqui, sendo do presente, mas também do passado e, por isso, devem ser preservados para o futuro, para que possam: “...manter os laços de identidade com seu povo e preservar essa herança cultural” (ARRAIS e OLIVEIRA, 2011, p. 136).

Neste intuito, verificamos que os tropeiros de Goiabeira não eram só daqui, eles circulavam, vinham e iam, integrando os sertões, compunham um cenário maior, faziam parte do contexto que reflete a história dos séculos XVIII e XIX,

abrangendo especificidades da colonização na vasta América do sul, tanto portuguesa, quanto espanhola, mas ao mesmo tempo caracterizavam uma realidade que ultrapassava as relações coloniais, determinando aspectos próprios, voltando-se para o lado oposto ao Atlântico, estabelecendo interesses fora da referência europeia. Não foi possível identificar, em nossas investigações, a história de heróis como se há escrito em muitos registros históricos, identificamos sim, o tropeirismo como atividade subsequente à dos bandeirantes, desbravadores de terras alheias, mas percebemos que os seres envolvidos nessa conjuntura eram homens e mulheres atendendo às necessidades de seu tempo, que se dispuseram às determinações de uma empreitada única. É possível reconhecer que foram capazes de enfrentar os desafios estabelecidos, servindo ao propósito de suas vidas, criando uma dinâmica que ultrapassava as relações estabelecidas no entorno do ouro.

Conhecer a história dos tropeiros nos ajuda a fugir, como destaca Arrais (2020), da ideia simplista de que tudo começa e termina com a atividade aurífera, revelando distintas histórias, marcadas também por conflitos étnicos, sociais, econômicos... por isso, buscamos levá-las para sala de aula, revelando ao estudante essa diversidade histórica. Em Inhumas percebemos a presença dos tropeiros, em outros lugares serão outros personagens percebidos. O fato é que ensinar sobre o ciclo do ouro aos alunos não é suficiente para que possam se identificar, é preciso ampliar o conhecimento, Arrais (2020) afirma que o ouro não conseguiu captar o grau de riqueza que a experiência colonial produziu em Goiás, ou seja, ele não explica tudo. É preciso ampliar os olhares e ver que muitas situações históricas existiram cujos personagens deixaram suas marcas nas localidades onde atuaram. Basta nos esforçarmos para vermos suas presenças manifestadas em complexas teias de relações, por isso buscamos aglomerar objetos que remetem às lembranças, identificando marcas das diversas personalidades históricas.

Nossa história fala sim da exploração dos portugueses sobre Goiás, mas procura ir além, identificando relações características da dinâmica interna dessa terra, onde não se atendia somente aos interesses da metrópole, mas também aos dos colonos. E foi buscando essas relações que nos deparamos com a complexa rede de transporte e comunicação estabelecida em todo o Brasil nos séculos relacionados, indo, inclusive, para além das fronteiras dos domínios portugueses, um conjunto de caminhos secundários mantenedores de um comércio interno. Arrais (2020) ressaltando a amplitude da rede estabelecida pelos tropeiros, fala de uma

rota (pouco conhecida) que saia de Goiás, passava pelo Mato Grosso e entrava em território espanhol, a exemplo do que aconteceu no sul, tendo a Colônia de Sacramento¹⁶ como porta de entrada dos muares (geralmente em contrabando). Essa dinâmica própria desfaz a ideia de isolamento que identificou Goiás como região exclusivamente determinada pela dinâmica colonial aurífera. O comum é pensar o Brasil a partir do litoral, tendo a Europa como referência, mas, de acordo com Arrais (2020) no século XVIII a frente do Brasil se dava para a fronteira seca, onde seguiam as relações internas, nesse sentido, enfatiza que não somos europeus, somos americanos.

3.1.1 Os tropeiros na história da América

Vejamos a origem da prática do tropeirismo, em uma breve visão histórica, abrangendo nosso olhar para fora da atual fronteira do Brasil, onde hoje se encontra a Argentina. De acordo com Goulart (1959) a origem das primeiras tropeadas encontra-se em terras de domínio espanhol. As tropas brasileiras têm muito a ver com Córdoba (Argentina), onde nas estâncias jesuíticas se criavam mulas e burros, inicialmente para complementar a renda e garantir a sobrevivência das missões. Mas, com o passar do tempo essa produção se tornou central, fator favorecido pelas condições naturais daquela região que era apropriada para a criação extensiva, e impulsionado pela descoberta das minas de prata em Potosí¹⁷, onde com a elevação rápida da população, exigiu-se meios de transporte apropriados às rotas da Cordilheira dos Andes. Os muares foram a solução para o transporte na rota da prata. Apesar da grande distância entre Potosí (na atual Venezuela) e Córdoba (na atual Argentina), foi a mula produzida no sul da América que supriu as exigências do transporte de prata e demais gêneros de necessidade populacional. Para termos uma ideia do tamanho dessa empreitada, a rota da prata, pelo Caminho Real, percorrida no lombo da mula, levava o prazo de um ano para ser concluída, como nos informa Goulart (1959).

¹⁶ A Colônia de Sacramento, de acordo com Prado (2003), no atual Uruguai foi uma cidade instalada na região platina, pela coroa portuguesa, sendo que na primeira metade de 1700 o lugar cresceu, tornando-se importante elo na fronteira das terras portuguesas e espanholas.

¹⁷ As minas de Potosí localizam-se no cerro de Potosí, no Alto Peru, atual Bolívia. Foi o principal centro produtor de prata na América colonial e, de acordo com Goulart (1959), foi fator motivador para a produção de muares no sul da América (atual Argentina).

O luar, animal híbrido, originário do cruzamento entre o jumento e a égua (animais de descendência espanhola), constitui-se em resistência, força e vigor, por isso mulas e burros eram usados para enfrentar essas empreitadas difíceis. Essa força, característica dos muares se tornou, cada vez mais, imprescindível no contexto do século XVIII, onde a utilização desses animais de carga se fez presente em constante movimentação pelas rotas estabelecidas. Os cargueiros transportavam todo o tipo de mercadoria pelo Brasil a fora, como ouro, alimentos, vestimentas, bens comerciáveis em geral, incluindo notícias, cartas e encomendas diversas. Foram as tropas que estruturaram as bases nacionais, interligando um Brasil gigantesco.

A mula produzida nas terras espanholas foi conduzida às terras portuguesas por meio do comércio estabelecido pelo tráfico negreiro. Contraditoriamente a escravidão negra era aceita pelos jesuítas, fator que garantiu as relações comerciais entre os colonos de ambos os lados. Os jesuítas negociavam escravos vindos do litoral brasileiro, permitindo ao Brasil o contato com os criatórios de mulas, animais que abasteciam as tropas brasileiras. Como nos informa Goulart (1959), no início do século XVIII, ao descobrirem o ouro brasileiro, milhares de animais foram importados (ou contrabandeados) para a região do Brasil. O descobrimento das minas de ouro movimentou enorme quantidade de pessoas para a região aurífera, gerando uma necessidade expressa – “... estabelecer-se um sistema de transporte eficiente e econômico em região tão irregularmente ocupada” (GOULART, 1959, p. 25). Nesse contexto se exigia uma solução urgente, e os muares proporcionaram o enfrentamento desse problema.

Surgindo, então, das reduções jesuíticas, os muares atenderam aos núcleos mineradores, que deficientes na produção de alimento e demais bens alheios ao ouro exigiam o estabelecimento de meios de transporte e comunicação. Assim, desviando-se do brilho dourado, alguns empreendedores e aventureiros, tiveram suas atenções atraídas para as mulas, percebendo a riqueza existente nesses animais. As regiões das minas necessitavam de muares para o transporte, dinamizando o comércio, como destaca Chaim (1987): “Grande área do Brasil, desde os sertões do Maranhão e Piauí até as planícies do Rio Grande do Sul, sofreu uma agitação comercial até então desconhecida” (CHAIM, 1987, p. 19), fator propiciado pela ação tropeira.

De acordo com Goulart (1959), a importação dos muares iniciou-se em 1730 quando: "... manadas numerosas, arrebanhadas nas campinas do Prata, vêm ter a terras de São Paulo e logo se escoam para outras direções depois de negociadas nas célebres feiras anuais de Sorocaba¹⁸" (GOULART, 1959, p. 37). Este autor analisando a questão do tropeirismo em uma época que a memória desse movimento estava viva, nos revela muitas características interessantes, entre elas a percepção de que as importações do luar assumem importância significativa no desenvolvimento da economia e da sociedade de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, gerando uma dinâmica própria. De acordo com Goulart (1959):

É no luar que aquele mundo de gente espalhada por todo o imenso território das minas vai encontrar termo para as suas aflições decorrentes da falta de transporte...
... é justamente em Minas Gerais, São Paulo, e depois em Mato Grosso e Goiás que se vai verificar, com maior intensidade, a presença de um sistema de transporte até então desconhecido em toda a colônia: a tropa de muares (p. 47).

Não se sabe quem foi o primeiro tropeiro, mas, segundo Goulart (1959) é possível identificar a primeira tropa a cruzar a fronteira, estabelecendo uma rota no Brasil, partindo da Colônia de Sacramento rumo a São Paulo, em 1730, com 800 animais, entre cavalos e mulas, sob o comando do português Cristóvão Pereira de Abreu, que foi abrindo caminho, construindo pontes e estabelecendo pontos de pouso por três meses, seguindo pelo litoral, passando por Viamão. Em outra rota, a partir dos Sete Povos das Missões, foi gerado um novo caminho de tropas, desde São Borja na fronteira com a Argentina até Vacarias, ligando-se daí à rota já existente que terminava em Sorocaba.

Devemos ressaltar que no estabelecimento dessas rotas se determinou intenso conflito com os povos originários, assunto enfatizado por Arrais (2020) que se faz presente em nossas discussões. Defendemos ser fundamental o estudante perceber a questão da violência que envolve a história observada, principalmente a grande violência contra o indígena, compreendendo que as relações não foram pacíficas, livrando-se assim de mistificar o personagem retratado. A ocupação do sul das terras brasileiras se estabeleceu no contexto da expulsão dos jesuítas em conflito com os interesses dos colonos. Os Sete Povos das Missões foram atacados,

¹⁸ Sorocaba era centro comercial para onde levavam as mulas e burros conquistados no sul, segundo informação de Goulart (1959). As célebres feiras de Sorocaba correspondiam ao comércio de muares estabelecido naquele lugar, não se referiam a uma feira específica, mas aos negócios estabelecidos.

muitos indígenas foram mortos, outros dispersos, espalhando-se pela região, como informa Goulart (1959), deixando soltos na natureza um grande número de gado, que atraiu estancieiros, formando a base das rotas internas de muares no Brasil.

Os tropeiros enfrentavam resistências impostas pela natureza, como chuvas, atoleiros, trilhas escorregadias, poeira nas estradas, animais peçonhentos, doenças diversas, desfiladeiros, rios, e também resistências humanas caracterizadas nas ações dos índios em defesa de suas terras. Ao estabelecerem suas rotas, deixaram rastros expressos no surgimento de muitos núcleos urbanos, primeiramente como povoados, mais tarde tornando-se cidades.

3.1.2 - Goiás no contexto dos tropeiros – “No Caminho das Tropas”

A Expressão “No Caminho das Tropas” é título de um conto de Hugo de Carvalho Ramos, escrito em 1914, que se encontra inserido no livro “Tropas e Boiadas” onde revela aspectos bem específicos de um pouso de tropeiros. É a partir deste conto que buscamos compreender essa especificidade, identificando Goiás no contexto do tropeirismo, por meio da associação dessa produção literária à investigação historiográfica. Ao recorrermos à Hugo de Carvalho Ramos buscamos a percepção de quem, com olhos atentos, viu passar as tropas por Goiás e teve a sensibilidade de observar suas características, para reconstituí-las no universo literário, deixando registrada sua memória. É importante observar Goiás com o olhar próximo ao tempo analisado e é isso que o livro Tropas e Boiadas nos permite, ver diferente, perceber aspectos próprios desse lugar. Em parceria com a historiografia goiana, a literatura pode ampliar nossa visão, possibilitando-nos compreender múltiplas percepções, principalmente as negadas em produções historiográficas tradicionais.

Sandes (2001), pensando sobre o sentido específico da história de Goiás no século XIX, relaciona a ação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e destaca o que chama de historicidade opaca das regiões, voltada somente ao centro econômico e político, característica de abordagens funcionalistas que negam a existência de muitas histórias e personagens. O Autor ressalta que em Goiás, em referência à chamada crise da mineração, a historiografia assume aspecto de “autoleitura”, em que a aristocracia apresenta as características que lhe interessa, dando destaque à ideia de auge e decadência, oposição que de fato não existe.

Essa forma de se contar história registra a percepção das elites, mas revela pouco sobre a política e a cultura interna. O autor destaca um silenciamento caracterizado por histórias pareadas às nacionais e questiona:

Porque não esperar algo diverso, qual seja: a montagem de questões cujo sentido esteja circunscrito à vivência da região e a seus desdobramentos? Não se trata de um apelo a uma história localista, sem universalidade. Pelo contrário, gostaria de observar o caminho oposto em que o local se desdobre como exigência de alteridade...”
p. 22 para Sandes (2001)

O desafio da historiografia goiana é, portanto, encontrar outras narrativas enquanto meio de se perceber a problemática e ressaltar tantas histórias quantas forem possíveis, identificando fios diversos que possam tecer tramas também diversas. “A região é um lugar de embate”, nos dizem Arrais e Sandes (2018) e continuam “Político, sim, mas também identitário” (ARRAIS e SANDES, 2018, p. 45), fator que nos leva a recorrer à literatura de Hugo de Carvalho Ramos como documento histórico revelador de aspectos da vivência nessa região.

Se vamos perceber a história dessa localidade, não podemos ignorar a ocupação estabelecida pelos povos primeiros. Arrais e Oliveira (2011) destacam pesquisas arqueológicas que revelam o cerrado sendo habitado há 12 mil anos. Eram dezenas de povos que ocupavam essa região, mas atualmente, segundo esses autores, existem apenas três aldeias indígenas vivendo em Goiás: Avá-canoeiros em Minaçu, Karajá em Aruanã e Tapuia em Rubiataba, fator que demonstra o quanto a colonização foi perversa para os povos originários. Eles viviam nesse lugar, desenvolvendo suas culturas, aproveitando as condições naturais, travando seus próprios conflitos, até que a colonização portuguesa se estabeleceu, chegaram aqui em busca de ouro e mão de obra escrava (índigena). A partir do século XVIII o sertão foi submetido à colonização e lutas foram travadas pelo território, mas os nativos em situação de desvantagem acabaram por perder essa disputa e o sertão Goiano foi ocupado por nova dinâmica existencial. Em descrição apresentada por Hugo de Carvalho Ramos é possível compreender a violência estabelecida nos conflitos:

Vinha logo narrações da vida à beira do grande rio, proezas de caça e pesca, combates e matanças dos índios canoeiros, caiapós e xavantes; o ataque do fortim de Santa Maria, como ele, ajoelhado à soleira do rancho, a velha espingarda reiúna e respectiva munição ao lado, mordendo impassível o cartucho, fizera frente a toda uma tribo encarniçada de guerreiros, fuzilando-a à queima-roupa e dando

assim tempo à guarnição de tocar a rebate e acudir em defesa às muralhas (RAMOS, 1984, p. 48).

Trata-se das lembranças de alguém que conta as “proezas” dos tempos de “moço”, onde o território estava sendo “desbravado”. Para alcançar riquezas, os colonizadores, se propuseram explorar as terras interioranas formando expedições militares, as Bandeiras, que em conflito com os indígenas iniciam a exploração do ouro. Os bandeirantes, membros dessas expedições, partindo de São Paulo se direcionavam para o interior, autorizados pela coroa portuguesa com o objetivo de prear nativos e buscar metais preciosos, rompendo, assim, as fronteiras. Como ressaltam Arrais, Oliveira e Lemes (2019) eram várias as expedições que circulavam por esse território, vindas da Bahia ou de São Paulo, mas foi entre 1722 a 1725 que a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera) realizou uma viagem da qual, mesmo com muitos obstáculos, retornou com indícios de terem encontrado as “Minas dos Goyases”. Ao final da década de 1720 inicia-se a colonização do território goiano.

Com o ouro houve uma rápida ocupação territorial e a estruturação de uma administração colonial, cuja principal função era garantir a cobrança dos impostos para a coroa portuguesa, intitulado “quinto”. Em 1749 Goiás se torna capitania e os funcionários da coroa se estabelecem aqui. O ouro era encontrado nos rios e córregos de onde se retirava o cascalho a ser lavrado com bateia para extração do minério, tratava-se do ouro de aluvião. Nesse contexto encontramos expressa a escravidão do africano ou afrodescendente, sempre presente nos trabalhos das minas, e também na construção e manutenção das cidades. Arrais e Oliveira (2011) afirmam: “Praticamente todas as grandes obras do século XVIII foram feitas à custa do suor deles, como igrejas com suas grossas paredes, o calçamento das ruas e os enormes muros de pedra” (ARRAIS e OLIVEIRA, 2011, p. 65). Os escravos que chegavam a Goiás saíam do Rio de Janeiro, Maranhão e Pará (esses últimos, atravessando o Sertão da Bahia). Na região das minas, os escravizados enfrentavam um cotidiano extremamente difícil e a manutenção de sua vida era limitada devido ao trabalho demasiado árduo. Resistiam também, por meio do suicídio, do assassinato de seus “donos” e principalmente por fugas, formando quilombos, Arrais e Oliveira (2011), informam: “Em Goiás, desde o início da escravidão, houve dezenas de quilombos espalhados por todo território...” (ARRAIS

e OLIVEIRA, 20011, p. 7). Com o esgotamento do Ouro o trabalho escravo passou a ser utilizado nas fazendas, na criação de gado. Neste contexto também podemos perceber diversos escravos alforriados.

Magalhães (2014), pensando sobre alimentação, saúde e doença em Goiás identifica no contexto do século XVIII, empecilhos para a produção de gêneros alimentícios, fatores humanos e naturais que geravam escassez de alimento. O abastecimento alimentar era, portanto, um dos grandes problemas dos centros mineradores, que precisavam buscar mercados fornecedores para atender às suas necessidades básicas. Diante essa situação, se destaca a importância dos tropeiros no estabelecimento do comércio com mercadores de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, oferecendo todo tipo de produtos para a subsistência, além de artigos de luxo, como demonstra a percepção de Saint-Hilare¹⁹ (2021) ao descrever o jantar oferecido a ele em sua estadia por Vila Boa:

A comida era abundante e bem preparada, e na mesa se destacavam belas pratarias e porcelanas. Não deixava de causar assombro esse luxo, sabendo-se que o único meio de se chegar a Vila Boa era em lombo de burro e que nos achávamos a 300 léguas do litoral (...). (SAINT-HILAIRE, 2021, p. 49).

Os tropeiros forneciam produtos diversificados, desde alimentos, pratarias, porcelanas, até equipamentos para a mineração. Magalhães (2014) ressalta que o transporte nos lombos das mulas seguia por precárias vias de comunicação, fator que elevava o preço dos produtos. Sem falar em decadência, essa autora ressalta que a crise do ouro agravou a situação de abastecimento em Goiás, destacando o que percebe como um reordenamento econômico e social no contexto do final século XVIII, em que a mineração perde a prioridade e as atividades agropecuárias se estabelecem como aspecto fundamental. Lembrando que a pecuária esteve sempre presente nas atividades econômicas de Goiás. O fim da mineração em Goiás não significou o fim das atividades econômicas da região. Com a escassez do ouro, mineradores se tornaram fazendeiros. Nesse contexto muitos povoados desapareceram, mas muitos outros apareceram, como é o caso de Inhumas. Borges (2018) destaca que “a produção agrícola goiana manteve-se organizada como

¹⁹ Auguste de Saint-Hilaire, botânico francês, nascido em 1779, morreu em 1853. Realizou uma viagem pelo Brasil entre 1816 e 1822, situação em que observou e registrou características do mundo colonial com atenção às questões naturais, mas também revelando aspectos das sociedades por onde passou. Recentemente foi publicada importante obra sobre a expedição desse viajante – “Uma viagem pelo sertão: 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás, organizada por Leonora de Castro Barbo, 2021, tornando-se fonte importante para a compreensão da história de Goiás.

economia de excedente até o início do século XIX” (BORGES, 2018, p. 117). E afirma:

O baixo consumo local e a falta de meios de transporte eficientes para escoar a produção para outros Estados representavam problemas cruciais para o desenvolvimento da atividade agrícola regional. O carro de bois e as tropas eram os meios de transporte até então disponíveis em Goiás, ambos com capacidade de carga limitada por volume, inviabilizando assim as exportações regulares de produção agrícola (p. 117-118)

Distante do litoral, a capitania de Goiás mantinha-se, até o século XIX, isolada da capital da colônia, o Rio de Janeiro. Arrais e Oliveira (2011) nos informam que nesse contexto era preciso 70 dias para chegar à Goiás sendo um caminho cheio de perigos. É nesse contexto que a atividade do tropeiro se torna fundamental. Se fazia necessário importar produtos diversos de outras províncias, contribuindo para o estabelecimento de um mercado interno, desenvolvendo intenso comércio de artigos de subsistência, circulação que exigiu a abertura de rotas, criando um sistema de transportes estabelecido com as tropas de muares.

O tropeirismo, de acordo com Moreira (2004), se caracteriza pelo transporte, mas também pela comunicação, sendo o tropeiro, guia de viajantes, transmissor de notícias, mediador de cartas e jornais, configurando sua atividade em uma profissão rendosa e importante. Freitas (1999), ao perceber os tropeiros entre os trabalhadores do transporte, destaca sua grande relevância para a dinâmica vivida no interior, com as funções de transportar mercadorias e abastecer de víveres e gêneros de primeira necessidade o interior do Brasil, o tropeiro fazia o “intercâmbio de ideias e costumes” (FREITAS, 1999, p. 154), sendo elo de informação aos lugares do interior.

O movimento tropeiro descrito por Hugo de Carvalho Ramos se configura em atividade difícil, exigente de conhecimento técnico, responsabilidade, força e determinação. A lida no caminho das tropas era dura, levavam, além de mercadorias e encomendas, corpos cansados e incertezas. Eram experientes e organizados, afinal, lidavam com grandes empreitadas. Os contos de Tropas e Boiadas revelam um mundo bem específico, com aspecto rural, onde os tropeiros iam por picadas, trilhas e estradas, relacionando-se com os que já haviam se fixado no sertão goiano. Descreve com precisão a dinâmica de um pouso (a qual nos dedicaremos a entender posteriormente), e segue falando dos aspectos encontrados em um lugar

com ritmos próprios, independente das determinações da metrópole, fala das Nostalgias:

Distante, na estrada da Barra, cargueiros passavam ajoujados e resfolegantes sob a carga de mantimentos, em bruacas de couro cru rumo da cidade e do mercado. Escutava-se o relho a estalar ao longe, e a voz pigarrosa do caipira, batendo fogo, assoprando o chumaço da biga, ao incitar aos muxoxos a mulada:

- Ehú! Ehú! Ehú!... Crioulo!... Penacho!...

E mais além, aqui na mata, ali nos “furados” de Jaraguá, jaós e perdizes correspondiam-se, moduladas e dolentes as primeiras, subitâneas e estrídulas as outras, de lado a lado rememorando a história pungentíssima de seu mútuo apartamento...

Anoitecia. A paz do sertão, sugestiva e boa, descia nos encampados solitários. Na mesa tosca, ao canto da sala, fumegava a “janta” sobre uma toalha alvacenta d’algodão, alumiada ao centro, vagamente, pela candeia de três bicos, que se espevitava de vez em vez (RAMOS, 1984, p. 47).

Avança mostrando um mundo único, mas, de certa forma familiar aos que se acostumam em Goiás, repleto de credices e histórias e sempre que possível de rodas de viola: “Um tropeiro sacou do piquá que trouxera a tiracolo, o pinho companheiro dessas caminhadas no sertão; apertou a chave da prima e pigarreou pelo cordame um lundu, todo repassado de ais e suspiros” (RAMOS, 1984, p. 29). Nos caminhos das tropas se desenvolveram muitas histórias que falam de personagens inusitados, que se entrelaçam e se constituem a história de Goiás.

3.1.3 – As tropas em Goiabeira – Pousada de Tropeiros

Para conhecer os tropeiros de Goiabeira partimos das percepções do livro “Pousada de Tropeiros: Histórias da história de Inhumas”, obra literária que carrega consigo aspectos importantes da história local, misturando ficção e pesquisa histórica, mostra dimensões interessantes do pouso de tropeiros estabelecido no lugar onde hoje se encontra o município de Inhumas. Em nossas pesquisas fomos surpreendidos com o pequeno livro literário, escrito por Helena Sebba²⁰, contando a história de uma mulher (Flor de Paineira), que se instalando ao lado do pouso de tropeiros de Goiabeira, torna-se espectadora de tudo o que acontecia ali, do ir e vir dos tropeiros e principalmente das transformações que geraram a edificação dos alicerces do que hoje chamamos de Inhumas. Flor (personagem principal do livro de

²⁰ Helena Sebba – escritora literária, natural de Inhumas-GO, integrante da União Brasileira de Escritores de Goiás (UBEGO).

Helena Sebba), faz transparecer diversas características da época, trazendo a tona percepções específicas sobre aquele contexto.

Com certeza seriam memórias de muitos, as diversas situações percebidas/vivenciadas por “Flor”, situações de machismo, desencantos, silenciamentos, abusos do corpo e da mente. Mas, também situações de esperança, amizade, alegrias, e privilégios, como disse uma vez um dos personagens que passou pelo pouso de tropeiros: “– Talvez eu ainda volte. Mas, certamente, isso aqui não será a mesma coisa. Você é privilegiada, Flor. Está presenciando o nascer de uma cidade” (SEBBA, 1994, p. 49), claro que quando Helena Sebba escreveu essa previsão, ela já sabia do desfecho dessa história, mas vale observá-la principalmente em sala de aula, para desconstruir ideias de que cidades são construídas por grandes feitos, ressaltando a importância de todos os agentes históricos, que viram o lugar se erguer, vivendo um dia de cada vez. “Flor” se torna testemunho de um tempo e serve ao ensino de história como meio para melhor percepção dos fatos contados pela historiografia. O livro se fundamenta em dados coletados em cartórios e em documentos privados da população local. Em sua dedicatória registra: “Para os que vieram, aplainando as trilhas, pois caminhos palmilhados por muitos pés tornam-se mais suaves aos que querem prosseguir depois” (SEBBA, 1994, p. 15).

Após a descoberta do ouro, com o passar dos anos se acalma a euforia dos primeiros tempos, sendo preciso demarcar os limites dos distritos e julgados da Capitania de Goiás, para que novas bandeiras não continuassem se articulando dentro do território goiano. Essa demarcação, realizada pelo governador José de Almeida Vasconcelos Soveral de Carvalho, além de viabilizar o controle da circulação de bandeiras também permitia melhor aplicação das leis. Aspecto que pode ser observado no “Plano geográfico da Capitania de Goyas”, assinado por Thomas de Souza, Sargento-mor da Cavalaria Auxiliar (1777 – 1822), conforme podemos visualizar no mapa destacado por Chaim (1987) e apresentado aqui em anexo.

Para construir sua narrativa, Sebba (1994) percebe que no contexto do século XVIII, em meio à exploração aurífera, os governadores gerais envolvidos em luxos e conseqüentemente situações de corrupção, escândalos, desmandos e intrigas permitiam a ocupação desordenada das riquezas e das terras. Nessa ocasião não

havia leis normalizando a questão fundiária, fator que ocorreu só em 1850²¹, prevalecendo a situação de posseiro de terras devolutas (substituto do sistema de Sesmaria). Fator confirmado por Moreira (2004) ao afirmar que as melhores terras eram ocupadas por privilegiados: "...uma minoria formada por indivíduos ligados à administração provincial, controlavam as posses dos campos próximos às vilas e os caminhos que demandavam à Bahia e a Minas Gerais" (MOREIRA, 2004, p. 19). As divisas eram marcadas pelos acidentes geográficos (córregos, rios, morros...) e haviam disputas, como informa Sebba (1994) as vezes sangrentas.

Em um primeiro momento o local onde se estabeleceu Inhumas foi ocupado, como informa Moreira (2004), por pessoas vindas da região aurífera, seguidas por migrantes e imigrantes. Sendo aberta a Estrada Nova, em seu entorno se estabelece a ocupação, no passo dos tropeiros vieram os posseiros.

Surgida nesse contexto, o da expansão da pecuária (1886), a história da ocupação das terras de Inhumas deu-se por pessoas das cidades decadentes do ouro, subsequente a estes, aos migrantes mineiros, baianos, paulistas, cuja apropriação era usufruir terras devolutas às margens da estrada real que levassem à Capital da província Goiás, facilitando sua sobrevivência através do comércio (venda de víveres e produtos locais aos viajantes), ou alugando currais como pousada para tropeiros (MOREIRA, 2004, p. 19).

Os tropeiros estabeleceram pousadas para abrigo de homens, mercadorias e animais. Goiabeira é exemplo dos povoados que apareceram no processo de transição da mineração para a agropecuária, desses muitos que se formavam nos caminhos por onde passavam e pousavam as tropas. Os pousos ofereciam condições aos viajantes de se estabelecerem para descanso, renovando as forças para seguir viagem. Sobre o pouso de Goiabeira identificamos registros feitos por Saint-Hilaire, em sua passagem por Goiás em 1819, que nos permitem compreender a situação do lugar e seu entorno. Saint-Hilaire descreve:

Pouco depois de ter deixado Jaraguá comecei a perceber que já me encontrava próximo da capital da província. A região era menos deserta e encontrei várias pessoas pelo caminho. Passei por três casas habitadas, uma das quais tinha um rancho destinado aos viajantes e aberto de todos os lados, como os que se veem na estrada Rio de Janeiro – Minas.

A casa onde parei tinha também um rancho (Rancho das Goiabeiras), e foi nele que passei a noite.

No dia seguinte continuei a viagem, felizmente à sombra acolhedora do mato grosso. Em todos os trechos por onde penetravam os raios

²¹ Lei 601 de 18-09-1850 – Lei das terras – Grande marco na história da propriedade no Brasil, regulada pelo decreto de 1318 de 30-01 de 1854.

de sol o calor era sufocante e me atacava terrivelmente os nervos. As noites pelo contrário, eram frescas, e o orvalho caía abundantemente.

Depois de Goiabeira encontrei uma numerosa tropa de burros. Era a segunda que eu via desde que deixava Formiga, o que demonstra a pouca atividade do comércio na região. Essa tropa tinha partido de S. Paulo e, depois de passar por Cuiabá, viera até Goiás com destino à Bahia (2021, p. 39).

Com olhar de viajante europeu, essa descrição do “Rancho das Goiabeiras”, expressa a confirmação desse espaço como lugar estabelecido, testemunhado e registrado. Mesmo que a visão não alcance detalhes do cotidiano, esse olhar se faz extremamente importante. Sobre a questão da diferenciação entre o olhar dos viajantes e a percepção de vivências estabelecida aqui, Moreira (2004) afirma: “... A paisagem rural dos Ranchos, pousadas de tropeiros, como o encontrado em Goiabeira (...) apreendem cenários de um mundo-vivido, realidade particularmente só conhecida por seus moradores...” (MOREIRA, 2004, p. 24). Um olhar mais próximo, mesmo que proveniente da literatura, nos dá uma vertente do que foi registrado na memória dos que aqui viviam. Sebba (1994) aponta que Goiabeira, ou Goiabeiras:

... era local conhecido de quantos vinham de outras províncias: Minas Gerais, São Pulo, do Norte e Nordeste, e dos que transitavam entre os arraiais, lugarejos e cidades vizinhas.

Era pouso, principalmente de tropeiros, carreiros, boiadeiros, o descanso das longas jornadas feitas em lombo de burro e carro de bois, o oásis onde arriavam as malas, as bruacas, os ossos esfalfados pelas duras caminhadas de meses, atravessando campos e matas infestados de bichos, doenças, salteadores à espreita. Quem chegava do norte ou do Sul dava mais de si e exigia dos animais passo mais acelerado ao avistar as goiabeiras, folhudas e convidativas, perfeitas para acampar. Sob elas, o ponto de encontro, faziam-se negócios, amizades, conhecimentos. O tropeiro tinha um código de honra não escrito, mas respeitado por todos: ao chegarem nos ranchos ou pontos de descanso, soltavam os animais sem rédea para que pastassem e descansassem, as preciosas mercadorias empilhadas em territórios bem definidos. Aqueles homens rudes respeitavam a propriedade alheia como coisa sagrada.

[...]

Após a partida de um grupo ou tropas, quase imediatamente chegavam outras. Estavam aproveitando o tempo de seca, pois logo viessem as chuvas, as picadas que serviam de estradas ficariam intransitáveis. O terreno alagado era um grande lamaçal, atrasando as viagens, causando prejuízos, as chuvas abundantes provocando febres e doenças variadas (SEBBA, 1994, p. 25-35).

Os mercadores traziam notícias à Goiabeira. Vindos de todos os lados os viajantes procuravam fazer vida em Goiás. Eram descritos como ambiciosos, aventureiros, fugitivos, cidadãos honestos... homens que buscavam melhores condições de vida nas terras goianas. Essas terras eram a esperança de muitos.

Foi nesse contexto, como nos informa Moreira (2004), que João Antônio da Barra Ramos, possessor das terras chamadas Fazenda Cedro, ocupa esse lugar, vendendo-as posteriormente para Felix Rodrigues Ramos e sua esposa, que a registram em 20 de setembro de 1858 na paróquia Nossa Senhora da Conceição, com o nome de Goiabeira. Com o passar dos tempos a fazenda foi sendo subdividida passando a vários proprietários, muitos deles sem registro, sendo necessário uma Ação de Divisão, empreendida por José Hermano a pedido de Arlindo da Silva Bailão, entre outros. Nessa ocasião o povoado já se chamava Inhumas, denominação definida pela lei Nº 40 de 1922.

Moreira (2004) destacando a importância da profissão do tropeiro no contexto da formação de Inhumas revela que o dono das tropas era geralmente branco e possuidor de capital, com prestígio econômico e social, reconhecido por onde passava. Helena Sebba (1994) descreve, de forma eloquente, o prosseguir dessa história, ela narra sobre Goiabeira, que sendo pouso de uma noite para muitos, tornou-se lugar de parada para outros, onde o povoado se constituiu arraial, passando a distrito de Curralinho (atual Itaberaí-GO) e depois já dentro do século XX, 1931, tornando-se cidade de Inhumas. Mas essa é história para outra proposta de ensino.

3.2 BALAIO DE RECORDAÇÕES – UM POUCO DE MEMÓRIA

Quantas memórias constituem esse lugar socialmente definido como Inhumas? Há muito que lembrar no lugar em que vivemos, mas as lembranças são falhas e deixam manifestar o esquecimento. Relacionada à própria vida das pessoas, a memória sustenta o que somos e se permite recordar ou esquecer no reconhecer de cada um. Acreditamos que no caso de Inhuma-GO, é preciso lembrar e conseqüentemente identificar os diversos personagens que compuseram e os que ainda compõem esse lugar, podendo assim nos reconhecer. A memória não é uma fortaleza contra o tempo, é construção de si mesma, é identidade e por isso pode se negar à manifestação. É preciso colocar sempre a memória em movimentação,

provocando sensações e é isso que tentaremos fazer agora, estabelecendo reflexões que provoquem a memória.

A memória do pouso de tropeiros ainda vive no meio social deste lugar e se encontra nos guardados de muitas famílias, mas faltam espaços e momentos culturalmente pensados em estimular as memorações. Pouco se fala sobre o assunto e o esquecimento ronda o pouso, a espreita, se fazendo presente. São muitas memórias de Goiabeira estabelecidas em Inhumas, ligadas à vida desse lugar, se caracterizando na dinâmica que forma o hoje. É necessário estabelecer reflexões sobre o assunto, as quais poderão provocar discussões e iniciar um processo maior, possível de gerar ações que tornem evidentes os patrimônios culturais desse lugar. Como defende Tolentino (2013), esse evidenciamento deve ser realizado por meio de participação coletiva. O patrimônio se manifesta em todos os lugares e faz parte de nosso cotidiano, sendo pautado pela memória, é ele que: “nos faz ser o que somos, individualmente ou em grupo” (TOLENTINO, 2013, p. 07), Sua percepção permite nos conhecermos, por isso importa. Enquanto não se estabelecem meios de afirmação da memória do pouso de tropeiros, tornando-a popularmente divulgada, buscamos analisar as percepções conseguidas no desenrolar desse estudo, em seu método de pesquisa bibliográfico. Vejamos o que os livros nos indicam.

3.2.1 - O tropeirismo – Entre “Tropas e Boiadas” e “Pousada de Tropeiros”

“Tropas e Boiadas” de Hugo de Carvalho Ramos (1984) nos revela um mundo inusitado, para o qual olhamos com estranheza no início, com suas palavras e sentidos distantes do entendimento moderno, mas aos poucos, no percurso da leitura, vamos nos familiarizando, percebendo aspectos que foram incorporados em nosso viver goiano; alguns contos são saudosos nos remetendo ao ambiente de nossos avós; outros sobrecarregados nos revelando elementos de uma sociedade marcada por aspectos coloniais. Esses contos revelam caminhos que nos trouxeram até aqui e são caminhos de tropas que causam nostalgias de aventuras da roça, de rodas de conversa, de cantorias, viola,... “– Cabra malvado, faz tristeza essa viola, disse alguém, o pensamento longe, perdido no arraial, onde deixara, certo, saudades e cuidados; diga antes um caso, daqueles que nos contava, quando na boiada de Antão...” (RAMOS, 1984, p.28-29). Um lugar revelado na roda de viola,

expresso nos casos do ser e viver tropeiro. “Pousada de Tropeiros” de Helena Sebba (1994), também nos revela esse mundo inusitado, espaço de outrora, onde o ir e vir dos tropeiros marcava o tempo com dinâmica própria estabelecida de acordo com as necessidades de cada localidade. O tempo era contado pelo passar das tropas:

O tempo, o presente que se tornaria e se torna sempre, em lenda futura, corria. Chuva, sol, frio. Tropeiros que iam com suas mercadorias e voltavam com os cargueiros lotados de mantas de carne e toucinho; outros, aviltados, pois os bons negócios dependem bastante da sorte de cada um, pessoas que Flor nunca mais veria, e outras, fazendo daquela parada seu segundo lar. Aquelas, aves de arribação; estas, já com as plumagens domésticas, instinto gregário (SEBBA, 1994, p. 53).

O tropeirismo então se torna mais que uma profissão, é condição de ser e estar no mundo, longe de serem heróis, os tropeiros eram fruto de seu tempo. Eram trabalhadores do transporte e do comércio, empreendedores ou empregados, cada qual desempenhando sua função.

Ramos (1984) nos fala do lote derradeiro que “...desembocou num chouto sopitado do fundo da vargem, e veio a trouxe-mouxe enfileirar-se, sob o estalo do relho, na outra aba do rancho, poucas braças adiante da barraca do patrão” (RAMOS, 1984, p. 27). Fala de Joaquim Culateiro, de surrões, de cangalhas, de chifre de tutano de boi, de chocolateira e destaca que é o chocalho da madrinha que dita o ritmo dessa história. Sebba (1994) fala de código de honra, de burro puxador, de enfeite de cor gritante (amarelo ouro, purpurina ou alaranjado), do som dos berrantes, de saudade que vem e vai, como faziam os tropeiros, parando sob as goiabeiras. E assim se constituem histórias.

Sebba (1994) nos informa que cada tropa era composta por lotes formados por dose animais. Cada lote ficava sob a responsabilidade de um arrieiro. Goulart (1959), falando do fracionamento da tropa, destaca que eram comuns lotes de sete, nove ou onze animais, sendo que os lotes de onze animais era característica das tropas Goianas. Mas ambos reforçam a importância dos tropeiros que traziam gêneros alimentícios e utensílios, além de realizarem diversas transações. Cada lote ficava na responsabilidade de um auxiliar de tropeiro, também chamado tocador, destacando nessa organização o “puxador da fila”, burro ou mula escolhido por sua capacidade de conduzir os demais animais que trazia ornamentos especiais, além dos sinos de metal. Era o barulho do cincerro pendurado no pescoço do animal

puxador (a madrinha) que orientava os animais. Ao chegar ao pouso, como narra Ramos (1984), os animais eram enfileirados, descarregados, desarreados e alimentados, depois de tratados eram soltos ao pasto, na trempe o café fervia e só depois dos afazeres concluídos é que os homens, nos arredores da fogueira, pitavam cigarro, se alimentavam e muitas vezes contavam histórias e cantavam modas de viola.

Moreira (2004) analisando as questões apontadas acima, narradas nestas literaturas, informa que o tamanho das tropas era variável, e diz: “Em Goiabeira haviam pequenas tropas, de três a quatro lotes, e também tropas com dezenas de lotes” (MOREIRA, 2004, p. 27). Eram viagens demoradas, dependentes de não ocorrerem contra tempos, variando de acordo com os negócios estabelecidos nos caminhos e das condições naturais do tempo, por isso, levavam tudo que necessitavam para sobreviverem na estrada. Nas bruacas do cozinheiro iam panelas, pratos e tripé para o preparo de duas refeições diárias, sendo uma pela manhã e outra à tarde, a alimentação era resumida em: “carne seca, feijão (para preparar o feijão tropeiro), angu de milho, farinha de mandioca, torresmo e café com rapadura. Alimentos transportados em embornais de permeio” (MOREIRA, 2004, p. 28).

A memória desse tempo ainda povoa os que têm origem nesse contexto, são heranças necessárias ao entendimento de quem somos. Patrimônios culturais que necessitam ser destacados para referenciar nosso gosto por muitos aspectos ligados ao tropeirismo. Mas, isso só ocorrerá no dia em que o conhecimento de todo esse universo vier fazer parte de nossa percepção, aí sim, saberemos o significado de sons, sabores, lembranças que se manifestam, desejando vir à tona. Vamos prostrar sobre esses fatos e ver no que vai dar, no mínimo vamos conhecer, no máximo, vamos lembrar.

3.2.2 A estrutura organizacional das tropas e as relações sociais

Para entendermos sobre a organização dos tropeiros vamos observar o estudo estabelecido por Goulart (1959), que fala com familiaridade do movimento evidenciando aspectos peculiares de sua organização. A partir de suas informações destacamos a existência de uma complexa hierarquia entre os homens e entre os animais, nos remetendo a questões sociais do contexto histórico dos séculos XVIII e

XIX. Iniciaremos identificando a figura do tropeiro, observando em seguida a estruturação da tropa, passando pelo pouso e chegando até a identificação de que a atividade de tropeiro refere-se à figura masculina, tendo a ausência da mulher como ponto de partida para uma reflexão sobre sua presença no contexto do tropeirismo.

O tropeiro

Como já discutimos, ser tropeiro era profissão importante, afirmação unânime entre todos os historiadores pesquisados por nós. Mas, também profissão difícil, de exigências diversas, tendo como principal requisito estar quase sempre nos caminhos. O tropeiro era o negociante e deveria ser experiente, para conseguir eficiência na prática de organizar e conduzir a tropa. Goulart (1959) informa que o tropeiro era homem livre, atuante no negócio de transporte e comércio, assim descrito:

O tropeiro é o patrão, o dono da tropa, o empresário de transporte, por preço combinado, carrega suas mulas e se vai pelos caminhos a fora. Homem constantemente requisitado, ansiosamente esperado, carinhosamente recebido, chegou até a se constituir num “tipo humano” criado pelo sistema de transporte que explorava e pela posição que chegou a assumir no complexo econômico e social das áreas de sua atuação (GOULART, 1959, p. 107).

No desenvolvimento de sua profissão o tropeiro assumiu a importância de abastecer as diversas regiões do interior do Brasil, tornando-se, transportador, emissário, correio, transmissor de notícias, intermediário de negócios, portador de recados, aviador de encomenda, entre muitas outras funções. Trabalho que garantia bons ganhos. Com condições financeiras, os tropeiros podiam possuir várias tropas e deixa-las a cargo de arrieiros de sua confiança, podendo assumir outras funções, possibilitadas por seu prestígio como nos revelada Goulart (1959):

... na faina da tropeiragem encontravam-se membros das mais conceituadas famílias do Brasil e até clérigos. E muitos deles chegaram depois a ocupar altos postos na administração imperial, nos conselhos da Corte, no Senado vitalício, assim como nos mais elevados graus da hierarquia nobiliárquica (Goulart, 1959, p. 117).

Nesse sentido, Moreira (2004) também destaca o tropeiro (dono da tropa), portador de recursos financeiros, provenientes de conceituadas famílias, chegando a ocupar cargos administrativos, por seu prestígio econômico e social, alguns ingressavam na vida política, a exemplo dessa situação se destaca o caso ocorrido

em Inhumas, onde o tropeiro José Rodrigues Rabelo ocupou alto cargo público municipal: "... fora nomeado por Pedro Ludovico Teixeira em 1931, prefeito de Inhumas. Cargo de representação enquanto status social e político" (Moreira, 2004, p. 26), sendo o primeiro prefeito do município. Chaim (1987), também havia destacado a importância do tropeiro, identificando-o como o dono das empresas de transporte, ressaltando que por sua profissão de destaque constituía parte da fidalguia paulista-mineira.

No contexto de sua atuação, o tropeiro era o patrão, mas atualmente se identificam por tropeiro todos os demais envolvidos na saga do tropeirismo, sendo o arrieiro, o madrinheiro, o cozinheiro, o dianteiro, enfim todos os camaradas que participavam das viagens, cada qual cumpridor de sua tarefa. Cabe aqui observar a música "Marcolino" de domínio popular do Vale do Jequitinhonha que diz: "Você me chamou tropeiro. Eu não sou tropeiro não, sou arrieiro da tropa Marcolino, o tropeiro é meu patrão" (BARROSO e BRANCA, 2021). Goulart (1959) aponta que na composição da tropa, se destacava o tocador, que deveria ter conhecimentos técnicos e ser acostumado a lidar com os animais, merecedor da confiança do dono da tropa. Também aparece com destaque o cozinheiro, responsável pelo preparo dos alimentos, com o dever de ajudar em outros trabalhos, como fazer os carregamentos, acertar as cargas e na lida com os animais. Moreira (2004), identifica ainda incorporando à tropa, o arrieiro ou capataz encarregado de arrear e colocar a carga e o menino madrinheiro responsável por regular os passos da tropa, acompanhando a madrinha (guia).

Esses homens usavam indumentária apropriada para atender às exigências naturais de seu trabalho, com recursos necessários para as marchas, suas roupas apropriadas serviam ao propósito de oferecer segurança na lida com os animais e no percurso enfrentado. Goulart (1959) destaca:

Em geral, como se observa em Minas Gerais e em Goiás, trazia à cabeça um chapelão de feltro, quase sempre acinzentado, que era a cor preferida, de abas viradas; vestiam camisa e calças marrons, de pano forte, e usavam botas de couro flexível tão compridas que alcançavam a metade da coxa, embora pudessem ser dobradas, jogada sobre os ombros, uma grande manta de baeta, com uma abertura no centro para enfiar a cabeça (p. 119).

Assim como o uso das roupas e acessório, traziam consigo nas viagens espadas e fuzis e nas selas levavam apetrechos necessários para se manterem em

trânsito. Necessitavam também: tripés, panelas e pratos, bules e canecas, mantimentos, reservatório com água, etc. se preparavam ao máximo, mas não podiam prever todas suas necessidades, por isso a importância das fazendas e pousadas que se estabeleciam ao longo do caminho com o propósito de negociar com os viajantes. Os tropeiros eram homens ativos que buscavam superar obstáculos cotidianos.

A tropa

A característica primordial da tropa de muares, como já foi ressaltado, era sua resistência, força e vigor. A tropa correspondia ao grupo de animais, composto de mulas e burros somado ao conjunto humano, ou seja, era toda a composição estabelecida para o transporte de mercadorias em formato de caravana. Goulart (1959) informa que a tropa era fracionada em lotes, como vimos anteriormente, cada lote ficava sob a responsabilidade de um arrieiro. As tropas eram escalonadas em hierarquia e podiam ser categorizadas; sendo de primeira categoria as com mais de cinco lotes, posição que permitia enfeitar a cabeça da madrinha (guia) com prata e plumagens e o peitoral com guizos tilintantes; as de três a cinco lotes que podiam apenas enfeitar o peitoral com guizos; e as tropas com menos de três lotes que não podiam usar insígnias. Mas, esses sinais variavam de acordo com a região, embora fossem variações pequenas. Moreira (2004), descrevendo as tropas que passavam por Goiabeira, confirma que a sistematização em que as tropas eram compostas caracterizava pela divisão em lotes, mas destaca que o tamanho das tropas não era fixo.

A madrinha deveria ter certa autoridade sobre os outros animais, ela tinha a função de guiá-los. Goulart (1959) destaca que era um animal já envelhecido e conhecido dos demais animais, tendo a função de ir abrindo o caminho, geralmente enfeitada de fitas, guizos, pratarias e uma boneca assentada entre as orelhas e principalmente um cincerro (chocalho/polaco) no pescoço. Não levava carga, mas guiava a tropa.

Para se aprontar uma tropa era preciso ter conhecimento, os animais deviam ser bem escolhidos e preparados para as dificuldades naturais, os caminhos ruins e as surpresas do tempo, tendo os arreios devidamente colocados e as cargas arrumadas. Era imprescindível observar os contratemplos caracterizados por necessidades diversas, como carregar e descarregar várias vezes as cargas

(sempre que chegavam e partiam dos pousos, nas travessias de rios e em demais eventualidades); a indocilidade de animais que podia causar danos às cargas; a fuga e transvios durante a noite levando à perda de animais; além de mortes pelo caminho e também as condições dos caminhos e da natureza. Tudo isso deveria ser pensado para que houvesse o sucesso da tropa.

Também era preciso observar os apetrechos necessários para o desenvolvimento da empreitada. Goulart (1959) ressalta alguns desses utensílios específicos para os animais e outros para os humanos. Entre os arreios e apetrechos da tropa, aponta cabrestos e buçais, cangalhas com retrancas e peitorais, serigotes, bastos e lombilhos, socadilhos, cutucas, pelegos, caronas, albardas, mantas, baixeiros, sobrechinchas, sobrecargas, arrochos, topes de baeta vermelha, cabeçada tilintantes, ligais e bandanas. Diante de tantos mecanismos necessários para se aprontar uma tropa, é possível perceber a necessidade do tropeiro ser conhecedor de técnicas e cuidados bem específicos. Os homens também tinham suas necessidades para as longas viagens, entre os apetrechos para os humanos, encontramos tripés, panelas e pratos, bules e canecas, mantimentos, borracha com água, entre outros. Moreira (2004) também destaca esses apetrechos.

O pouso

Colocando a tropa em trânsito, fazia-se necessário paradas para descanso, como destaca Goulart (1959), "...evidenciou-se a necessidade de serem levantadas aqui e acolá, rústicas palhoças, simples coberturas de palha sobre paus-a-pique, sem paredes, para abrigo das cargas e dos homens ao fim das jornadas diárias" (GOURLART, 1959, p. 129). Saint-Hilaire (2021) descreve o "Rancho das Goiabeiras" como local aberto de todos os lados, semelhantes ao que se via na estrada Rio de Janeiro-Minas Gerais. Mas identifica o Rancho das Areias (a 3 léguas de Goiabeiras), como espaço bem cuidado, cercado por paus colocados lado a lado, que não chegavam até o teto, mas protegiam dos ataques de animais, principalmente de porcos. Além da área coberta, os ranchos se estabeleciam próximo à fontes de água e bom pasto. Havendo, de acordo com o autor: "quem adquirisse os campos próximos aos pousos para deles auferir renda alugando-os" (GOURLART, 1959, p. 130). Confirmando esta questão, Moreira (2004), observando a formação de Inhumas-GO, ressalta que a ocupação desse lugar está ligada ao

estabelecimento de comércio com os viajantes ou aluguel de currais como pousadas para tropeiros, nas margens da estrada real.

A partir do pouso se estabelecia uma relação comercial que geralmente, gerava um povoado, a exemplo do que aconteceu em Inhumas. Em Goiabeira, de acordo com Moreira (2004), o pouso era um espaço organizado para abrigar os homens e as cargas, era uma palhoça (paus-a-pique cobertos por palhas), como vimos anteriormente. Observando informação contida na Revista Goianidade (1982), eram 81 pousos estabelecidos de São Paulo à Província – Goiás.

No pouso, de acordo com Goulart (1959), as atividades eram bem definidas, como podemos perceber também nas narrativas de Ramos (1984), ao chegarem, os camaradas arriavam a carga, desarreavam os animais, enquanto o cozinheiro preparava o café, a carga era levada para dentro do pouso e arrumada concentrando-se em espaço específico. As cangalhas eram colocadas ao sol e só depois de secas eram enfileiradas umas embutidas nas outras. As cargas e arreios eram colocados juntos, mas, de forma organizada para facilitar na hora de sair. Os animais comiam e eram inspecionados, verificando feridas e pisaduras para serem medicados. As cangalhas que estavam machucando eram atalhadas, os cascos limpos e algumas ferraduras com problemas eram reparadas. Só aí os animais iam para o pasto e os homens se direcionavam a fogueira em busca da “janta” que estava sendo preparada na panela dependurada no tripé. Tragavam cigarros de palha e a viola era solicitada, iniciando cantorias e contos, entregando-se ao cansaço do dia, os tropeiros deitavam por sobre os pelegos recostados nas retrancas e dormiam. No outro dia após o café, tomado em uma caneca, os animais eram recolhidos para seguirem viagem, até o próximo pouso.

A mulher no contexto do tropeirismo

Estamos falando em tropeiros, em homens corajosos, determinados sempre nos referindo ao gênero masculino e essa situação não se dá por acaso, tendo em vista que essa é uma pesquisa historiográfica e documental. Mas lembremos, as “ausências²²” também expressam informações no contexto histórico. A ausência das mulheres nos revela condições sociais do tempo relacionado ao tropeirismo no Brasil, em Goiás e em Inhumas. Uma condição estabelecida pela oposição entre

²² As mulheres não estavam ausentes no contexto do tropeirismo, mas sim na produção historiográfica e documental.

homens e mulheres característica da colonização e seus reflexos, que foram herdados ao longo do tempo e se encontram fundamentados ainda nos dias atuais. Embora hoje seja comum vermos mulheres participando ativamente da dinamicidade estabelecida pela sociedade, no contexto de meados dos séculos XVIII e XIX, as mulheres, apesar de estarem presentes em todas as situações sociais, não eram ressaltadas na produção documental da época. Se tornando invisíveis, ou ocultadas nos livros, nos documentos e até nas memórias. É fundamental que a atuação das mulheres seja discutida em sala de aula para combater essas ausências.

O primeiro fato a observar é o de que no contexto da colonização aurífera, como nos informa Arrais e Oliveira (2011) poucas mulheres brancas vinham para a região, fator contribuinte para a miscigenação característica da sociedade atual, essa situação colaborou para colocar a mulher goiana em condição de maior invisibilidade, ela se torna a figura que independente de ser índia, negra, europeia, miscigenada, é feminina; fator que lhe assegura uma posição, injustamente lhe atribuída, caracterizada por uma sociedade machista e preconceituosa. Questão que ainda exige muita atenção por parte de professores e professoras, para que as mulheres (nossas alunas) ocupem o espaço que desejarem e sejam, acima de tudo, respeitadas em sua condição humana.

No aspecto do tropeirismo, a mulher também exige determinado esforço para ser percebida, mas sua figura sempre esteve presente nesse movimento, podendo ser caracterizada de forma semelhante para além do território goiano. A mulher constituía força atuante no contexto econômico e social. Goulart (1959), em produção historiográfica referenciada aqui, não ressalta a presença da mulher em seus estudos. Nas duas obras literárias que nos servem de base para percepção do tropeirismo, é possível identificar a mulher de forma mais ativa. No Livro Tropas e Boiadas de Hugo de Carvalho Ramos, a presença da mulher é colocada de forma tímida, pois se trata de histórias do universo masculino, mas ela se encontra, inevitavelmente presente, contida no interior dos contos, dialogando com os homens; ela é a moça que foge com o tropeiro, a bruxa de Morrinhos, a mulher do caseiro, a filha do patrão que se engraçou do poldro, Sá Quirina, entre muitas outras, estando essa obra relacionada ao ser masculino, o que revela a visão de quem produziu o documento.

No livro Pousada de Tropeiros, ao contrário, a história revela a articulação de uma mulher (Flor de Paineira) e as situações apresentadas na literatura são muito

familiares ao nosso mundo, revelam como são tratadas ainda hoje as mulheres no Brasil. Flor é uma moça que se entrega a um amor, subentende-se que um tropeiro de passagem pela região, ao descobrir, seu pai a expulsa da palhoça onde vivia com sua família, daí a história segue, destacando os silêncios e as violências sofridas. A figura feminina, na história de Helena Sebba (1994) é colocada, na percepção de uma mulher, à margem do pouso dos tropeiros, como estavam naquele contexto e é de lá que se conta esta história.

Apesar do livro de Helena Sebba narrar a história de uma mulher, ele se encontra com o livro de Hugo de Carvalho Ramos em diversos pontos, uma vez que ambos revelam o mundo machista em que o tropeirismo se insere. Aspectos que precisam ser combatidos cotidianamente.

Em nossas pesquisas encontramos situações interessantes que saltam para nossos registros, são casos de mulheres tropeiras. Moreira (2004) afirma que em Goiás pode ser percebida a presença de mulheres nessa atividade, identificadas, conforme nota de rodapé de seus estudos, no Livro de Registro de Entradas do Arquivo das Bandeiras: “Pacote 130, livro 6 – I vol., 35. Pacote 109, livro 4, documento 67. Pacote 110, livro 5, rolo 30. Pacote 34, rolo 36. Pacote 132, livros 1 e 2, rolo 36)”, onde é possível identificar os nomes de “Maria Carvalho, Felipa de Góis, Joaquina Rosa, Isabel Maria e Rosa Maria de Paes” (MOREIRA, 2004, p. 27). Informação preciosa, propícia a pesquisas futuras.

Na cidade de Castro-Paraná, existe um museu interessante, que retrata a vida da mulher no contexto do tropeirismo. Conforme informações disponíveis no site Guia das Artes (2021)²³, o Museu Casa de Sinhara foi Inaugurado em 04/07/2005, nascido de uma exposição em homenagem as mulheres que construíram a cidade, entre elas as esposas de tropeiros. Trata-se de um museu pensado para refletir sobre a participação da mulher na estruturação da sociedade do contexto do tropeirismo, ressaltando que as mulheres assumiam ações efetivas na construção social dos lugares onde habitavam. Apesar de retratar a condição de vida de uma casa-grande, deixando de lado informações sobre as demais mulheres da sociedade, serve ao propósito de tornar visível a figura feminina.

Buscando compreender a condição popular da mulher nesse contexto, verificamos junto à música “Tropeiros”, de Léo Almeida e Nilo Barros de Brum, nos

²³ Disponível em: <https://www.guiadasartes.com.br/parana/castro/casa-de-sinhara>. Acesso em: 10/10/2021

versos que dizem: “Maria murchou na vida de casa e cabo de enxada. Com um olho nas crianças e o outro fitando a estrada. João Miguel virou lembrança na cruz à beira da trilha. E Maria foi plantada lá no alto da coxilha” (ALMEIDA e BRUM, 2021). Versos que revelam a dura lida também da mulher que ao ficar em casa se responsabiliza por manter a família.

Analisando situações envolvendo mulheres nesse contexto, percebemos que nessa história tem muito mais sobre força e resistência do que podíamos imaginar no início da pesquisa. Ficando desperta a possibilidade de se continuar as investigações, para vermos se deparamos com as memórias femininas, as quais se encontram guardadas nos fundos de balaios de diversas famílias ligadas ao movimento do tropeirismo.

4 O BALAIO DE RECORDAÇÕES – FERRAMENTA EDUCACIONAL

Com as informações acima ressaltadas, passamos ao conhecimento específico de nossa proposta, o Balaio de Recordações, como ferramenta para o ensino da história de Inhumas-GO, pensada para permitir vir à tona memórias, a serem mobilizadas em rodas de conversa. Revirar o Balaio significa ver, tocar, experimentar bens referenciais à dinâmica de vida dos tropeiros. Almejamos que esse olhar esteja acompanhado de questionamentos, reflexões e compartilhamento de saberes. Como especificamos anteriormente, pretendemos que o conhecimento histórico se referencie nos objetos colocados no Balaio e que estes provoquem lembranças que permitam descobertas sobre o mundo vivido, constituindo-se conhecimento. Esperamos que haja pontos de ligação entre os objetos e a memória, mas, estamos cientes que pode não haver, prevalecendo a informação.

4.1 OBJETOS QUE CONTAM HISTÓRIAS E DESPERTAM MEMÓRIAS

Nossos alunos e alunas serão convidados/convidadas a participarem de rodas de conversa, quando poderão revirar o Balaio de Recordações. Esperamos que esse recurso pedagógico permita em sua apropriação a geração de percepções e posicionamentos, na provocação do diálogo articulado com lembranças. O Balaio é um recipiente constituído por objetos referenciais a um pouso de tropeiros, aspecto concreto que estará repleto de possíveis lembranças promovedoras da relação entre passado e presente, bens palpáveis, visuais... Observando, de acordo com Menezes (2005) que é preciso analisar as fontes visuais como parte da sociedade, levando em conta que são criações de seu tempo.

O desafio foi identificar elementos reveladores de histórias e memórias, nesse caso, como não se trata de uma pesquisa arqueológica, os bens identificados apenas representam o objeto de estudo. A constituição não se deu com objetos e referências originais, mas sim representativos. O motivo de compilar esses objetos, mesmo não sendo documentos testemunhos, é que eles devem chamar a atenção do olhar e o próprio aluno ao ver, poderá lembrar-se de situações em que esteve em contato, direta ou indiretamente, com algo parecido, percebendo em seu universo familiar ou social os bens culturais materiais e imateriais que seus avós lhes apresentaram em algum momento de sua vida. Caso não encontrem nenhuma

familiaridade, poderão conhecer e identificar aspectos que as letras não podem expressar. O Balaio deve provocar percepções e reflexões, cabendo ao professor/professora mediar o processo de promoção do conhecimento histórico cultural dos estudantes. Os objetos referentes aos bens materiais e imateriais foram identificados no decorrer da pesquisa proveniente da relação entre documentos e historiografia.

Os objetos identificados nos estudos e encontrados no meio social, muitos deles guardados em antigos paióis, outros à disposição no mercado desempenhando função de ornamentação, a partir de agora assumem o papel de gatilho de memória e se tornam ponto de partida para as discussões a serem estabelecidas nas rodas de conversa. Os objetos em si não carregam memória estabelecida, mas provocam reflexões e estas fazem lembrar... lembrar dos bens que o avô usava, do fazer que a avó exercia, de coisas semelhantes, mesmo com fins diversos, que o estudante tem em casa, ou já viu em algum lugar.

O Balaio é para ser tocado, aberto, explorado, revirado, acrescido. Não se tem uma ordem ao se retirar os objetos/bens que o constituem, portanto nunca uma discussão será igual à outra. Guardar objetos se faz comum nas ações humanas, referentes ao hábito de arquivar coisas significativas. Hoje, diante do desenvolvimento tecnológico essa ação continua sendo praticada nos arquivos digitais de forma individual e/ou coletiva. É daí que sobressai o “Patrimônio Cultural.” Compilar objetos que permitam lembrar é um meio eficiente para se permitir conhecer, principalmente em um tempo que tudo passa acelerado. Muitos podem perguntar nesse momento, qual o motivo de um recipiente físico repleto de objetos representativos, se poderíamos fazer um arquivo riquíssimo no ambiente digital? Mas, essa é a questão, embora esse recurso também possa ser disponibilizado nos mecanismos de mídia, o diferencial é o concreto do Balaio e dos objetos presentes nele. Para muitos seriam lixo, mas na escola, ao toque dos estudantes, se tornam informação. Queremos algo maior que silhuetas, queremos algo com aspecto histórico, concreto, palpável, como se era no tempo do tropeirismo.

Assmann (2006), refletindo sobre a persistência e decadência dos resíduos, identifica problemas de conservação em relação à ecologia da cultura, destaca que no mundo do consumo os ciclos de renovações e descartes são cada vez mais curtos em função da produção de bens materiais que é cada vez maior, fato que torna o arquivo desses bens (recolhimento e inventário) um obstáculo, chegando a

ser problema ecológico. O arquivo se apresenta como um gigantesco mecanismo de esquecimento, devido ao fato de que, como diz a autora, quando os objetos e os originais não existirem mais e restarem apenas suas silhuetas gravadas em microfilmes, se estes não forem acessados, mesmo permanecendo, não serão lembrados. A escrita surgiu como salvadora para o problema do esquecimento, mas chegando à era do fim do livro, preocupa-se com a conservação do arquivo cultural. A questão é “preservação”. A autora, em relação aos dados analógicos, chega à conclusão que para serem armazenados não podem ficar parados, precisam ser sempre gravados de novo, sempre sendo transferidos para novos portadores, assim como os arquivos físicos.

O fato é que a forma e qualidade dos espaços culturais da recordação é determinada por interesses políticos e sociais, fazendo com que os arquivos, por meio de documentos, legitimem o poder. Por isso, vamos permitir ao estudante interferir no arquivo, movimentando-o, acrescentando objetos e referências, ou mesmo retirando. Cada turma que participar das reflexões e discussões poderá, conforme planejamento do/da mediador/mediadora, agir sobre o arquivo. Assmann (2006), afirma que o historiador da cultura é “detetive do passado”, transforma lixo em informação. Como historiadores da cultura, vamos ver o que nos espera em nossos estudos.

Arrais e Oliveira (2011) em introdução ao livro didático para 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, afirmam que: “casa, carro, objetos pessoais, fotografias, móveis e roupas, por exemplo, ajudam as pessoas a se lembrar de fatos passados ou situações já vividas” (ARRAIS e OLIVEIRA, 2011, p. 09) e continuam certificando que é graças a objetos como fotos, móveis antigos, painéis de ferro, entre outros, que as famílias podem desvendar suas histórias. Os objetos sobreviventes ao tempo chegam até nós e precisam ser reconhecidos como meio de informação, mesmo não revelando histórias por si só, eles ajudam a lembrar. Por isso podemos dizer que eles falam. Esses objetos que falam são importantes no ensino-aprendizagem da história e é necessário mostrar ao professor/professora que podem ser levados para dentro da sala de aula ou que a sala de aula pode ser levada para outros lugares, como a praça, ocupando o espaço da cidade para se ensinar histórias, construindo momentos enriquecidos com a presença dos que conhecem esses objetos. Lembrando, como afirma Knauss (2006) que o olhar do estudante deve ser

preparado para ver e conseqüentemente compreender essa cultura visual, papel reservado ao professor/professora.

No estudo bibliográfico estabelecido aqui, verificamos uma série de objetos que podem exercer papel de destaque nas aulas de história e conseguimos alguns deles para a composição inicial do Balaio. O processo de compilação desses objetos se deu, primeiramente, pela leitura de obras historiográficas e observação de documentos diversos, incluindo as obras literárias. Continuamos observando a sociedade, conversando com pessoas e pouco a pouco, tivemos acesso a diversos objetos. Na sequência temos a descrição de alguns desses bens adquiridos, com a certeza de que precisam ser questionados. No desenvolver das aulas previstas e das discussões pretendidas, muitos deles serão retirados por não se evidenciarem como referência ao contexto do estudo e outros aparecerão. Cabe, a partir de agora uma construção permanente dessa ferramenta de ensino, ano após ano, turma após turma, reflexão após reflexão.

4.2 APETRECHOS DA TROPA E DOS TROPEIROS - COMPOSIÇÃO DO BALAI

Seguem imagens fotográficas dos objetos constitutivos do Balaio de Recordações em sua formação inicial, com breve descrição, observando sua função no contexto do tropeirismo. Essas fotografias²⁴ também irão compor o fichário, mas nesse instrumento aparecerão sem a descrição para que os próprios estudantes estejam definindo a função de cada um e identificando a vida social desses objetos. Há ainda outros objetos (não fotografados) garantindo que na proposta de revirar o balaio todos os alunos tenham materiais para explorar (tendo em vista que as turmas contam com aproximadamente quarenta alunos/alunas).

Na observação desses objetos poderão ser analisadas as esferas da mercadoria, sendo a produção, a circulação e o consumo. O Professor/Professora poderá chamar a atenção dos alunos para o que os objetos dizem sobre a sociedade que o usava ou o usa.

²⁴ As fotografias são resultantes de uma importante parceria com Juliana de Paula Marçal, que se disponibilizou a revirar o Balaio e fotografar os objetos que compõem essa ferramenta de ensino. Fica o agradecimento pela sensibilidade que possibilitou a captação das significativas imagens aqui presente.



PAULA MARÇAL. Juliana. Balaio de Recordações. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.



PAULA MARÇAL. Juliana. Sela e Pelego. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.



PAULA MARÇAL. Juliana. Balaio. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Balaio de Recordações – Recurso pedagógico para o ensino da história local e regional, relacionado ao contexto de origem do município de Inhumas-Go, recipiente constituído por objetos referentes aos bens materiais e imateriais ligados ao pouso de tropeiros de Goiabeira.

Arreio (Sela) – Estrutura usada no lombo do animal de montaria, para o condutor sentar.

Pelego – Feito de couro de carneiro com a lã, é usado pelos cavaleiros para cobrir o assento na sela tornando-o confortável.

Balaio - Cesto grande, sem tampa, conhecido também como Jacá. Geralmente feito em trançado de taquaras. Usado para acondicionar coisas.



PAULA MARÇAL. Juliana. Berrante. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Berrante - Instrumento de sopro que emite som similar ao berro. Utilizado para juntar o gado em um determinado local. É feito do chifre do boi.



PAULA MARÇAL. Juliana. Borracha d'água. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Borracha d'água (cabaça de água) – Recipiente utilizado para armazenar água, feito do fruto de uma planta da família das cucurbitáceas, conhecido como cabaça que apresenta forma de uma pera.



PAULA MARÇAL. Juliana. Bridão. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Bridão – Objeto que compõe parte do arreio, ligado às rédias com a função de guiar o animal.



PAULA MARÇAL. Juliana. Cortadeira ou Cabeção. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Cortadeira ou Cabeção – Objeto que compõe o cabresto, ligado a duas rédeas. É um arco de ferro que fica ajustado ao focinho do cavalo para direcioná-lo.



PAULA MARÇAL. Juliana. Pilão e mão de pilão. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Candeia – Peça de iluminação a base de óleo inflamável. Para iluminar.



PAULA MARÇAL. Juliana. Cangalha. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Cangalha (Albarda) – Mecanismo de madeira para colocar sobre o lombo do animal, onde se prende a carga a ser transportada por mulas e burros.



PAULA MARÇAL. Juliana. Ciculateira. Inhumas-
GO. 2021. Fotografia.

Ciculateira – Utensílio utilizado para o preparo de chá ou café. Também usado no aquecimento de água para diversos fins.



PAULA MARÇAL. Juliana. Cincerro. Inhumas-
GO. 2021. Fotografia.

Cincerro - Sino confeccionado em metal, geralmente em ferro, nas tropas era usado pela madrinha (animal guia) com a função de direcionar os demais animais. Usado no pescoço do animal.



PAULA MARÇAL. Juliana. Esmaltados. Inhumas-
GO. 2021. Fotografia.

Esmaltados – Utensílios feitos em chapas de ferro revestidos com esmalte, fator que oferece superfície vitrificada aos objetos.



PAULA MARÇAL. Juliana. Espora. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Espora – Objeto usado atrás dos pés, pontiagudo, com a função de provocar o animal de montaria estimulando-o a acelerar o passo.



PAULA MARÇAL. Juliana. Estribo. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Estribo - Aro de metal, suspenso por uma correia de cada lado da sela, sobre o qual o cavaleiro apoia o pé.



PAULA MARÇAL. Juliana. Faca. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Faca – Instrumento metálico com ponta fina e corte na lâmina, usado para cortar.



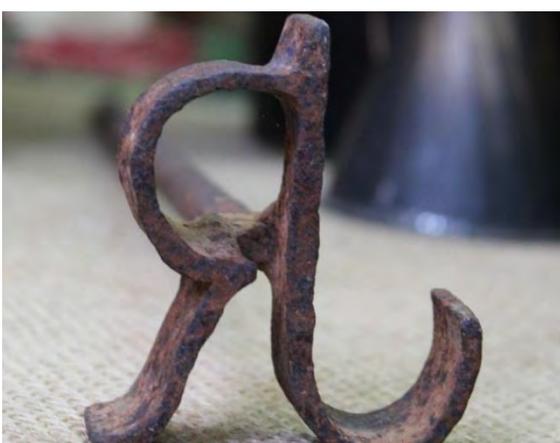
PAULA MARÇAL. Juliana. Facão. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Facão – Instrumento para cortar, apresenta lâmina de grandes dimensões. Usado para realização de trabalhos diversos, como no corte de galhos, na abertura de caminhos, entre outros.



PAULA MARÇAL. Juliana. Ferradura. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Ferradura - Peça de ferro com formato do contorno do casco dos animais de cavalgadura, com a função de calçar os equinos, protegendo-os e dando aderência necessária. É fixada no casco com auxílio de cravas.



PAULA MARÇAL. Juliana. Ferrete. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Ferrete - Ferramenta utilizada para marcar o gado, chamado também de marca, tem a função de identificar o dono dos animais.



PAULA MARÇAL. Juliana. Freio. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Freio – Objeto que compõe parte do arreio, colocado na boca do animal para direcioná-lo.



PAULA MARÇAL. Juliana. Guanpa. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Guampa - Copo feito de chifre, com a função de conter líquido, geralmente usado para beber água.



PAULA MARÇAL. Juliana. Pilão e mão de pilão. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Lamparina – Objeto para iluminação, com reservatório de óleo combustível. Possui uma extremidade onde se ascende o fogo.



PAULA MARÇAL. Juliana. Mancebo/bule/caneca. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Mancebo (ou Mariquinha) – Suporte para coador e bule de café.

Bule - Recipiente em que se prepara ou se serve chá, ou café.

Caneca - Vasilha cilíndrica usada para colocar líquidos, conta com asa, geralmente é feita de metal ou cerâmica.



PAULA MARÇAL. Juliana. Panela de ferro. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Panela de ferro – Utensílio utilizado para cozinhar alimentos, por ser de ferro é resistente ao fogo direto.



PAULA MARÇAL. Juliana. Pilão e mão de pilão. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Pilão e mão de pilão – Utensílio geralmente de madeira, utilizado para pilar, socar, esmagar, ou triturar grãos como café, milho, amendoim, arroz e outros.



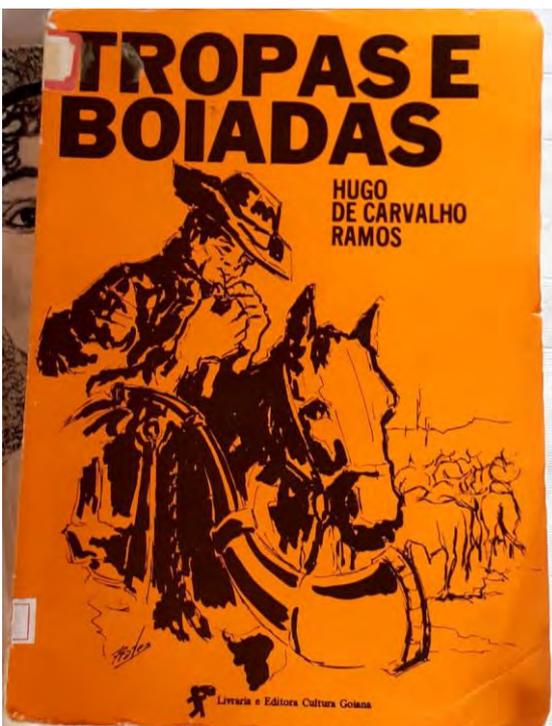
PAULA MARÇAL. Juliana. Polvorinho. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Polvorinho - Utensílio feito de chifre de gado, usado para levar a pólvora de abastecimento do armamento.



PAULA MARÇAL. Juliana. Trempe. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Trempe – Instrumento formado por três pés, onde se coloca as panelas sobre o fogo. Mecanismo para se cozinhar o alimento.



PAULA MARÇAL. Juliana. Livro Tropas e Boiadas. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Tropas e Boiadas – livro de Hugo de Carvalho Ramos. Retrata características de Goiás no contexto vivido pelos tropeiros. 6ª edição 1984.



história de Inhumas – livro de Helena Sebba, conta a história de uma mulher no contexto do movimento tropeiro, revelando o nascimento de Inhumas. Gráfica e editora Gutenberg, Inhumas, 1994.

PAULA MARÇAL. Juliana. Livro Tropas e Boiadas. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.



PAULA MARÇAL. Juliana. Muares. Inhumas-GO. 2021. Fotografia.

Muar (mulas e burros) - Animal do gênero *Equus asinus*, fruto do cruzamento de um jumento com uma égua, de tamanho menor e orelhas bem mais longas.

Conceitos estabelecidos junto às fontes disponíveis em:

<https://www.dicionarioinformal.com.br/>

<https://www.dicio.com.br/>

<http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/alfabetica.html>

<http://tropeirosdasgerais.com.br/historia2.htm>

Acesso em: 28/12/2021

4.3 TEXTOS PARA INFORMAÇÃO E REFLEXÃO JUNTO AOS ALUNOS - COMPOSIÇÃO DO FICHÁRIO

Temos aqui o conteúdo das fichas informativas reflexivas sobre aspectos da história de Goiás e de Goiabeira (atual Inhumas) no contexto do movimento do tropeirismo, fichas com uma linguagem objetiva, com a pretensão de que sejam entendidas pelas crianças e adolescentes dos anos finais do Ensino Fundamental. São fichas avulsas, possibilitando serem trabalhadas separadamente, de forma que o educador e a educadora devem escolher os pontos necessários para estabelecimento do debate e da promoção das rodas de conversa. A função dessas fichas é informar os estudantes, tornando-os aptos a discutirem o assunto nas rodas de conversa, portanto pode-se escolher usar essas fichas, ou não, e escolhendo usá-las, pode iniciar o trabalho por aquela que disponibilizar as informações almeçadas no planejamento, considerando que as fichas podem formar uma teia de informações. Nelas trazemos textos e reflexões, pensadas para a leitura, debate e pequenos registros, considerando o tempo de duração de uma aula.

As fichas giram em torno de temas geradores para a provocação da percepção dos assuntos referentes ao pouso de tropeiros de Goiabeira (Inhumas), promovedoras de debate, possibilitando a crítica, fazendo com que as discussões sobre o tropeirismo se torne objeto que os mediatiza, gerando a conscientização. Trazemos concepções de Paulo Freire, na elaboração dessas fichas, no que diz: “O fim da decodificação é chegar a um nível crítico de conhecimento, começado pela experiência que o aluno tem de sua situação em seu contexto real.” E continua: “Os alunos, mais que receber uma informação a propósito disto ou daquilo, analisam os aspectos de sua própria existência representada na codificação” (FREIRE, 1980, p. 31-32). Informações que motivam reflexões, esse é o propósito das fichas construídas.

Seguem os textos e provocações tematizados para que nossos alunos tenham contato com suas histórias mais próximas e possam despertar memórias, pensando sobre sua realidade, levantando questionamentos, dialogando sobre sua “situação”. Compreendendo que estão submersos em espaços temporais diversificados, no qual são influenciados e influenciadores. São simples reflexões para que a investigação temática possa constituir-se em educação.

Ficha 01 – Encontrando o Balaio

O avô havia partido há algum tempo e pela primeira vez o neto, herdeiro do patrimônio, voltava ao recanto onde vivia o velho com suas manias de velho. Havia uma tristeza no ar, uma ausência sentida pelo herdeiro.

Já era o final da tarde quando seus olhos perceberam, deixado no canto do paiol, um balaio empoeirado, coberto por uma manta de couro, tentou desviar o olhar, ver outras coisas deixadas, mas movido pela curiosidade retirou a cobertura e entre a poeira que espalhou pelo ar percebeu que haviam coisas dentro daquele recipiente. Aos poucos, como a poeira ia abaixando, percebeu que eram objetos carregados de lembranças e revirando o balaio pôde retirar de dentro dele freios, estribos e arreios que eram usados no burro Arisco, viu a cangalha, a borracha d'água, o berrante, algumas ferraduras, um polverinho e a espora que o avô tanto usava.

No fundo, junto à um tripé, havia uma panela de ferro, a chocolateira ainda cheirando café e assim ficou perdido entre aqueles bens que pertenciam a seu avô, mas também a um tempo que já se vai distante e sentiu, finalmente, uma presença que aliviou seu coração. Foi naquele momento, no submergir da noite, com a lua chegando de mansinho e clareando o quintal, que decidiu colocar o balaio para fora. Ascendendo a fogueira, chamou os vizinhos e compartilharam lembranças em uma roda de conversa, ritmada pela viola, que entrou noite adentro no embalo das recordações que possibilitaram a visão de que amanhã seria um dia melhor.

Os elos de lembranças podem nos fazer entender o sentido das coisas que vivemos, dando significado aos nossos gostos, sensações e emoções. O passado não pode ser ignorado, ele nos permite compreender quem somos.

Professora Paula

Reflexão:

- ❖ No contexto relatado acima, o patrimônio corresponde aos bens herdados pelo neto, descubra se existem outros sentidos para a palavra patrimônio.
- ❖ Voltando nossos olhares para Inhumas, o lugar em que vivemos, como fez o neto herdeiro, podemos encontrar bens patrimoniais?
- ❖ Na sua opinião, que objetos poderiam constituir um Balaio de Recordações?

Ficha 02 - Lá vem chegando os tropeiros

Apressa o passo da tropa
 Numa euforia sem igual
 Ao avistarem a copa
 Desse imenso goiabal

Lá vem chegando os tropeiros

Ao som dos guizos da madrinha
 Agita-se também o lugar
 No misto das tropas e mercadorias
 À espera da notícia chegar

Lá vem chegando os tropeiros

Ouve-se um som estrondoso
 Ao bater asas as inhumas corriqueiras
 E no horizonte o berrante harmonioso
 Anuncia o regresso à Goiabeiras

É tempo de descanso
 Para poder seguir adiante
 É tempo de recomeço
 Para poder seguir em frente.

Se quiser conhecer nesse instante,
 Vem chegando também...
 O tempo já se vai distante
 Mas a história se mantém

Depois de tudo ajeitado
 A roda dos camaradas se forma,
 Vamos com os tropeiros lado a lado

Conhecer as lembranças de outrora
 Ver, tocar o berrante mateiro
 Sentir o cheiro do feijão tropeiro
 Saber de onde vem o retirante
 Entender que ele não está tão
 distante.

Veja a roda de conversa
 Formada por tantos personagens
 Vem chegando de pressa
 Pois eles estão de passagem.

Abrindo suas bruacas e balaios
 Os tropeiros despertam memórias
 Levam-nos por atalhos
 Revelando-nos muitas histórias

Lá vem chegando os tropeiros
 Vem chegando também...

Você que está de passagem
 Você que já decidiu ficar
 Se junte aos tropeiros do tempo
 Vamos uma história contar

Goiabeira te acolhe como fez com os
 tropeiros de outrora
 Se aconchegue para descansar
 Depois se quiser seguir viagem, ir
 embora...

Hoje vamos prosear.

(Professora Paula).

Reflexão:

- ❖ Você está sendo convidado a participar de rodas de conversa para falarmos sobre o pouso de tropeiros de Goiabeira. O que você sabe a respeito dos tropeiros? Fale sobre seus conhecimentos.

Ficha 03 - Os tropeiros na história da América

As tropas de muares, de acordo com Goulart (1959), têm sua origem em terras de domínio espanhol (Córdoba na Argentina), onde os padres jesuítas criavam mulas e burros, primeiro para garantir a sobrevivência das missões, mas com o passar do tempo, devido às condições naturais da região, essa produção se tornou central, impulsionada pela descoberta das minas de prata em Potosí (localizadas no Alto Peru, atual Bolívia), que com a elevação rápida da população exige meios de transporte apropriados aos caminhos da Cordilheira dos Andes, sendo os muares a solução para o transporte na rota da prata.

No início do século XVIII, após a descoberta do ouro brasileiro, milhares de animais foram importados (ou contrabandeados) para o Brasil, com o propósito de servirem de condução na região aurífera, que devido a enorme concentração de pessoas apresentou a necessidade do estabelecimento de um sistema eficiente e econômico para o transporte.

Surgindo então, das reduções jesuíticas, os muares atenderam aos núcleos mineradores, deficientes em alimento e demais bens alheios ao metal. Os cargueiros transportavam todo o tipo de mercadoria pelo Brasil, como ouro, alimentos, vestimentas, bens comerciáveis em geral, incluindo notícias, cartas, encomendas diversas. Foram as tropas que estruturaram as bases nacionais, interligando um Brasil gigantesco.

No estabelecimento dessas rotas se determinou intenso conflito com os povos indígenas. A ocupação do sul das terras brasileiras se estabeleceu no contexto da expulsão dos jesuítas em conflito com os interesses dos colonos portugueses. Os Povos das Sete Missões foram atacados, muitos indígenas foram mortos, outros dispersos, espalhando-se pela região, deixando soltos na natureza um grande número de gado, que atraiu estancieiros, formando a base das rotas internas de muares no Brasil.

Os tropeiros enfrentavam resistências impostas pela natureza, como chuvas, atoleiros, trilhas escorregadias, poeira nas estradas, animais peçonhentos, doenças diversas, desfiladeiros, rios, e também resistências humanas caracterizadas nas ações dos povos originários em defesa de suas terras.

Em suas rotas se estabeleceram muitos núcleos urbanos, primeiramente surgindo como povoados e mais tarde tornando-se cidades.

Referência: GOULART, José Alípio. **Tropas e Boiadas na formação do Brasil**. Ed. Conquista, 1959.

Reflexão:

- ❖ Com o apoio do Professor/Professora observe o mapa da América Latina e identifique os lugares ressaltados no texto acima, depois escreva seu ponto de vista sobre a atuação dos tropeiros na história da América.

Ficha 04 - Goiás no contexto do tropeirismo

Pesquisas arqueológicas revelam o cerrado sendo habitado há 12 mil anos, por dezenas de povos. Mas atualmente, segundo os pesquisadores Arrais e Oliveira (2011), existem apenas três aldeias indígenas vivendo em Goiás: Avá-canoeiros em Minaçu, Karajá em Aruanã e Tapuia em Rubiataba, fator que demonstra o quanto a colonização foi perversa para os povos originários. Eles viviam nessa região, desenvolvendo suas culturas, aproveitando as condições naturais e também, estabelecendo seus próprios conflitos, até que a colonização portuguesa se estabeleceu. A partir do século XVIII o sertão foi submetido à colonização e lutas foram travadas pelo território, mas, os nativos em situação de desvantagem acabaram por perder essa disputa e Goiás foi ocupado por nova dinâmica existencial.

Para alcançar riquezas, os colonizadores se propuseram explorar as terras interioranas formando expedições militares, as Bandeiras, que em conflito com os indígenas iniciam a exploração do ouro. Os bandeirantes, membros dessas expedições, partindo de São Paulo, direcionavam-se para o interior com o objetivo de prender nativos e encontrar metais preciosos, rompendo as fronteiras.

Como ressaltam Arrais, Oliveira e Lemes (2019) eram várias as expedições que circulavam por esse território, vindas da Bahia ou de São Paulo. Sendo entre 1722 a 1725 que a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera) realizou uma viagem, a qual, mesmo com muitos obstáculos, retornou com indicativos de terem encontrado as “Minas dos Goyases”. Assim, ao final da década de 1720 inicia-se a colonização do território goiano.

Com o ouro houve uma rápida ocupação territorial e a estruturação de uma administração colonial, cuja principal função era garantir a cobrança dos impostos para a coroa portuguesa, chamado “quinto”. Em 1749, Goiás se torna capitania e os funcionários da coroa se estabeleceram aqui.

O ouro era encontrado nos rios e córregos de onde se retirava o cascalho a ser lavrado com bateia* para extração do minério, tratando-se do ouro de aluvião**. Nesse contexto, encontramos expressa a escravidão do africano ou afrodescendente, sempre presente nos trabalhos das minas, e também na construção e manutenção das cidades. Arrais e Oliveira (2011) afirmam que quase todas as grandes obras do século XVIII foram feitas pelos escravizados, como igrejas, calçamento das ruas, muros de pedra, e muitas outras.

Os escravos que chegavam a Goiás, saíam do Rio de Janeiro, Maranhão e Pará (esses últimos, atravessando o Sertão da Bahia). Na região das minas, os escravizados enfrentavam um cotidiano extremamente difícil e a manutenção de sua vida era limitada, devido ao trabalho intenso. Resistiam, entre outros meios, principalmente por fugas, formando quilombos. Em Goiás existiram dezenas de quilombos. Com o esgotamento do ouro o trabalho escravo passou a ser utilizado nas fazendas, na criação de gado. Neste contexto também podemos perceber diversos escravos alforriados.

Magalhães (2014), pensando sobre alimentação, saúde e doença em Goiás identifica no contexto do século XVIII, empecilhos para a produção de gêneros alimentícios, gerando escassez de alimento. O abastecimento alimentar era, portanto, um dos grandes problemas dos centros mineradores, que precisavam buscar mercados fornecedores para atender às suas necessidades básicas. É justamente diante essa situação que se destaca a importância dos tropeiros no estabelecimento do comércio com mercadores de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, oferecendo todo tipo de produtos para a subsistência.

Os tropeiros forneciam produtos diversificados, desde alimentos, pratarias, porcelanas, até equipamentos para mineração. Os caminhos eram precários, fator que elevava o preço dos produtos. De acordo com Magalhães (2014), no contexto do final do século XVIII, em Goiás, ocorreu um reordenamento econômico e social, em que a mineração perde a prioridade e as atividades agropecuárias se estabelecem como aspecto fundamental.

O fim da mineração não significou o fim das atividades econômicas da região. Com a escassez do ouro, mineradores se tornaram fazendeiros. Nesse contexto muitos povoados desapareceram, mas muitos outros apareceram, como é o caso de Inhumas.

O tropeirismo, de acordo com Moreira (2004), se caracteriza pelo transporte, mas também pela comunicação, sendo o tropeiro: guia de viajantes, transmissor de notícias, mediador de cartas e jornais, tendo uma profissão rendosa e importante, com grande relevância para a dinâmica vivida no interior. O tropeiro fazia o intercâmbio de ideias e costumes, sendo elo de informação aos lugares.

Referências:

ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. História de Goiás, 4º ano ou 5º ano: ensino fundamental. São Paulo: Scipione, 2011.

ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; LEMES, Fernando Lobo. **O século XVIII em Goiás: a Construção da Colônia**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2019.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Males do sertão: alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2014.

MOREIRA, Gleidson de Oliveira. **Metáforas do progresso: a dinâmica municipal**. Goiânia: Kelps, 2004.

Reflexão:

- Vamos recontar essa história: Forme grupos com seus colegas e conte a história que acabou de ler. Se preferir você pode escrevê-la em seu caderno, mas deve usar suas próprias palavras para escrever seu relato.

*Bateia – Tina (gamela) de madeira que se usa na lavagem da areia que contém ouro ou diamante. (<https://www.dicionarioinformal.com.br/bateia/>)

**Aluvião - Depósito de matérias orgânicas e inorgânicas deixado pelas águas: a aluvião é formada de calhaus, cascalho, areia e lodo. (<https://www.dicio.com.br/aluviao/>)

Ficha 05 - Os tropeiros de Goiabeira

No contexto do século XVIII, em meio à exploração aurífera, os governadores gerais, de acordo com Moreira (2004), permitiam a ocupação desordenada das riquezas e das terras. Nessa ocasião não haviam leis normalizando a questão fundiária, fator que ocorreu só em 1850 (com a chamada Lei das Terras), prevalecendo a situação de posse de terras devolutas (substituto do sistema de Sesmaria). As melhores terras eram ocupadas por pessoas privilegiadas, ligadas à administração provincial, ocupando os campos próximos às vilas e aos caminhos que seguiam para a Bahia e Minas Gerais, sendo as divisas marcadas pelos acidentes geográficos como córregos, rios e morros.

Em um primeiro momento, o local onde se estabeleceu Inhumas foi ocupado, segundo Moreira (2004), por pessoas vindas da região aurífera, seguidas por migrantes e imigrantes. Sendo aberta a Estrada Nova, em seu entorno se estabelece a ocupação no rastro dos tropeiros, pelos posseiros.

Os tropeiros estabeleceram pousada para abrigo de homens, mercadorias e animais e em função desse estabelecimento, se formou o povoado. Era comum a apropriação de terras devolutas às margens da estrada real a fim de aproveitarem o comércio com os viajantes, ou o aluguel de currais para as tropas. Goiabeira (Inhumas) é exemplo dos povoados que apareceram no processo de transição da mineração para a agropecuária, desses muitos que se formavam nos caminhos por onde passavam e pousavam os tropeiros.

Foi nesse contexto que João Antônio da Barra Ramos, possessor das terras Chamadas Fazenda Cedro, ocupa esse lugar, vendendo as terras posteriormente para Felix Rodrigues Ramos e sua esposa, que a registraram em 20 de setembro de 1858 na paróquia Nossa Senhora da Conceição, com o nome de Goiabeira. Com o passar dos tempos a fazenda foi sendo subdividida passando a vários proprietários, muitos deles sem registro, sendo necessário uma Ação de Divisão, empreendida por José Hermano a pedido de Arlindo da Silva Bailão, entre outros. Nessa ocasião o povoado já se chamava Inhumas, denominação definida pela lei Nº 40 de 1922.

Referência:

MOREIRA, Gleidson de Oliveira. **Metáforas do progresso: a dinâmica municipal.** Goiânia: Kelps, 2004.

Reflexão:

- Uma excelente forma de se conhecer o lugar em que vivemos é ouvindo as pessoas que estão aqui há muito tempo. Vamos juntos observar a sociedade e convidar uma pessoa para falar sobre esses primeiros tempos. Pode ser um pai ou mãe, avô ou avó, ou alguém que estuda essa história. Lembrando que quando recebemos convidados em nossa casa (escola) precisamos tratar com respeito e ouvir tudo o que essa pessoa tem a dizer.

Ficha 06 - Saint-Hilaire descreve o Rancho das Goiabeiras

“Pouco depois de ter deixado Jaraguá comecei a perceber que já me encontrava próximo da capital da província. A região era menos deserta e encontrei várias pessoas pelo caminho. Passei por três casas habitadas, uma das quais tinha um rancho destinado aos viajantes e aberto de todos os lados, como os que se veem na estrada Rio de Janeiro – Minas.

A casa onde parei tinha também um rancho (Rancho das Goiabeiras), e foi nele que passei a noite.

No dia seguinte continuei a viagem, felizmente à sombra acolhedora do mato Grosso. Em todos os trechos por onde penetravam os raios de sol o calor era sufocante e me atacava terrivelmente os nervos. As noites pelo contrário, eram frescas, e o orvalho caía abundantemente.

Depois de Goiabeira encontrei uma numerosa tropa de burros. Era a segunda que eu via desde que deixava Formiga, o que demonstra a pouca atividade do comércio na região. Essa tropa tinha partido de S. Paulo e, depois de passar por Cuiabá, viera até Goiás com destino à Bahia. O seu proprietário, porém, ao saber que os sertões da Bahia estavam inteiramente secos, não podendo oferecer, em consequência, alimentação para os seus burros, tomara a decisão de retorna a S. Paulo. Viagens como essas, de tamanha extensão, nos deixam assombrados quando sabemos que por dia são percorridas no máximo 4 léguas, que muitas vezes o viajante é forçado a dormir no relento ou num rancho miserável e sofre as mais duras privações, atravessando quase sempre regiões desérticas”. SAINT-HILAIRE, 1819

Referência:

SANT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem à Província de Goiás**. 2ª edição. Belo Horizonte – Minas Gerais: Garnier, 2021.

Reflexão:

- Após a leitura coletiva, leia novamente o texto de forma silenciosa e procure entender o que Saint-Hilaire achou do “Pouso das Goiabeiras”, depois em debate exponha sua percepção.

Ficha 07 – Helena Sebba e sua visão sobre o Rancho de Goiabeira

Goiabeiras (ou Goiabeira, pois nos registros a palavra aparece grafada nas duas formas) era local conhecido de quantos vinham de outras províncias: Minas Gerais, São Pulo, do Norte e Nordeste, e dos que transitavam entre os arraiais, lugarejos e cidades vizinhas.

Era pouso, principalmente de tropeiros, carreiros, boiadeiros, o descanso das longas jornadas feitas em lombo de burro e carro de bois, o oásis onde arriavam as malas, as bruacas, os ossos esfalfados pelas duras caminhadas de meses, atravessando campos e matas infestados de bichos, doenças, salteadores à espreita. Quem chegava do norte ou do Sul dava mais de si e exigia dos animais passo mais acelerado ao avistar as goiabeiras, folhudas e convidativas, perfeitas para acampar. Sob elas, o ponto de encontro, faziam-se negócios, amizades, conhecimentos. O tropeiro tinha um código de honra não escrito, mas respeitado por todos: ao chegarem nos ranchos ou pontos de descanso, soltavam os animais sem rédea para que pastassem e descansassem, as preciosas mercadorias empilhadas em territórios bem definidos. Aqueles homens rudes respeitavam a propriedade alheia como coisa sagrada.

Helena Sebba, 1994.

Referência:

SEBBA, Helena. **Pousada de Tropeiros** – histórias da História de Inhumas. Gráfica e Editora Gutenberg, Inhumas, 1994.

Reflexão:

- Após a leitura coletiva, leia novamente o texto de forma silenciosa e procure entender como Helena Sebba descreveu o pouso de tropeiros de Goiabeiras ou Goiabeira, depois observe Inhumas e a descreva em seu caderno, a exemplo do que fez Sebba (1994).

Ficha 08 - A mulher no contexto do tropeirismo

A ausência das mulheres nos documentos e reflexões sobre o tropeirismo se faz pela condição social do tempo relacionado a esse movimento no Brasil, em Goiás e em Inhumas. Uma condição estabelecida pela oposição entre homens e mulheres que foi herdada ao longo do tempo e se encontra fundamentada ainda nos dias atuais. Embora hoje seja comum vermos mulheres participando ativamente da dinâmica social, no contexto de meados dos séculos XVIII e XIX, as mulheres não eram reconhecidas. Se tornando invisíveis, ou ocultadas nos livros, nos documentos e até nas memórias, exigindo esforço para serem lembradas.

O primeiro fato a observar é o de que no contexto da colonização aurífera, como nos informa Arrais e Oliveira (2011), poucas mulheres brancas vinham para a região, fator que contribuiu na miscigenação característica da sociedade atual, essa situação colaborou para colocar a mulher goiana em condição de maior invisibilidade, ela se torna a figura que independente de ser índia, negra, europeia ou miscigenada, é feminina; fator que lhe assegura uma condição de inferioridade, inserindo-a em uma sociedade machista e preconceituosa. Questão que precisa ser superada.

Nas narrativas que tratam do movimento tropeirismo, pouco se fala diretamente, sobre a participação das mulheres. No entanto, é possível encontrar situações relevantes que merecem destaque, são casos de mulheres tropeiras. Moreira (2004) afirma que em Goiás pode ser percebida a presença de mulheres nessa atividade, identificadas no Livro de Registro de Entradas do Arquivo das Bandeiras: “Pacote 130, livro 6 – I vol., 35. Pacote 109, livro 4, documento 67. Pacote 110, livro 5, rolo 30. Pacote 34, rolo 36. Pacote 132, livros 1 e 2, rolo 36” (MOREIRA, 2004, p. 27), onde se identifica os nomes de Maria Carvalho, Felipa de Góis, Joaquina Rosa, Isabel Maria e Rosa Maria de Paes.

Na cidade de Castro-Paraná, existe um museu interessante, que retrata a vida da mulher no contexto do tropeirismo. Conforme informações disponíveis no site Guia das Artes (2021), o Museu Casa de Sinhara foi Inaugurado em 04/07/2005, nascido de uma exposição em homenagem as mulheres que ajudaram a construir a cidade, entre elas as esposas de tropeiros. Trata-se de um museu pensado para refletir sobre a participação da mulher na estruturação da sociedade do contexto do tropeirismo, ressaltando que as mulheres assumiam ações efetivas na organização social dos lugares onde habitavam. Apesar de retratar a condição de vida de uma casa-grande, deixando de lado informações sobre as demais mulheres da sociedade, museu serve ao proposito de tornar visível a figura feminina.

Analisando situações envolvendo mulheres no contexto do tropeirismo, percebemos que nessa história tem muito mais sobre força e resistência, aspecto presente na figura feminina.

Referências:

ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. História de Goiás, 4º ano ou 5º ano: ensino fundamental. São Paulo: Scipione, 2011.

MOREIRA, Gleidson de Oliveira. **Metáforas do progresso: a dinâmica municipal.** Goiânia: Kelps, 2004.

Guia das Artes (2021), disponível em: <https://www.guiadasartes.com.br/parana/castro/casa-de-sinhara>). Acesso em: 15/11/2021.

Reflexão:

- Como era a vida da mulher no século XVIII e XIX? Esse assunto merece uma pesquisa. Na biblioteca da escola existem revistas interessantes sobre esse tema (previamente selecionadas), mas vocês também podem usar os celulares, acessando a internet para sua investigação. Não esqueçam de registrar tudo o que descobrirem, afinal posteriormente iremos voltar a conversar sobre esse assunto.

Ficha 09 - Ave Inhuma - *Anhima cornuta* (Linnaeus, 1766)



Espécie: *Anhima cornuta*

Autor da foto: Álvaro César de Araújo



Nome(s) popular(es)

Anhuma, Inhuma, Inhaúma, Unicorne, Licorne, Anhima, Alicorne, Cuintáu, Ema Preta, Cametau, Guandu (MT), Caiuí, Itaú.

Descrição

Mede cerca de 86 cm. É uma ave corpulenta, com patas e pescoço grossos e cabeça desproporcionalmente pequena. Possui uma espícula córnea na cabeça, comprida e fina, com 12 cm de comprimento, e esporões nas asas. Sua coloração geral é preta, com a barriga branca e o pescoço e topo da cabeça manchados de branco.

Referência:

Museu do cerrado online, disponível em: <https://museucerrado.com.br/anhuma/>

Acesso em: 27/12/2021

Reflexão:

- Você já tinha visto uma ave dessas? Vamos desenhar essa ave, buscando ressaltar suas principais características. Capriche! Afinal seu desenho irá compor uma exposição que será realizada no pátio da escola.

História Natural

É uma ave típica de ambientes alagados ou úmidos, como pântanos, charcos, beiras de rios ou lagoas e florestas alagadas. É nativa da Amazônia, dos Llanos Venezuelanos, dos Chacos Bolivianos e do Cerrado, neste último estando associado a ecossistemas úmidos, como as veredas. É prioritariamente herbívoro, se alimentando de folhas, brotos, flores e raízes de plantas aquáticas, apenas ocasionalmente se alimentando de insetos. É monogâmico, fazendo grandes ninhos de folhas secas na vegetação acima da água.

Ficha 10 - “Tropeiros”, de Léo Almeida:

Tropeiros

"O romantismo rendeu versos ao gaudério e a história decantou bandeirantes mas foram eles, os birivas, que fizeram a integração destes povoados tão distantes"

João Miguel era tropeiro gastou a vida na estrada
Levando mulada xucra do Rio Grande a Sorocaba
Aprendeu nas arribadas que a sorte a gente é que faz
Um biriva de vergonha não deixa mula pra trás

O facão sorocabano levado sem aparato
O chapéu de abas largas as botas de cano alto
O trajar era modesto, mas a mirada era altiva
Subindo ou descendo a serra João Miguel era biriva

(Bota n'água esta madrinha, madrinheiro
Que a tropa vai seguindo enfileirada
Vou na balsa segurando o meu cargueiro
Com as bruacas de paçoca bem socada)

Maria murchou na vida de casa e cabo de enxada
Com um olho nas crianças e o outro fitando a estrada
João Miguel virou lembrança na cruz à beira da trilha
E Maria foi plantada lá no alto da coxilha

João Miguel era tropeiro, seus netos tropeiros são
De esperanças mal domadas que desgarrando se vão
A esperança madrinha segue na frente entonada
E seu cargueiro de sonhos traz a bruaca lotada

Composição: Leo Almeida / Nilo Bairros De Brum.

Referência:

ALMEIDA, Léo e BRUM, Nilo Barros de. **Tropeiros**. Música disponível em: <https://www.lettras.mus.br/leo-almeida/879588/>. Acesso em: 10/10/2021

Reflexão:

- A música tem muito a nos dizer. Após ouvir essa canção, é preciso ler sua letra novamente com atenção, podemos fazer uma leitura coletiva, comentando os dizeres de cada verso. Depois faça um nova estrofe

revelando sua percepção sobre o contexto histórico retratado na composição de Leo Almeida e Nilo Brum.

Ficha 11 - Cantiga de tropeiro

O tropeiro não goza prazer,
Sua vida contínuo penar;
Chega de tarde no rancho,
Que trabalho, meu Deus, vai me dar!
Comento feijão com torresmo,
Escolher para cama um lugar;
Triste vida do tropeiro, coitado.
É chegar a tropa do pasto, eu já ouço o cincerro tinir;
Couro em cima do lote,
Os cabrestos, já vou partir...

(de uma toada do norte de Minas)

(Trecho extraído de Goulart, 1959, p. 140)

Referência:

GOULART, José Alípio. **Tropas e Boiadas na formação do Brasil**. Ed. Conquista, 1959.

Reflexão:

- Observe as expressões apresentadas na cantiga:
- Rancho
- Feijão com torresmo
- Tropa
- Cincerro
- Cabrestos

Atento ao contexto histórico do movimento tropeirismo realizado no Brasil nos séculos XVIII e XIX, descubra e escreva o que significa essas expressões. Você

pode contar com a ajuda do Professor ou da Professora e ter acesso à internet para pesquisar.

Ficha 12 - Caminho das tropas – Hugo de Carvalho Ramos

O lote derradeiro desembocou num chouto sopitado do fundo da vargem, e veio a trouxe-mouxe enfileirar-se, sob o estalo do relho, na outra aba do rancho, poucas braças adiante da barraca do patrão.

O Joaquim Culatreiro, atravessando sem parar o piraí na faixa encarnada da cinta, entre a espera da garrucha e a niquelaria da franqueira, desatou com presteza as bridas das cabresteiros, foi prendendo às estacas a mulada, e afrouxou os cambitos, deitando abaixo arrochos e ligais, enquanto um camarada serviçal dava a mão de ajuda na descarga dos surrões.

O tropeiro empilhou a carregaçãõ fronteira aos fardos do dianteiro, e recolheu depois uma a uma as cangalhas suadas ao alpendre. Abriu após um couro largo no terreiro, despejou por cima meia quarta de milho, ao tempo que o resto da tropa ruminava em embornais a raçãõ daquela tarde. O cabra, atentando na lombeira da burrada, tirou dum surrãozito de ferramentas, metido nas bruacas da cozinha, o chifre de tutano de boi, e armado duma dedada percorreu todo o lote, curando aqui uma pisadura antiga, ali raspando, com a aspereza dum sabuco, o dolorido dum inchaço em princípio, aparando além com o gume do freme os rebordos das feridas de mau caráter.

Só então tornou à roda dos camaradas, ao pé do fogo do cozinheiro, no interior do rancho, onde chiava atupida a chocolateira aromatizada do café.

A tarde morria nuns visos de crepúsculo pelas bandas da baixada. A mulada remoía nas estacas, e junto ao couro de milho um ou outro animal mais arteiro e manhoso escoucinhava e mordia os demais no afã do maior quinhão.

Assentados sobre os calcanhares, os primeiros chegados — cujos lotes arraçados se coçavam impacientes aos varais — espicaçavam pachorrentamente na concha da mão o fumo dos cornimboques, picavam miúdo no corte do caxerenguengue as rodelinhas finas, esfrangalhando entre os dedos os resíduos, palha grossa de cigarro encarapitada na orelha. O cabra abeirou, apossou-se do

cuité fumegante que lhe estendia o cozinheiro; e, enquanto deglutia a beberagem, ia comentando com os demais, voz amolengada, a marcha daquele dia.

— O lamedo dera-lhe, no vau do Anicuns, um trabalhão; mal do lote, se não fora o ramo verde da marmelada que o dianteiro tivera o cuidado de atravessar no caminho, a burrada embarafustava logo pelo atoleiro e ele não estaria àquela hora no pouso; quando lá passou, ia bem fresco ainda o rastro da tropa no desvio; mesmo assim, o macho crioulo que vinha adestro, não duvidara em meter-se naquela perdição...

— Bicho novato, de primeira viagem... — observou o dianteiro, que tocava, como de direito, o lote mais luzido da tropa.

No gancho da mariquita, especada sobre o brasido, refervia o bom adubo da feijoada; um bafo grosso, apetecente, daí se evolava, babando a gula de dois perdigueiros da comitiva, que, assentados sobre as patas traseiras, estendiam para o borralho o focinho curto, cupidamente...

— Já vem chegando a boquinha da noite, minha gente — avisou o arrieiro saindo da barraca e chegando até o parapeito do rancho, olha o encosto da tropa. — Uma peia garantida nesse macho crioulo, ó Joaquim, que não dê outro sumiço; olá, mudem o polaco da madrinha, bate soturno esse cincerro.

Guiada pelo chocalho da madrinha, levada no cabresto, à mão do dianteiro, a tropa desatrelada enveredou pela devesa, redambalando por intervalos cada polaco das cabeças de lote nos torcicolos abrutalhados da vereda, ribanceira abaixo. A noite descia mansa e silenciosa, perturbada apenas pelo clamor longínquo das seriemas da campina no fundo dos vargedos, e a lua assomava como uma grande moeda de cobre novo por sobre os descampados, em vago nevoeiro.

À noite, repasto feito, descansava o pessoal recostado sobre as retrancas e pelegos dos arreios. Pelos cantos, trilavam grilos; e, de fora, vinha o grito dolente dos caburés e noitibós, agourando a solidão. Um tropeiro sacou do piquá que trouxera a tiracolo, o pinho companheiro dessas caminhadas no sertão; apertou a chave da prima e pigarreou pelo cordame um lundu, todo repassado de ais e suspiros.

— Cabra malvado, faz tristeza essa viola — disse alguém, o pensamento longe, perdido no arraial, onde deixara, certo, saudades e cuidados. — Diga antes um caso, daqueles que nos contava, quando na boiada do Antão...

Referência:

RAMOS, Hugo de Carvalho. **Tropas e Boiadas**. 6ª ed. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1984.

Reflexão:

- A partir da leitura desse conto é possível perceber como era o trabalho em um pouso de tropeiros. Vamos conversar sobre o que você identificou com essa leitura. Comece falando sobre a parte que mais chamou sua atenção e revele o que achou sobre o “Caminho das Tropas” de Hugo de Carvalho Ramos.

Ficha 13 - Burros e mulas (Gênero Equus)

Mula: fêmea resultante do cruzamento entre jumento e égua.

Burro é o nome dado ao filhote macho do cruzamento entre o jumento, também chamado de asno ou jegue (*Equus asinus*), com a égua, ou cavalo fêmea (*Equus caballus*). Quando se trata de uma fêmea resultante desse cruzamento, falamos em mula.

Como são indivíduos resultantes do cruzamento entre espécies com número de cromossomos diferentes, apresentando número ímpar de cromossomos, burros e mulas tendem a nascer estéreis.

Esses animais se apresentam mais parecidos com os cavalos do que com os jumentos. Eles têm porte que varia do pequeno ao médio, orelhas grandes (mas menores que as dos jumentos) e pelo curto. São muito resistentes, dóceis e com

grande capacidade de equilíbrio, atravessando, com agilidade, trilhas estreitas, sinuosas, pedregosas, acidentadas e íngremes. Além disso, possuem a audição bem apurada, grande sensibilidade em seus cascos; e olfato e paladar mais rudes, permitindo com que sejam bem menos seletivos quanto à alimentação.

Graças a esses atributos, tais animais foram amplamente utilizados no transporte de cargas, tais como alimentos e mercadorias; sendo, por isso, tratados como indivíduos de grande estima. Infelizmente, a urbanização e modernização do transporte de cargas fizeram com que esses equinos perdessem seu prestígio, assumindo o sinônimo de atraso.

Por Mariana Araguaia/Bióloga, especialista em Educação Ambiental
Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/burro.htm>

Acesso em: 27/12/2021

Referência:

ARAGUAIA, Mariana. **Burros e mulas (Gênero Equus)**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/burro.htm> Acesso em: 27/12/2021

Reflexão:

- Vamos juntos pedir ao professor ou professora de ciências que reserve uma aula para nos explicar o que é um animal híbrido, com destaque para a situação dos muars. Não esqueça de anotar no caderno de história o que descobrir sobre o assunto (precisaremos dessas informações posteriormente).

Ficha 14 - Manifestações culturais que resistem ao tempo

Vivemos em uma sociedade complexa, repleta de manifestações culturais. Precisamos identificar a cultura que resiste ao tempo, para isso iremos realizar uma investigação, buscando informações sobre as seguintes festas populares:

- EXPOINHUMAS (Pecuária de Inhumas)
- Rodeios
- Cavalgadas

- Pousos dos carreiros
- Shows Sertanejos
- Carreiros do Divino Pai Eterno
- Leilões de Gado
- Outras _____

Para essa investigação devemos procurar a Secretaria da Cultura Municipal e questionar, junto ao seu representante, sobre as realizações e significados desses eventos para o município (O representante pode ser convidado a comparecer à escola ou podemos ir até a Secretaria da Cultura).

Ficha 15 – Comércio – Proposta de ação

- Observe pelas ruas por onde anda e veja se percebe a presença de lojas que comercializam produtos ligados ao mundo dos tropeiros. Registre em seu caderno o nome desses comércios. Em aula conversaremos sobre as possíveis relações dessas casas comerciais e as tradições vivenciadas na região.

Ficha 16 – Tropeiros atuais

- Existem personagens que, como os tropeiros, hoje passam por aqui e contribuem para o desenvolvimento local. A sociedade está repleta de pessoas passageiras que comercializam ou trabalham em Inhumas e depois seguem viagem. Vamos fazer, no caderno, uma lista de profissões, em que os profissionais não vivem em nosso município, mas, mesmo assim, contribuem para o desenvolvimento do lugar em que vivemos. Cada aluno e aluna deve apresentar sua lista, justificando sua relação.

Ficha 17 – Nossa história, nosso patrimônio

Casa, carro, objetos pessoais, fotografias, móveis e roupas, por exemplo, ajudam as pessoas a se lembrar de fatos passados ou situações já vividas. Isso é importante porque permite diferenciar a história da sua família da história de outras famílias – ou seja, cada família tem uma história diferente. Fotos, móveis antigos, painéis de ferro podem ajudar a desvendar histórias próprias.

Ao produzir o conhecimento sobre o passado da humanidade, os historiadores utilizam justamente esses objetos antigos que sobreviveram ao tempo e chegaram até nós, por exemplo livros e jornais, moedas, roupas, gravuras, fotografias, pinturas, esculturas etc. são os chamados documentos históricos. Enfim, todas as coisas que de alguma forma, carregam informações sobre o passado das pessoas são documentos históricos.

No entanto, os objetos não narram os acontecimentos; eles ajudam a relembrar,, mas, quase sempre é o avô, a avó, o tio ou a tia – ou seja, as pessoas mais velhas da família – quem conhece melhor a história da família e as transmite de geração em geração.

ARRAIS e OLIVEIRA, 2001. Texto adaptado.

Referência:

ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. **História de Goiás**, 4º ano ou 5º ano: ensino fundamental. São Paulo: Scipione, 2011.

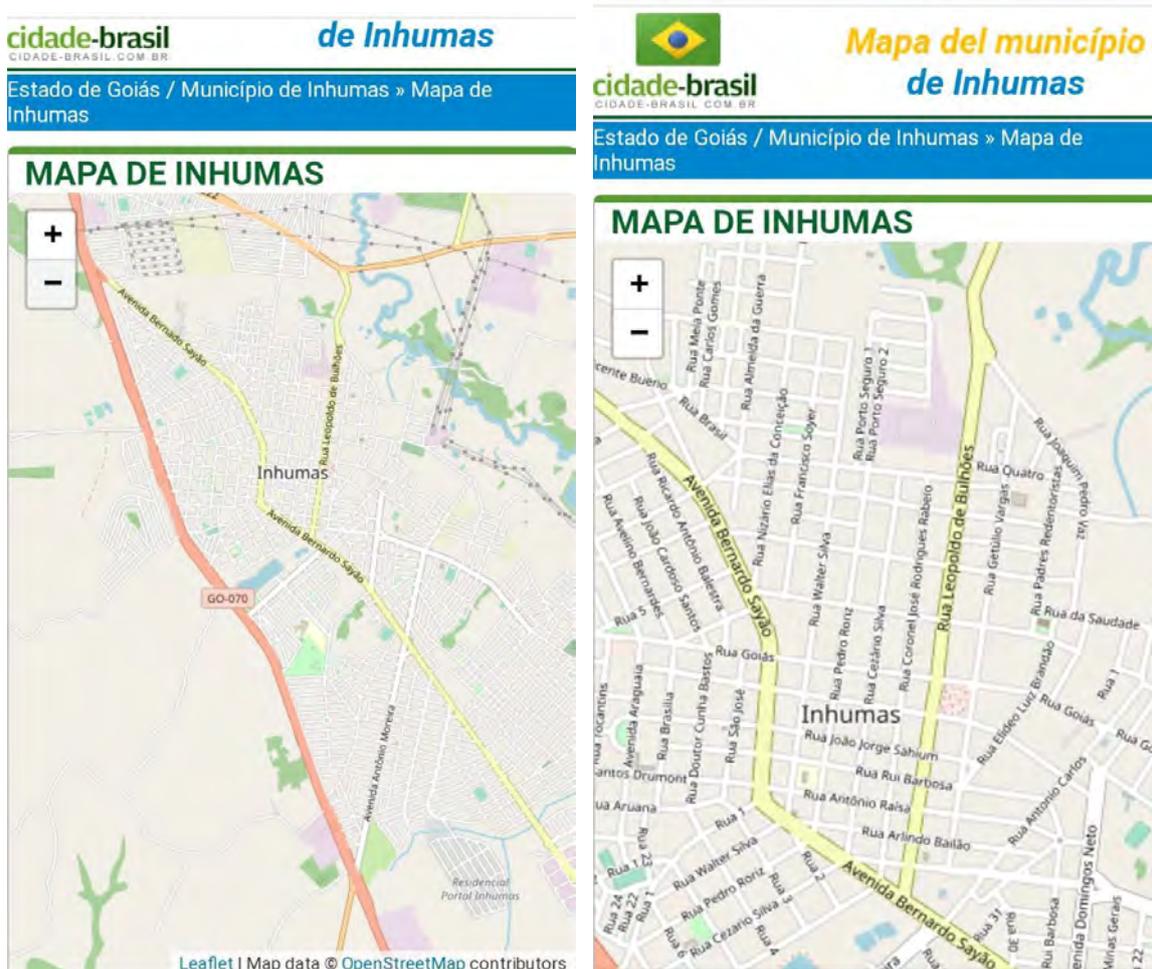
Reflexão:

- ❖ Atentos aos objetos que contam histórias, devemos identificá-los no meio em que vivemos, observando carros, objetos pessoais, fotografias, roupas, móveis antigos, painéis de ferro, livros, jornais, moedas, gravuras, pinturas, esculturas etc. Para isso, ao identificar esses objetos você deve fazer uma descrição para compartilhar sua percepção com os colegas, contextualizando a história que envolve cada um deles.

Ficha 18 – Mapa da confluência das ruas – Local do pouso de tropeiros

Observe o mapa de nossa cidade e identifique a confluência da Rua Leopoldo de Bulhões com a Rua Joaquim Pedro Vaz. Conta-se popularmente que foi nas

imediações desse lugar, sob um goiabal nativo e ao lado de um córrego que passava ali, que os tropeiros paravam para o pouso.



Disponível em: <https://www.mapas.com.br/brasil/goias/inhumas>. Acesso em: 04/01/2022

Também podemos consultar:

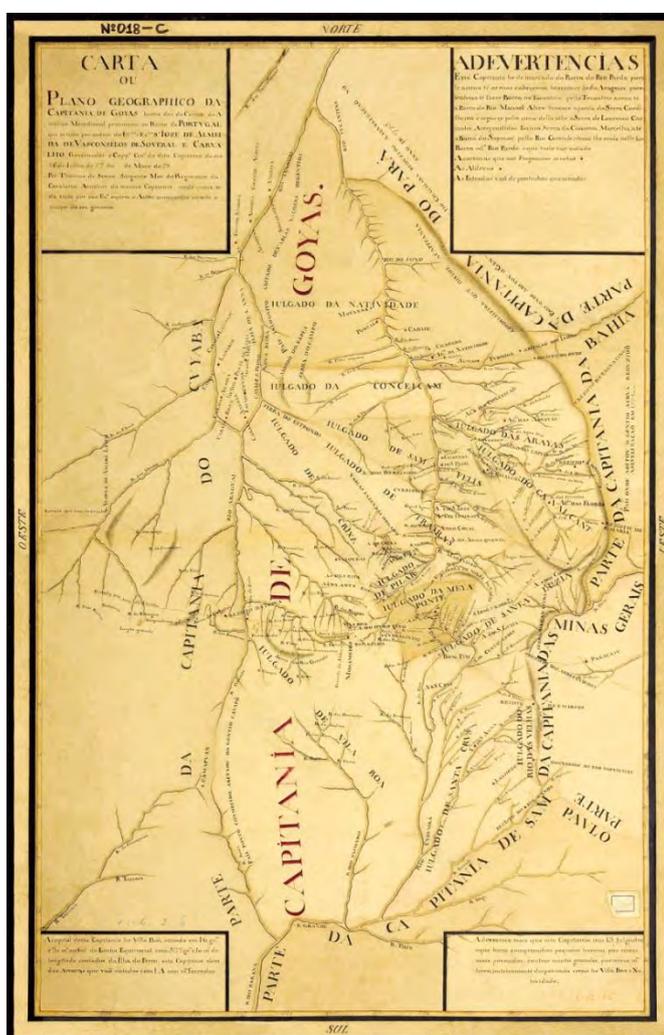
- <https://mapasamerica.dices.net/brasil/portugues/movil/mapa.php?nombre=Inhumas&id=26063>
- <https://mapas.guiamais.com.br/inhumas-go>

Reflexão:

- Você conhece esse lugar? Vamos verificar se essa informação procede, indo até esse lugar e observando as características ambientais existentes lá. Durante essa verificação anote suas considerações para discutirmos em sala.

Ficha 19 – Plano Geográfico da Capitania de Goyas

Após a descoberta do ouro, com o passar dos anos se acalma a euforia dos primeiros tempos, sendo preciso demarcar os limites dos distritos e julgados da Capitania de Goiás, para que novas bandeiras não continuassem se articulando dentro do território goiano. Essa demarcação, realizada pelo governador José de Almeida Vasconcelos Soveral de Carvalho, além de viabilizar o controle da circulação de bandeiras também permitia melhor aplicação da lei. Aspecto que pode ser observado no “Plano Geográfico da Capitania de Goyas”, assinado por Thomas de Souza, Sargento-mor da Cavalaria Auxiliar (1777 – 1822), conforme podemos visualizar no mapa destacado por Chaim (1987) e apresentado aqui:



Disponível em: https://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/03_AHEx.png Acesso em: 20/12/2021

Referência: CHAIM, Marivone Matos. Sociedade Colonial: Goiás – 1749-1822. 2ª edição: Goiânia. Secretaria de Cultura. (Brasília) Ministério da cultura, Instituto Nacional do Livro – Pró-Memória – 1987.

Ficha 20 – Identificação dos objetos do Balaio de Recordações

Reflexão e ação:

- Agora que você conhece o Balaio de Recordações e verificou todos os objetos e referências culturais que contem nele, vamos catalogá-lo. Cada aluno/aluna deve pegar o objeto que mais tem familiaridade e escrever um texto de identificação de sua função. Capriche, afinal sua descrição fará parte do Balaio para que as próximas turmas possam pensar sobre esses objetos.

Atenção: também é possível usar as fotos dos objetos contidas no fichário, ou os próprios alunos podem produzir suas imagens.

Ficha 21 – Os muares e suas funções de carga



Reflexão:

- Observe as mulinhas artesanais que temos no Balaio de Recordações, verificando as funções de carga de cada uma. Comente sobre suas carga e sobre como esse transporte foi importante para o Brasil no contexto dos séculos XVIII e XIX.

4.4 LEMBRANÇAS DE UM POUSO DE TROPEIROS: GATILHO PROMOVEDOR DE DIÁLOGOS – UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Apresentação

Tendo por base a relação entre memória, história e região, manifestada no patrimônio, propomos ao estudante que olhe para si mesmo e se perceba enquanto parte do complexo em que vive, buscando, pela reflexão crítica, a construção do conhecimento por meio do diálogo a ser estabelecido em rodas de conversa.

As lembranças não estão disponíveis quando bem queremos, mas elas podem ser acionadas por diversas mídias, como um Balaio de Recordações, por exemplo, que em sua condição material de artefato torna-se o ponto de partida para a percepção da memória e conseqüentemente da história. A pesquisa histórica colocada em ação para a identificação de elementos (objetos) torna-se referência para esse estudo, onde os bens materiais e imateriais referentes ao movimento do tropeirismo, nos permite lembrar/conhecer o lugar onde vivemos (Inhumas-GO). Propomos o desenvolvimento de aulas para se conhecer a história e revirar o Balaio despertando memórias, ou para perceber a manifestação da memória no despertar do conhecimento histórico.

As aulas vislumbradas nessa ação visam permitir o conhecimento e o reconhecimento do passado, assim como o posicionamento diante dele. Descobrir a presença dos tropeiros, no território onde hoje se encontra o município de Inhumas, significa perceber que outras/muitas histórias contribuíram para a formação sociocultural do município. Histórias locais importam, personagens locais interessam. Vamos falar um pouco sobre os tropeiros e para isso usaremos a ferramenta de ensino chamada Balaio de Recordações, como gatilho disparador de diálogos. Vamos permitir aos alunos perguntarem, compartilharem seus conhecimentos e dialogarem em condição de igualdade com a comunidade em

geral, por meio da presença de convidados. É hora de formarmos a roda e prosear, vamos ao pouso de tropeiros.

Este estudo se torna viável mediante o estabelecimento de parcerias com toda a equipe escolar e com membros diversos da sociedade, contando com a atuação de diversos professores para a realização das aulas. A parceria é meio indispensável para o bom desenvolvimento das aulas e principalmente das rodas de conversa.

Objetivos

Objetivo geral: Conhecer aspectos da cultura dos tropeiros, identificando o contexto histórico, local e regional, originário do município de Inhumas-GO e os patrimônios culturais originários desse contexto.

Objetivos Específicos:

- Conhecer a história do lugar em que se vive.
- Desenvolver atividades reflexivas estruturadas na identificação de patrimônios culturais
- Compreender a dinâmica da História de Goiás, a partir de aspectos locais referentes ao pouso de tropeiros (relacionado à origem da cidade de Inhumas);
- Identificar os objetos (referentes aos bens materiais e imateriais) constitutivos de memórias, verificando sua integração na composição do Balaio de recordações.
- Adequar a ferramenta de ensino-aprendizagem denominada “Balaio de Recordações”.

Justificativa

O desenvolvimento dessas aulas em sequência possibilitará a percepção da história e a mobilização da memória dos estudantes, levando-os a compreenderem aspectos de seu patrimônio cultural. Trata-se de um trabalho de relevante importância por seu aspecto democrático, onde o diálogo estabelecido a partir do patrimônio estrutura a aprendizagem.

Público-alvo

Alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (9º ano)

Conteúdos

História de Inhumas - Lembranças do pouso de tropeiros de Goiabeira

Recursos Materiais

Balaio de Recordações (recurso pedagógico constituído por um balaio, fichário informativo reflexivo e objetos referentes à cultura tropeira de Goiabeira).

Duração

Sete (07) momentos.

Primeiro momento (1 aula) - Levantamento dos conhecimentos prévios e apresentação da proposta aos alunos e alunas.

Neste momento teremos uma conversa informal para apresentar a proposta, verificar o que sabem sobre o assunto e despertar interesses. Conversa mediada pelo professor/professora seguindo o seguinte roteiro:

- Apresentação do tema – Lembranças de um pouso de tropeiro. Questionar sobre a possibilidade de conhecer o pouso de Goiabeira, informando superficialmente que temos a disposição um recurso pedagógico que nos permitirá verificar alguns aspectos desse pouso.
- Levantamento dos conhecimentos prévios – Conversar informalmente com os alunos e alunas questionando o que sabem sobre a história de Inhumas-GO. A partir do que falarem, o mediador ou mediadora deve dar ênfase para a questão do pouso de tropeiros que existia aqui antes do estabelecimento de Inhumas.
- Convite à participação das rodas de conversa – Explicar como serão as rodas de conversa (no pátio da escola e na praça), destacando a importância de saberem sobre o contexto histórico do lugar em que vivem.
- Ficha 02: Ler o poema para os alunos, convidando-os a participarem das rodas de conversa.
- Combinados para o desenvolvimento do estudo: apresentar a ideia de um estudo democrático, baseado no diálogo, ressaltando que é importante

conhecer o assunto a ser tratado, lendo as fichas informativas ou trazendo seus conhecimentos próprios. Destacar a necessidade de realização de registros conclusivos ao final de cada aula, em uma espécie de diário, que será o próprio caderno, ressaltando que todas as anotações poderão ser úteis para participação nas rodas de conversa, podendo ser fios condutores para o diálogo a ser estabelecido.

Segundo momento (8 aulas) – Leitura e interpretação (a partir das fichas informativas reflexivas)

Momento de leitura e discussão, onde os alunos e alunas devem descobrir informação pela leitura individual e/ou coletiva. Momento para a realização de leitura, discussão, reflexão e registro no diário (caderno).

Aula 1 = Ficha 01 – Encontrando o Balaio

- Ler e refletir sobre a questão do Patrimônio Cultural.

Aula 2 = Ficha 03 – Os tropeiros na história da América.

- Ler e refletir, observando a complexidade da história dos tropeiros e sua importância na definição da América Latina e do Brasil atual.

Aula 3 = Ficha 04 – Goiás no contexto do tropeirismo.

- Ler e refletir, verificando aspectos da história regional, identificando personagens dessa história e sua relação com o que somos hoje.

Aula 4 = Ficha 05 – Os tropeiros de Goiabeira.

- Ler, refletir e conhecer a história de Inhumas-Go, ampliando o conhecimento histórico.

Aula 05 = Ficha 08 – a mulher no contexto do tropeirismo.

- Ler, refletir e pesquisar sobre a condição histórica da mulher e seus reflexos atuais.

Aula 06 = Ficha 10 – Tropeiros.

- Ler e refletir sobre aspectos do movimento tropeiro em relação aos seus personagens.

Aula 07 = Fichas 06, 07, 09, 11, 12, 13, 19 - Leitura e reflexão

- Formar pequenos grupos para realização da leitura das fichas selecionadas. Cada grupo receberá uma ficha. Após a leitura dever discutir entre si sobre as informações apresentadas.

Aula 08 = Fichas 06, 07, 09, 11, 12, 13, 19 – Leitura e reflexão

- Os grupos formados na aula anterior comentam sobre o que discutiram em relação à ficha lida.

Terceiro momento – Roda de conversa 01

(Observação: para as rodas de conversa não são definidas aulas específicas por se tratarem de momento projetado em coletivo, podendo usar todo tempo necessário.

Essa atividade resulta da mobilização da comunidade escolar e da sociedade em geral e se baseia no estabelecimento de parcerias, fator essencial para o bom desempenho da proposta)

- No pátio da escola – revirando o Balaio – ver, tocar, sentir os objetos, discutindo sobre suas funções no contexto do tropeirismo.
- Na abertura desse momento poderá ser lida e discutida a ficha 17.
- Deve-se formar uma roda de conversa no pátio da escola, previamente organizada, com o Balaio de Recordações no centro. Ao lado do Balaio deixar o pelego estendido. Os alunos devem pegar os objetos do recipiente, observar e colocar sobre o pelego. Após esse processo inicia-se a conversa sobre a função de cada um. Deixar os estudantes falarem e intervir sempre que necessário, esclarecendo pontos.

Quarto momento – Roda de conversa 02 – Compartilhando Percepções

- Na praça – com os tropeiros, avós, comunidade em geral. Convidados para conversarem com os estudantes sobre os tropeiros de Goiabeira. O local escolhido foi a Praça da Matriz (Santana) no ponto próximo ao pé de Goiaba, ao lado da biblioteca. O espaço deve ser organizado previamente, colocando o balaio ao centro.
- Para esse momento, além dos convidados indicados pelos alunos, contaremos com a presença de três estudiosos, Professor Cleumar de Oliveira Moreira (o professor cantador), Professor Geidsom de Oliveira Moreira (autor de Metáforas do Progresso: A Dinâmica Municipal) e José Pacheco Silva (advogado e memorialista).
- Como se trata de uma roda de conversas, os alunos devem participar ativamente, iniciando as discussões, chamando a atenção dos convidados

para os objetos e ressaltando aspectos de história e de memória. Também devem ouvir, dando espaço para a participação dos convidados.

- Teremos também a participação de um tropeiro atual para mostrar aos estudantes a traia usada em cavalgadas e os apetrechos modernos.

Quinto momento – Roda de conversa 03

- Na praça, ou no pátio da escola, estabelecer a roda de conversa para degustação de feijão tropeiro, cantorias, causos de tropeiros e demais ações possíveis.
- A trempe será montada e o fogo aceso, com a ajuda de parceiros da equipe escolar, fritar o torresmo na presença dos alunos e alunas. Os demais itens referentes à alimentação estarão expostos, ao alcance de todos.
- Para as cantorias serão convidados violeiros da cidade.
- Dois ou três estudantes, preparados previamente, contarão causos retirados do livro Tropas e Boiadas de Hugo de Carvalho Ramos.

Sexto momento – Atividade complementar - Carta a um tropeiro

Os alunos e alunas devem escrever sobre as experiências que vivenciaram, descrevendo o que viram em uma carta para os tropeiros. As cartas serão encadernadas junto às atividades desenvolvidas e fotos dos momentos (selecionadas), compondo um livreto que fará parte do Balaio, para possível trabalho com a próxima turma.

Avaliação

A avaliação será realizada pela participação dos alunos nos debates estabelecidos, assim como no desenvolvimento da atividade proposta, observando seu envolvimento e sua atuação nos debates e propostas, levando sempre em consideração o caráter qualitativo da atividade desenvolvida e o seu processo de construção. Mediante avaliação, será realizada outra sequência didática para trabalhar as fichas 14, 15, 16 e 17, 18, 20 e 21, em continuação dessa proposta.

Após a realização do trabalho com as demais fichas os estudantes serão convidados a compartilharem seus aprendizados com a sociedade, mobilizando uma roda de conversa para os interessados, na praça, desenvolvendo um dia de tropeiro,

com exposições, apresentações, contação de causos, modas de viola, permitindo que a sociedade também revire o Balaio de recordações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lá vem chegando os tropeiros

Apressa o passo da tropa
 Numa euforia sem igual
 Ao avistarem a copa
 Desse imenso goiabal
 (Professora Paula)

“*Lá vem chegando os tropeiros...*” vamos prosear. O pouso não era o fim da jornada, mas o recomeço no dia seguinte, era lugar de descanso, mas também de reordenamento. Chegamos ao pouso, agora precisamos ver se as lembranças se manifestam, se o esquecimento é necessário ou pode ser rompido. Se existe sentido em tudo que pensamos. Esse é o caminho de um processo educacional, primeiro se sonha, depois se estrutura em ideias e teorias, para só então, na prática, verificar se há sentido na proposta estabelecida. Estamos confiantes que o Balaio de Recordações, enquanto mecanismo promovedor de percepções, disparador de diálogos, provocador de lembranças, será útil ao ensino de história nas escolas de Inhumas-Go e será inspiração para que outros recursos sejam criados, onde os objetos e referências ao patrimônio material e imaterial poderão ser acondicionados em Balaies, Bruacas, Caixas, Baús, Malas, Envelopes... recipientes de lembranças que na sala de aula se tornem conhecimento histórico.

Chegou a hora de estabelecer o pouso, simbolicamente falando, lugar que não corresponde somente ao descanso, lembram: “ao chegarem, os camaradas arriavam a carga, desarreavam os animais, enquanto o cozinheiro preparava o café, a carga era levada para dentro do pouso e arrumada concentrando-se em espaço específico. As cangalhas eram colocadas ao sol e só depois de secas eram enfileiradas umas embutidas nas outras. As cargas e arreios eram colocados juntos, mas, de forma organizada para facilitar na hora de sair. Os animais comiam e eram inspecionados, verificando feridas e pisaduras para serem medicados. As cangalhas que estavam machucando eram atalhadas, os cascos limpos e algumas ferraduras com problemas eram reparadas. Só aí os animais iam para o pasto e os homens se direcionavam a fogueira em busca da “janta” que estava sendo preparada na panela dependurada no tripé. Tragavam cigarros de palha e a viola era solicitada, iniciando cantorias e contos, entregando-se ao cansaço do dia, os tropeiros deitavam por

sobre os pelegos recostados nas retranscas e dormiam. No outro dia após o café, tomado em uma caneca, os animais eram recolhidos para seguirem viagem, até o próximo pouso”. Há muito que fazer antes de descansar, é preciso mobilizar a escola, ou as escolas, os professores e professoras de outras disciplinas, os agentes sociais, planejar essa empreitada reorganizando-a e só aí recostar. Como percebem a ferramenta instituída será de fato usada. Pretendemos provocar nossos alunos possibilitando que estabeleçam diálogos onde possam identificar seu lugar de viver e ser. “*Lá vem chegando o conhecimento...*” e ele se estabelece na roda de conversa, onde se aprende revelando o que se sabe (experiências, informações, percepções), onde se fala e se ouve, onde somos todos detentores de vivências que importam.

A partir da identificação da importância dos estudos regionais, refletindo sobre a relação entre memória e história, verificamos ser vantajosa a inter-relação entre esses conceitos fundamentais, principalmente em sua manifestação no patrimônio. Entendemos que a negociação estabelecida entre memória e história é difícil, por compartilharem objetos, mas não são campos de disputa, como identificam Arrais e Sandes (2018), são, ao contrário campos complementares, propícios ao conhecimento pretendido em nossa proposta. As ideias estabelecidas sobre região, memória, história e patrimônio nos permitem compreender como o acesso ao passado do lugar em que vivemos é importante para a identificação do ser enquanto agente histórico, tornam-se meios de acesso propícios ao conhecimento. Identificamos ainda que a relação entre esses meios se estabelece na educação patrimonial, precisamente em uma nova pedagogia do patrimônio, como mecanismo promovedor de um ensino baseado nos princípios de Paulo Freire, em uma educação democrática, estruturada no diálogo.

É preciso falar, neste momento, um pouco mais sobre o diálogo, enquanto aspecto estruturante das rodas de conversa. Apesar de ser característica natural do ser humano, dialogar não tarefa simples, é preciso estar preparado, ter disposição em falar e ouvir. Mas, não é possível falar sobre algo que não se conhece, por isso, a grande importância das discussões estabelecidas em sala de aula, estruturadas em leituras e reflexões, onde os estudantes se aproximam da prática de expor seus entendimentos e pensamentos ao outro. Destacando a importância das anotações no “diário” (caderno), onde pode a qualquer momento retomar suas percepções. Não basta apenas formar as rodas de conversa, elas só farão sentido se os alunos e

alunas estiverem munidos de conhecimento, seguros para falarem sobre o que sabem. Paulo Freire defende que o diálogo pedagógico possibilita a percepção tanto do conteúdo como do objeto cognitivo que giram em torno das questões fundamentais do assunto dialogado e que quando os estudantes compreendem a dinâmica do diálogo, se dedicam a aprender mais para terem condições de se manifestarem com maior segurança. Poder falar implica em responsabilidades. Para o estabelecimento de um diálogo é preciso contar com três aspectos: informações prévias, disciplina e concentração.

O Balaio de Recordações, só cumprirá a sua função provocativa se o educador/mediador compreender as concepções oferecidas pela da Nova Pedagogia do Patrimônio, enquanto ação educativa que permite questionar os bens materiais e imateriais, destacando que trazem consigo valores específicos (determinados por políticas de recordação). Pensado, enquanto mecanismo dinamizador do ensino de história nas escolas de Inhumas-GO, o Balaio se estabelece como uma possibilidade, não como uma determinação. É apenas um recipiente para se guardar referências ao pouso de tropeiros de Goiabeira, por isso se faz necessário destacar, nesse momento, sua condição de cesto grande e sem tampa, que se apresenta aberto, de onde se pode retirar ou acrescentar objetos relacionados aos aspectos culturais desse lugar, onde os estudantes podem interferir em sua composição.

Propomos criar um Balaio de Recordações, mas não conseguimos, apenas reunimos um conjunto de objetos e referências ligadas à prática tropeira, constituindo o Balaio, agora devemos buscar as Recordações junto aos alunos, alunas, convidados e parceiros, estabelecendo sentido de cada objeto, entendendo a história, ouvindo a viola, saboreando o feijão tropeiro (feito na panela de ferro, dependurada na trempe, fator que foi testado e funciona incrivelmente). As reflexões seguem muitos caminhos. Por isso fica a certeza que o Balaio de Recordações, pensado a partir do pouso de tropeiros de Goiabeira, enquanto ferramenta educacional, se estabelece em possibilidades para outros contextos históricos e outros lugares. Não se trata de algo estático, mas se constitui em uma ideia (sim, é isso, ele é uma ideia para o trabalho com fontes em sala de aula, a partir de aspectos patrimoniais), que em outros espaços e outros contextos poderá assumir características diferenciadas, se constituindo em reservatórios diversos que poderão revelar histórias e provocar memórias. Foi possível perceber que o uso de fontes em

sala de aula é promissor e a expectativa de se tocar, sentir, degustar os significados de objetos e referências podem fazer muito sentido tornando-se conhecimento.

Muitos problemas foram enfrentados no decorrer desse estudo, principalmente referente á pandemia, com a implantação do estudo remoto, que desestruturou a ideia original que visava a construção coletiva do Balaio, mas como não somos vencidos por obstáculos (no ensino de história somos veementemente resistentes), nos dispomos a oferecer a possibilidade, aos alunos e alunas, de desconstruir e reconstruir essa ferramenta, e a partir de suas percepções, destacar objetos, lugares e manifestações de memória, se posicionando diante seus aspectos culturais.

Este estudo se constituiu em uma experiência excepcional, permitindo a uma educadora compreender melhor o que é ensinar história para crianças e adolescentes, reforçando a ideia de que precisamos ser resistentes às determinações de um ensino superficial, à escassez de tempo, ao sistema massificador, para podermos romper com a superficialidade de um ensino distante do estudante, desprovido de sentido.

Criar um Balaio de recordações é estabelecer uma ligação entre o que se quer lembrar e quem está lembrando e esta é a dinâmica dessa proposta, uma vez que ela não se estabelece em informações prontas e acabadas, mas em provocações causadas por objetos que no mínimo geram curiosidade. Mas, sabemos que a questão do ensino significativo depende do trabalho de planejamento e mediação do/da educador/educadora. É preciso envolvimento, articulação entre a escola, até mesmo entre escolas, entre os envolvidos no ensino-aprendizagem. É preciso, assim como para o estabelecimento de espaços/objetos/manifestações de memória, ter vontade de aprender, dialogar, participar das rodas de conversa. E essa questão não depende somente de um ser, mas do trabalho coletivo, onde professores e estudantes se propõem a dialogar. Na praça ou na escola, na rua ou nas casas, onde a memória se manifesta cotidianamente e a história se institui, precisamos querer ver, é preciso querer saber.

O pouso se estabelece, a roda se constitui e o Balaio de Recordações se faz mecanismo disparador de diálogos, agora podemos prosear.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. “Ensino de história e fontes históricas”. **Palestra** apresentada no VII Encontro Nacional de História da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió, 26 a 28 de novembro de 2015

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Receitas regionais: a noção da região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. In: **Anais do XII Encontro de história da Anpuh-Rio**, 2008. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/durval.pdf> (Acesso em 03 jan. 2021)

ALMEIDA, Léo e BRUM, Nilo Barros de. **Tropeiros**. Música disponível em: <https://www.lettras.mus.br/leo-almeida/879588/>. Acesso em: 01/12/2021.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Histórias Contemporâneas / o século XVIII em Goiás: a construção da colônia. **Live no youtube**, exibida em 16/09/2020, pelo canal UEG/TV. Mediação de Professor Fernando Lobo (UEG). Disponível em: <http://youtu.be/COC2XMRQCoc>, acesso em janeiro de 2021.

ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. **História de Goiás**, 4º ano ou 5º ano: ensino fundamental. São Paulo: Scipione, 2011.

ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; LEMES, Fernando Lobo. **O século XVIII em Goiás: a Construção da Colônia**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2019.

ARRAIS, Cristiano Alencar; SANDES, Noé Freire (org.). **A história escrita: percursos da historiografia goiana**. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução: Paulo Soethe. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BARBO, Leonora de Castro (org.). **Uma viagem pelo sertão: 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás**. – Jundiáí–SP: Paco editorial, 2021.

BARROSO, Inezita e BRANCA, Pena. **Marcolino**. Disponível em: kboing.com.br/pena-branca/marcolino/. Acesso em: 19/12/2021

BAUER, Caroline. Qual o papel da História Pública frente ao revisionismo histórico? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos? / What public history we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 195-204.

BEZERRA, Marcia. Patrimônio e Educação Patrimonial. In **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos / organizadores: Aline Carvalho e Cristina Meneguello**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Abordagens históricas sobre a História escolar**. Porto Alegre, *Educação & Realidade*, v. 36, n. 1, p. 83-104, jan./ abr. 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Os confrontos de uma disciplina escolar**: da história sagrada à história profana. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25-26, set. 92/ago. 1993, p. 193-221.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, **BNCC**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20/09/2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases, **LDB**. 9394/1996. Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20/09/2021

BORGES, Barsanufu Gomides. A economia agrária no contexto nacional (1930-1960). In **A história escrita**: percurso da historiografia goiana – Cristiano Alencar Arrais e Noé Freire Sandes (org.) – Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

BOSI, Ecléa. **Memórias e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição** (1988). Artigo 216. Brasília, 1988.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia, CEGRAF/UFG, 1991.

CAIMI, Flávia Eloisa. Novas e antigas controvérsias: um olhar sobre a historiografia do ensino de História. In OLIVEIRA, Margarida; CAINELLI, Marlene, OLIVEIRA, Almir (orgs.). **Ensino de História**: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal, RN: EDFURN, 2008, p. 127-135.

CAMPOS, Yusef Dainbert Salomão. Lugares de memória e memória coletiva: questões epistêmicas sobre o patrimônio imaterial. In: **Memória coletiva**: entre lugares, conflitos e virtualidades. Daniele Borges Bezerra, Darlan De Mamann Marchi, Isabel Cristina Bernal Vinasco, Jaime Alberto Bornacelly Castro, Karla Nazareth-Tissot e Priscila Chagas Oliveira (Orgs.). [Recurso eletrônico] Porto Alegre: Casaletas; Pelotas: PPGMP/UFPel, 2021. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/66647837/Memoria coletiva entre lugares co nflitos e virtualidade](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/66647837/Memoria%20coletiva%20entre%20lugares%20co%20nflitos%20e%20virtualidade). Acesso em: 30/11/2021

CARSALADE, Flávio de Lemos. Permanência e Transformação na Memória e no Meio Ambiente. In **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial** (Volume 01). Org. Adson Rodrigo S. Pinheiro. Fortaleza: Secultor; Iphan, 2015.

CHAGAS, M. S. Memória e poder: dois movimentos. In: Museus e Políticas Culturais, Mário de Souza CHAGAS, & Myriam Sepúlveda SANTOS, (Orgs.). **Cadernos de Sociomuseologia/19**, (pp. 35-68). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Centro de Estudos de Sociomuseologia.2002. Disponível em: [http://www.museologia-portugal.net/files/memoria e poder dois movimentos.pdf](http://www.museologia-portugal.net/files/memoria_e_poder_dois_movimentos.pdf) (Acesso em 04 jan. 2021) **Educação Patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental**: conceitos e práticas. São Paulo: edições SM, 2012.

CHAIM, Marivone Matos. **Sociedade Colonial: Goiás – 1749-1822**. 2ª edição: Goiânia. Secretaria de Cultura. (Brasília) Ministério da cultura, Instituto Nacional do Livro – Pró-Memória – 1987.

COLLING, Ana Maria; Tedeschi, Losandro Antônio. O ensino da história e os estudos de gênero na historiografia brasileira. **História e Perspectivas**, Uberlândia (53): 295-314, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32777/17719>

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo História: reflexão e ensino**. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

FERREIRA, Marieta Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de. **Dicionário de ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis e GIOIA, Lílian de Cassia Miranda de. **Educação Patrimonial no ensino de história nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 2012.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial (Volume 01)**. Org. Adson Rodrigo S. Pinheiro. Fortaleza: Secultor; Iphan, 2015.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores associados: Cortez, 1989. Coleção polêmicas do nosso tempo, 23ª edição. Disponível em: http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 31/08/2021

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1992] 2005.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira. **Saúde e doença em Goiás: A medicina possível: uma contribuição para a história da medicina em Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **A docência em história: reflexões e propostas para ações**. Erechim: Edelbra, 2012.

GOIANIDADE, **Revista**. Agência Goiana de Imprensa (AGI), em convênio com o Governo de Goiás, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação e Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia, Dezembro, 1992

GOULART, José Alípio. **Tropas e Boiadas na formação do Brasil**. Ed. Conquista, 1959.

GUIA DAS ARTES. **Site** disponível em:
<https://www.guiadasartes.com.br/parana/castro/casa-de-sinhara>. Acesso em: 10/10/2021

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5-27.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais LTDA. São Paulo. 1990.
In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.).

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. Capítulo 2 (pág. 41-66).

HUYSSSEN, A. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. (pág. 115-213).

KALLÁS, Ana Lima. **Usos públicos da história: origens do debate e desdobramentos no ensino de história**. Revista História Hoje, 2017.

KNAUSS, Paulo. **Sobre a norma e o óbvio**: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia (org.). Repensando o ensino de história. São Paulo: Cortez, 1996.

KNAUSS, Paulo. **O desafio de fazer história com imagens**: arte e cultura visual. In: ArtCultura, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1406/1274>. Acesso em: Abril de 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**; tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção repertórios).

LEITE, João de Souza (org.). **Aloísio Magalhães, 1927-1982**. Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas Exigências Educacionais e Profissão Docente. Cortez editora, 1998. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B8jeXMvFHiD-RXNwQ21vOXRMTVE/view>

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Males do sertão**: alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX. Goiânia: Cãnone Editorial, 2014.

- MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcus. **História e fotografia**. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2000.
- MARTINS, José Clerton de Oliveira. Patrimônio Cultural: sujeito, memória e sentido para o lugar. In **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial** (Volume 01). Org. Adson Rodrigo S. Pinheiro. Fortaleza: Secultor; Iphan, 2015.
- MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: **Novos tempos nas aulas de história**/ Carla Bassanezi Pinsk (org.) 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.
- MENESES, Ulpiano Bezerra. **A fotografia Como documento**. Robert Capa e o miliciano abatino na Espanha: sugestões para um estudo histórico. Tempo Universidade Federal Fluminense, 2003. Pp. 131-151.
- MENESES, Ulpiano Bezerra. Rumo a uma história visual. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; CAIUBY NOVAES, Sylvia (Org.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2005. p. 33-56.
- MENESES, Ulpiano Bezerra. **História e imagem**: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 243-261.
- MENESES, Ulpiano Bezerra. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. Separata da Revista de História da USP, nº 115, junho-dezembro. São Paulo. 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61796/64659>. Acesso em: 20/10/2021.
- MONTEIRO, Ana Maria. Os saberes que ensinam: o saber escolar. In **Professores de História**: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 81-111.
- MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MOREIRA, Gleidson de Oliveira. **Metáforas do progresso: a dinâmica municipal**. Goiânia: Kelps, 2004.
- MORREIRA, Gleidson de Oliveira. **A cidade pela fotografia**. Goiânia: Kelps, 2006.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 92/ago. 93, 1993, p. 143-162.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Les Liex de mèmorie. I La Rèpublique*, Paris, Gallimard, 1984. Tradução de Yara Aun Khoury, **Projeto História PUCSP**, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> (Acesso em: 05 jan. 2021).

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. **O que pode o ensino de história?** Sobre o uso de fontes na sala de aula. Porto Alegre, Anos 90. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência.** In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p. 15 a 34). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1978920/mod_resource/content/1/Texto-%20Pimenta-%201999-FP-%20ID%20%20e%20SD.pdf

PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial (Volume 01).** Fortaleza: Secultor; Iphan, 2015.

PRADO, Fabrício Pereira. **A colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII.** Porto Alegre, 2003, disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/bhLQdDsjGvzqVFXd93ND5rz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26/12/2021

RAMOS, Hugo de Carvalho. **Tropas e Boiadas.** 6ª ed. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1984.

RICŒUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RIBEIRO, A. P. **Peut-on décoloniser les musées?** Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – France, 2018.

RÜSEN, Jörn. **História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico.** Brasília: UNB, 2007.

SANDES, Noé Freire. Memória, nação e região: a identidade em questão. In: **Goiás: identidade, paisagem e tradição.** Nasr Fayad Chaul; Paulo Rodrigues Ribeiro (orgs.). Ed. Da UCG, 2001.

SANT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem à Província de Goiás.** 2ª edição. Belo Horizonte – Minas Gerais: Garnier, 2021.

SANTOS, Nara Limeira F. Com quantas rimas se faz um patrimônio? In: **Educação Patrimonial: educação, memórias e identidades.** Átila Bezerra Tolentino (org.). João Pessoa: Iphan, 2013

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional.** *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5-27.

SCIFONI, Simone. Para Pensar a Educação Patrimonial. In **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial (Volume 01).** Org. Adson Rodrigo S. Pinheiro. Fortaleza: Secultor; Iphan, 2015.

SEBBA, Helena. **Pousada de Tropeiros** – histórias da História de Inhumas. Gráfica e Editora Gutenberg, Inhumas, 1994.

SILVA, José Pacheco. **História de Inhumas**. Palestra proferida aos estudantes do CEPI Horácio Antônio de Paula no dia 25/11/2021

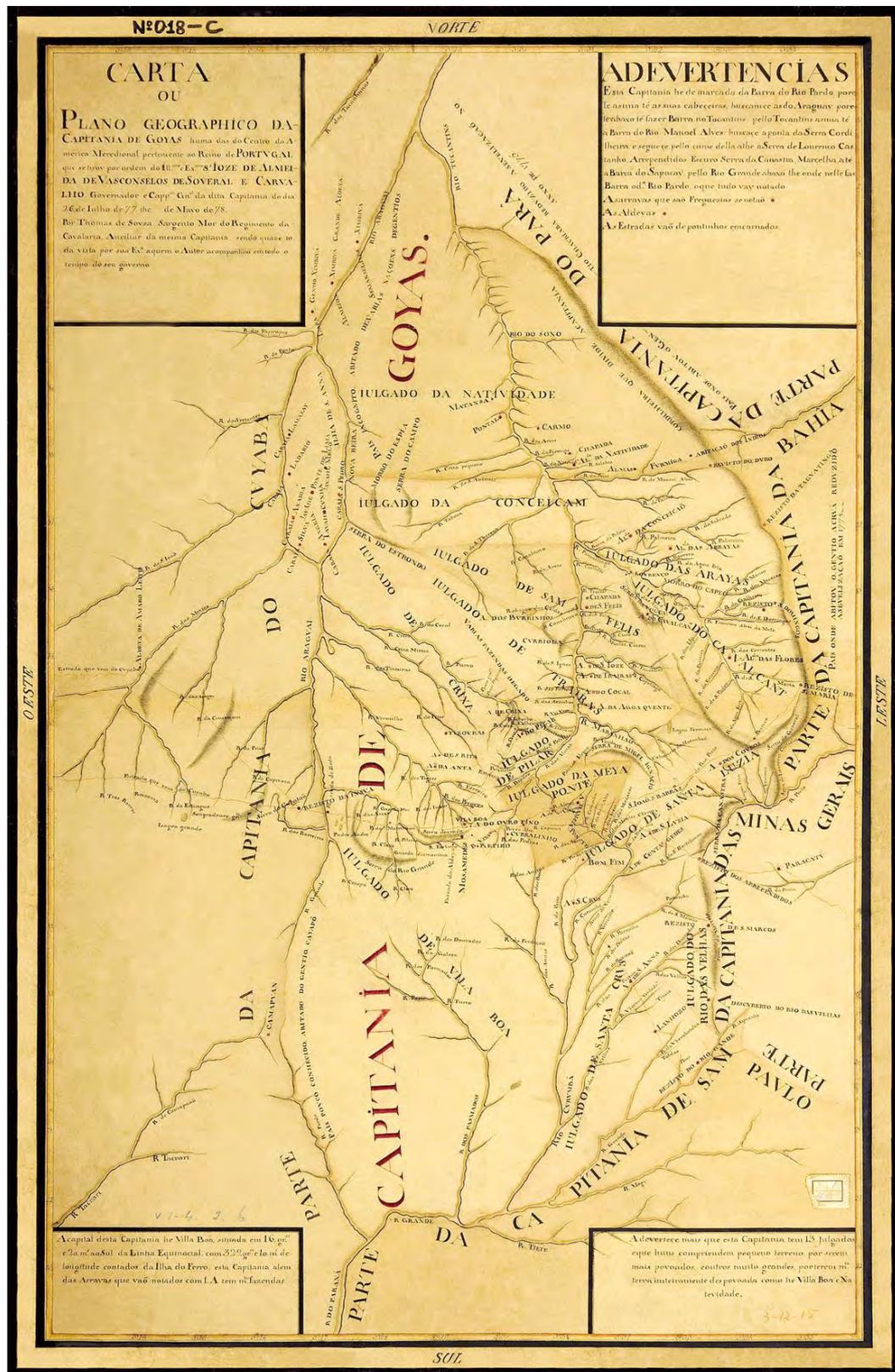
TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); – João Pessoa: Iphan, 2013. (Caderno Temático; 3) Voz, 2018, p. 195-204.

WHITE, Hayden. **O passado prático**. In: Art Cultura Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 9-19, jul.-dez. 2018

WHITE, Hayden. O texto como artefato literário [1974]. In : WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. Alíio C. de França. São Paulo: EDUSP, 2001.

ANEXO

Plano Geográfico da Capitania de Goiás



Disponível em: https://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/03_AHEx.png

Acesso em: 20/12/2021